

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

LUCAS TOSHITAKA YATSUGAFU LONGO

**COMO UMA ROTA DE TURISMO HISTÓRICO PODE CONTRIBUIR
PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS?**

**CAMPO MOURÃO - PR
2023**

LUCAS TOSHITAKA YATSUGAFU LONGO

**COMO UMA ROTA DE TURISMO HISTÓRICO PODE CONTRIBUIR
PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Antonia Ramos Costa.

**CAMPO MOURÃO - PR
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Longo, Lucas Toshitaka Yatsugafu
Como uma rota de turismo histórico pode contribuir para o desenvolvimento de municípios periféricos? / Lucas Toshitaka Yatsugafu Longo. -- Campo Mourão-PR, 2023.
168 f.

Orientador: Maria Antonia Ramos Costa.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.

1. Municípios periféricos. 2. Turismo histórico. 3. Desenvolvimento. 4. Tecnologia. I - Costa, Maria Antonia Ramos (orient). II - Título.

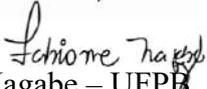
LUCAS TOSHITAKA YATSUGAFU LONGO

**COMO UMA ROTA DE TURISMO HISTÓRICO PODE CONTRIBUIR
PARA O DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS?**

BANCA EXAMINADORA


Prof^a. Dra. Maria Antonia Ramos Costa (Orientadora) – Unespar, Paranavaí


Prof. Dr. Jorge Pagliarini Junior – Unespar, Campo Mourão


Prof^a. Dra. Fabiane Nagabe – UFPEL, João Pessoa

Data de Aprovação

02/10/2023

Campo Mourão – PR

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho é resultado de um esforço em conjunto. Com apreço, portanto, destino agradecimentos a todos os que me acompanharam nessa jornada: minha família, meus amigos e meus professores.

À minha família pela força, apoio e compreensão, principalmente pelo tempo que me ausentei para dedicar a este trabalho.

Às pessoas que sempre estiveram ao meu lado e que me desejaram o bem, os amigos.

Aos meus professores, em especial, ao Professor Dr. Fábio Hahn que me aceitou como orientando e confiou no meu potencial para desenvolver a pesquisa. O professor Fábio, além de trazer uma proposta diferente de trabalhos tradicionais disciplinares, enfrentou diversos infortúnios durante o processo, contudo, manteve-se firme até o final com enorme empenho. Agradeço também a Professora Dra. Maria Antonia Ramos Costa que assumiu a minha orientação no meio do caminho, acompanhando-me até a conclusão.

Além da fase do mestrado, todos os professores que participaram da minha formação acadêmica e profissional, sobretudo do ensino médio técnico em Informática na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e graduação em Ciências Humanas na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) merecem reconhecimento.

LONGO, Lucas Toshitaka Yatsugafu. **Como uma rota de turismo histórico pode contribuir para o desenvolvimento de municípios periféricos?**. 168f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2023.

RESUMO

Ao longo da última década inúmeros fatores têm impactado no desenvolvimento de pequenos municípios, principalmente, os periféricos. De acordo com Costa (2013; 2016; 2018), os municípios periféricos são aqueles que enfrentam a estagnação do seu desenvolvimento, permanecendo em estabilidade, em luta pela sua subsistência ou, nos casos mais graves, entram em decadência. Esta dificuldade está associada a diferentes fatores tanto internos, quanto externos e que pode variar, pois estão atrelados a uma conjuntura específica do tempo e espaço da pesquisa: 1) Diminuição da população; 2) Crescimento de novas tecnologias e utilização da internet; e 3) Dinâmica econômica limitada e, conseqüente, reduzida arrecadação de impostos. Assim, levanta-se a questão: como os municípios periféricos podem se desenvolver? A vista disso, o turismo pode ser uma das alternativas possíveis para casos em que os municípios apresentam predisposição, principalmente o turismo histórico com a proposta de associar lazer ao conhecimento histórico. Nesse contexto, foi desenvolvido o projeto “Rota Ivaí”, que visa apresentar um diagnóstico das potencialidades de turismo histórico nos municípios de Fênix, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz e Corumbataí do Sul. O projeto “Rota Ivaí” é um projeto amplo, no modelo “guarda-chuva”, composto por diferentes frentes de investigação e por etapas investigativas. Neste caso, todas ainda estão ligadas à primeira etapa, “etapa Fênix”. Portanto, este trabalho tem objetivo investigar como uma rota de turismo histórico pode contribuir para o desenvolvimento de municípios periféricos? Com o propósito de responder esta questão, a investigação se divide em três momentos: i) compreender os principais indicadores que caracterizam o município de Fênix como um município periférico que necessita de alternativas e intervenções para fomentar o seu desenvolvimento; ii) apresentar uma proposta de roteiro turístico histórico vinculada à utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e à metodologia de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI); iii) apresentar um plano de trabalho com as ações necessárias para a implementação da proposta apresentada e do desenvolvimento do turismo em municípios periféricos, como é o caso de Fênix-PR. Nesse sentido, portanto, através dos indicadores foi possível caracterizar Fênix como um município periférico que possui atrativos com potencial para se tornarem produtos turísticos. Não obstante, a implementação do roteiro turístico proposto <www.rotaivai.com.br> é marcado por um conjunto de forças e fatores que viabilizam: o roteiro fundamentado sobre os elementos que o compõem; ação do estado para a viabilidade física e formativa da sociedade; a iniciativa privada acompanha este processo. Pontuou-se, ainda, problemas e sugestões relativas ao turismo apontadas por 66 pesquisas brasileiras de mestrado e doutorado entre 2017 e 2020. Além disso, é possível sugerir que existe uma demanda reprimida por lazer associada, neste caso, por formação em regiões periféricas que atingem inicialmente um público local, mas com alcance nacional e internacional.

Palavras-chave: Municípios periféricos, Turismo histórico, Desenvolvimento, Tecnologia.

LONGO, Lucas Toshitaka Yatsugafu Longo. **How can a historical tourism route contribute to the development of peripheral municipalities?**. 168f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2023.

ABSTRACT

Over the last decade, numerous factors have impacted the development of small municipalities, mainly the peripheral ones. According to Costa (2013; 2016; 2018), peripheral municipalities are those that face the stagnation of their development, remaining in stability, fighting for their subsistence or, in the most serious cases, falling into decay. This difficulty is associated with different factors, both internal and external, which may vary, as they are linked to a specific context of time and space of the research: 1) Decrease in population; 2) Growth of new technologies and use of the internet; and 3) Limited economic dynamics and, consequently, reduced tax collection. Thus, the question arises: how can peripheral municipalities develop? In view of this, tourism can be one of the possible alternatives for cases in which municipalities are predisposed, especially historical tourism with the proposal of associating leisure with historical knowledge. In this context, the project “Rota Ivaí” was developed, which aims to present a diagnosis of the potential of historical tourism in the municipalities of Fênix, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz and Corumbataí do Sul. broad, in the “umbrella” model, composed of different research fronts and investigative stages. In this case, all are still linked to the first stage, “etapa Fênix”. Therefore, this work aims to investigate how a historical tourism route can contribute to the development of peripheral municipalities? With the purpose of answering this question, the investigation is divided into three moments: i) understanding the main indicators that characterize the municipality of Fênix as a peripheral municipality that needs alternatives and interventions to foster its development; ii) present a proposal for a historic tourist route linked to the use of Information and Communication Technologies (ICTs) and the methodology of Intelligent Tourist Destinations (DTI); iii) present a work plan with the necessary actions for the implementation of the presented proposal and the development of tourism in peripheral municipalities, as is the case of Fênix-PR. In this sense, therefore, through the indicators it was possible to characterize Fênix as a peripheral municipality that has attractions with the potential to become tourist products. Nevertheless, the implementation of the proposed tourist route <www.rotaivai.com.br> is marked by a set of forces and factors that make it possible: the route based on the elements that compose it; state action for the physical and formative viability of society; private initiative accompanies this process. Problems and suggestions related to tourism pointed out by 66 Brazilian master's and doctoral researches between 2017 and 2020 were also pointed out. In addition, it is possible to suggest that there is a repressed demand for associated leisure, in this case, for training in peripheral regions that initially reach a local audience, but with national and international reach.

Keywords: Peripheral municipalities, Historical tourism, Development, Technology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de classificação de pesquisas de mestrado e doutorado de 2017 a 2020 por turismo e desenvolvimento.....	18
Figura 2 - Mapa do Estado do Paraná indicando a localização do município de Fênix.....	26
Figura 3 – Perfil do Município de Fênix no CAGED de 2010 a 2019.....	28
Figura 4 – Gráfico do IPDM - Fênix de 2010 a 2020	33
Figura 5 – Número de assinantes do serviço de Telefonia Móvel em 2022.....	36
Figura 6 – Valor adicionado bruto a preços correntes – atividade econômica: agropecuária.	41
Figura 7 – Valor adicionado bruto a preços correntes – atividade econômica: indústria.....	42
Figura 8 – Gráfico de indicadores do Soja e do Milho CEPEA/ESALQ de 2012 a 2020	42
Figura 9 – Gráfico de admissões e desligamentos do setor da indústria de transformação do CAGED de 2010 a 2019.....	43
Figura 10 – Trajetória da pauta do turismo no Estado brasileiro	48
Figura 11 – Principais instrumentos de ordenação do turismo brasileiro	48
Figura 12 – Mapa das regiões turísticas do Estado do Paraná	52
Figura 13 – Mapa dos municípios do Mapa do Turismo do Estado do Paraná.....	53
Figura 14 – Emprego no turismo paranaense no quarto trimestre de 2022.....	56
Figura 15 – Emprego no turismo paranaense de janeiro de 2022 a fevereiro de 2023	57
Figura 16 – Os 30 atrativos turísticos mais comentados no TripAdvisor em janeiro de 2023	58
Figura 17 – Interesse ao longo do tempo no ano de 2022 sobre “Turismo”	60
Figura 18 – Dimensões de Destino Turístico Inteligente (DTI).....	78
Figura 19 – www.rotaivai.com.br - parte superior	81
Figura 20 – www.rotaivai.com.br - parte inferior	81
Figura 21 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 1	82
Figura 22 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 2	83
Figura 23 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 3	83
Figura 24 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 4	84
Figura 25 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 5	84
Figura 26 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 6	85
Figura 27 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 7	85
Figura 28 – www.rotaivai.com.br/sobre - parte 1	87

Figura 29 – www.rotaivai.com.br/sobre - parte 2	87
Figura 30 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 1	88
Figura 31 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 2	88
Figura 32 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 3	89
Figura 33 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 4	89
Figura 34 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 5	90
Figura 35 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 6	90
Figura 36 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 7	91
Figura 37 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 8	91
Figura 38 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 9	92
Figura 39 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 10	92
Figura 40 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 11	93
Figura 41 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 12	93
Figura 42 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 1	94
Figura 43 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 2	94
Figura 44 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 3	95
Figura 45 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 4	95
Figura 46 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 5	96
Figura 47 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 6	96
Figura 48 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 7	97
Figura 49 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 8	97
Figura 50 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 9	98
Figura 51 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 1	98
Figura 52 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 2	99
Figura 53 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 3	99
Figura 54 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 4	100
Figura 55 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 5	100
Figura 56 – www.rotaivai.com.br/capela - parte 1	101
Figura 57 – www.rotaivai.com.br/capela - parte 2	101
Figura 58 – www.rotaivai.com.br/capela - parte 3	102
Figura 59 – www.rotaivai.com.br/capela - parte 4	102
Figura 60 – Mapa Caminhos do Peabiru	105
Figura 61 – Relação dos trabalhos por eixo DTI.....	114
Figura 62 – Área florestal ao redor do Parque Vila Rica	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de pesquisas selecionadas por ano e programa	18
Tabela 2 – Evolução populacional de Fênix-PR.....	26
Tabela 3 – Domicílios rurais e urbanos em Fênix-PR.....	27
Tabela 4 – População censitária urbana e rural em Fênix-PR.....	27
Tabela 5 – População censitária urbana e rural em Fênix-PR.....	27
Tabela 6 – Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) por atividades econômicas em Fênix - 2021.....	30
Tabela 7 – Cadastro Único em Fênix	31
Tabela 8 – Índice Iparides de Desempenho Municipal (IPDM) de Fênix 2010 a 2020	33
Tabela 9 – Receitas e despesas do município de Fênix no ano de 2022	34
Tabela 10 – Transferências da União, dos Estados, do Distrito Federal e de suas Entidades.....	35
Tabela 11 – Produto Interno Bruto (PIB) de Fênix e do Paraná de 2017 a 2020	35
Tabela 12 – Produto Interno Bruto (PIB) de Fênix em 2020 por ramos de atividades	35
Tabela 13 – Valor adicionado fiscal por ramos de atividades	36
Tabela 14 – Quantidade de propriedades por tamanho da área (ha) dos imóveis rurais de Fênix	39
Tabela 15 – Valor bruto da produção agropecuária.....	40
Tabela 16 – Prestadores de serviços turísticos no quarto trimestre de 2022	55
Tabela 17 – Aniversários e data do Padroeiro(a) dos municípios da COMCAM	108
Tabela 18 – Pratos típicos dos municípios da COMCAM	109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OS INDICADORES: O MUNICÍPIO DE FÊNIX COMO ESTUDO DE CASO	21
2.1 MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS.....	21
2.2 FÊNIX – INDICADORES.....	25
2.3 OPÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	38
2.3.1 AGRICULTURA.....	38
2.3.2 INDÚSTRIAS	41
2.3.3 TURISMO.....	44
2.4 CONSIDERAÇÕES.....	45
3 A PROPOSTA: ROTEIRO TURÍSTICO HISTÓRICO.....	47
3.1 O TURISMO NO PARANÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	47
3.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO.....	62
3.3 DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES.....	75
3.4 A PROPOSTA DO PROJETO “GUARDA-CHUVA” ROTA IVAÍ.....	80
3.5 ETAPA FÊNIX: UMA PROPOSTA DE ROTEIRO TURÍSTICO.....	80
3.5.1 O SITE: WWW.ROTAIVAL.COM.BR	81
3.5.2 QR CODES: UMA FERRAMENTA PARA O TURISMO	103
3.6 POTENCIALIDADES REGIONAIS AGREGADAS	104
3.7 CONSIDERAÇÕES.....	111
4 AS AÇÕES: IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	113
4.1 AÇÃO INDUTORA DO ESTADO COMO MEIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO COM BASE NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS.....	115
4.2 EIXO 1 – FORMATIVA.....	122
4.3 EIXO 2 – INFRAESTRUTURA	127
4.4 EIXO 3 – INICIATIVA PRIVADA	130
4.5 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM FÊNIX: PROBLEMAS E SUGESTÕES	132
4.6 CONSIDERAÇÕES.....	146

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	150
ANEXOS.....	168

1 INTRODUÇÃO

Desde 1958, com a instituição da primeira política pública do estado voltada ao turismo brasileiro, o setor abrange a perspectiva de uma atividade econômica relacionada ao lazer com demanda em crescimento (MULLER *et al*, 2011). Desse modo, no século XXI, é uma atividade que atrai a atenção dos gestores públicos pela sua capacidade de transformar atrativos naturais e artificiais de um local em produtos turísticos. Esta capacidade se potencializa com as ferramentas e tecnologias na era da “Sociedade em rede”¹ (CASTELLS, 2003). Assim, os roteiros turísticos com informações digitais tornam-se viáveis, de forma a assistir o planejamento e a realização da atividade turística, além de colaborar com a divulgação do local.

Iniciada em 2020, a crise pandêmica de Covid 19 levou países e estados à desaceleração econômica por conta da necessidade e urgência do alto volume de investimentos destinados ao combate ao vírus, tomada de medidas sanitárias, fechamento de comércios, paralisação de serviços e entre outros, o que levou inevitavelmente municípios que já não se sustentavam sozinhos à crise inflacionária, além da redução de investimentos públicos e privados em setores que movimentam a economia. Nesse contexto, as providências adotadas, apesar de necessárias, como o distanciamento social, afetaram profundamente o comportamento da sociedade, ocasionando a mudança de hábitos sociais.

Não obstante, ao longo da última década inúmeros fatores têm impactado no desenvolvimento de pequenos municípios², principalmente, os periféricos. De acordo com Fábio Rodrigues da Costa (2013; 2016; 2018), os municípios periféricos são aqueles que enfrentam a estagnação do seu desenvolvimento, permanecendo em estabilidade, em luta pela sua subsistência ou, nos casos mais graves, entram em decadência. Neste estudo entendemos que a dificuldade está associada a diferentes fatores tanto internos, quanto externos e que podem variar, pois estão atrelados a uma conjuntura específica do tempo e espaço da pesquisa: 1) Diminuição da população; 2) Crescimento de novas tecnologias e utilização da internet; e 3) Dinâmica econômica limitada e, conseqüente, reduzida arrecadação de impostos.

¹ Surgimento de uma nova dinâmica nas relações sociais com o advento da internet e a sua popularização.

² Os municípios brasileiros são classificados como pequeno porte I (até 20.000 hab.), pequenos II (de 20.001 a 50.000 hab.), médios (de 50.001 a 100.000 hab.), grandes (de 100.001 a 900.000 hab.) e metrópoles (mais de 900.000 hab.) (PNAS, 2005). Os gráficos informativos do IBGE (2022) comumente utilizam como pontos de referência as seguintes classes de tamanho populacional dos municípios: até 5.000 hab.; de 5.001 a 10.000 hab.; de 10.001 a 20.000 hab.; de 20.001 a 50.000 hab.; de 50.001 a 100.000 hab.; de 100.001 a 500.000 hab.; e mais de 500.000 hab. Assim, 3836 (68,86%) dos municípios brasileiros e 307 (76,94%) dos municípios paranaenses são de pequeno porte I (até 20 mil hab.) (IBGE, 2023).

O primeiro fator está relacionado a uma série de indicadores, entre os principais está a disponibilidade de emprego e oportunidades, o que, entre outros fatores, intensifica gradualmente a migração populacional para cidade maiores, além disso, associado ao fator da redução do tamanho das famílias ao longo das últimas décadas. Em relação aos empregos, segundo o CAGED (2023), os municípios de médio porte, grande porte e metrópoles (acima de 50.000 habitantes³) representaram 81,50% de admissões em 12 meses (julho de 2022 a junho de 2023). Os municípios de pequeno porte I e II (até 50 mil habitantes) totalizam 88,13% dos municípios brasileiros. Quanto à diminuição do tamanho das famílias é possível sugerir ao observar a redução da taxa de fecundidade⁴ desde 1970 (5,8); 1980 (4,4); 1991 (2,9); 2000 (2,4); 2005 (2,1). 2010 (1,87); 2015 (1,72); 2020 (1,7); 2023 (1,6) (IBGE, 2013; UNFPA, 2020; 2023). Nesse contexto, a taxa bruta de natalidade⁵ reflete os dados expostos, a saber: em 2000 (20,86); 2005 (18,15); 2010 (15,88); 2015 (14,16) (IBGE, 2013). De acordo com o documento “Família e Filhos” publicado pelo Governo Federal Brasileiro (2021), a taxa de fecundidade deve alcançar o patamar de 1,5 em 2030. Além disso, entre 2008 e 2018, o tamanho médio das famílias diminuiu de 3,62 para 3,07 pessoas.

O segundo fator, inevitavelmente associado a crise pandêmica, gerou uma a migração das práticas ensino, trabalho, lazer e serviços públicos para o ambiente digital, intensificou-se a conectividade nos domicílios brasileiros. A pesquisa sobre a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em domicílios realizada pelo Cetic.br⁶ (2022) estima que, no Brasil, 59 milhões de residências (82%) possuíam internet em 2021. Todavia, observou-se que a proporção é estável em relação a 2020, no entanto, é 11% superior a 2019. Cabe ressaltar que 148 milhões de indivíduos, 81% da população de 10 anos ou mais, estão conectados à internet, tendo como as atividades principais, a troca de mensagens instantâneas e chamadas por voz e vídeo (93%; 82%); uso de redes sociais (81%); educação e trabalho (40%; 36%); compra de produtos ou serviços pela internet – comércio eletrônico (46%); consultas de serviços públicos - governo eletrônico (70%); e cerca de 130 milhões de indivíduos realizaram atividades culturais na internet como assistir vídeos, programas, filmes ou séries (73%), ouvir música (73%), ler jornais, revistas ou notícias (54%), jogar *online* (37%) e visitar exposições e museus

³ 661 municípios. Este montante representa 11,87% do total de municípios brasileiros (5570, incluindo Fernando de Noronha e o Distrito Federal).

⁴ Medida de quantos filhos, em média, as mulheres têm ao longo de sua vida reprodutiva.

⁵ Por mil habitantes.

⁶ O Cetic.br é o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Foi criado em 2005 com o objetivo de acompanhar a adoção das TICs no Brasil, sendo um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e relaciona-se com o Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGI.br).

digitalmente (10%). Nesse sentido, sugere-se que a vivência em sociedade não se distancia mais do mundo digital, o que ainda parece um desafio em municípios periféricos, em virtude de uma parcela da população residente no meio rural em que os serviços da internet em muitos casos não chegaram com a mesma intensidade e de oportunidades.

Por fim, o terceiro fator reflete as dificuldades econômicas que os municípios periféricos enfrentam à medida que a sua geração de receita é inferior ao seu gasto, ficando dependentes dos recursos do Estado e da União. Este, entre outros indicadores, foi o problema revelado e agravado pelos efeitos da pandemia. Conforme exposto no estudo da CNM⁷ (2023), metade dos municípios brasileiros fecharam o primeiro semestre de 2023 com déficit em suas contas. Em comparação ao mesmo período em 2022, o aumento foi de 43%. As principais causas apontadas pelo estudo da CNM foram: 1) pequeno crescimento da arrecadação; 2) expansão generalizada do gasto público, sobretudo em despesas próprias de manutenção da máquina pública⁸. A avaliação revela que 80% das receitas dos municípios pequenos são oriundas de transferências correntes, ao passo que apenas 11% do total de suas receitas primárias provém da sua arrecadação de impostos.

Portanto, levanta-se a seguinte questão: como os municípios periféricos podem se desenvolver? Hipoteticamente, o fomento ao turismo pode ser uma das alternativas possíveis para casos em que os municípios apresentam predisposição. O turismo, como destaca a OMT⁹ (2001, p. 38), “compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Portanto, está invariavelmente associado ao lazer e ao conhecimento. Ao momento que a pessoa se desloca, independente da motivação, ela tem contato com diferentes sistemas de organização social, costumes, conhecimentos, ou seja, como definiu Norbert Elias, tem contato com diferentes configurações sociais e que interferem na forma como a pessoa enxerga o mundo, alterando o seu habitus social. Portanto, o turismo é uma atividade associada ao lazer, mas que pode ofertar conhecimento e ser entendida como uma importante alternativa para quem busca conhecer novos lugares, mas também para quem recebe o fluxo migratório sazonal como alternativa de renda e desenvolvimento. O que, aliás, tem potencial de crescimento, mas que ainda precisa de investigação cuidadosa.

⁷ “Avaliação do cenário de crise nos municípios”, publicado pela Confederação Nacional de Municípios. O estudo considerou 4.616 prefeituras do país (83% do total).

⁸ A cada R\$ 100 arrecadados nos pequenos municípios, R\$ 91 foram destinados para despesas da máquina pública.

⁹ Organização Mundial do Turismo.

Diante disso, foi elaborado e desenvolvido na Unespar, sob a coordenação do professor Fábio André Hahn, o projeto de investigação intitulado “Rota Ivaí”. Com o propósito de investigar as potencialidades do turismo histórico no desenvolvimento de municípios periféricos na mesorregião centro ocidental paranaense. O turismo histórico consiste em uma alternativa de associar lazer ao conhecimento histórico de um determinado local, uma relação entre as pessoas, o espaço e o tempo¹⁰. O projeto “Rota Ivaí” visa apresentar um diagnóstico das potencialidades de turismo histórico nos municípios de Fênix, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz e Corumbataí do Sul. Como um projeto amplo, “guarda-chuva”, ele é composto por diferentes frentes de investigação e por etapas investigativas. Neste caso, todas ainda estão ligadas à primeira etapa, “etapa Fênix”. Entre as pesquisas associadas, podemos destacar: a pesquisa em questão desenvolvida como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD/Unespar, ao qual me proponho a investigar os indicadores e as potencialidades para o desenvolvimento, sobre o qual explanarei mais à frente; a pesquisa desenvolvida por Ellen Karen Velasco Silva, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória/Unespar, que visa integrar a rota turística na produção de material didático-pedagógico a ser aplicado no Ensino de História com estudantes do Ensino Fundamental II, objetivando compreender se é possível aprender história a partir de um roteiro turístico; a pesquisa desenvolvida por Talita de Kássia da Silva Ferraz, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP/Unespar, que visa tratar sobre divulgação da história a partir do roteiro turístico, produzindo uma programação de podcasts com especialistas no tema voltada ao grande público, procurando nas novas mídias um caminho potencializador para o desenvolvimento de um roteiro turístico histórico acessível e fundamentado, que procura, além do lazer, o conhecimento.

Não obstante, a complexidade do projeto “Rota Ivaí” exige que ele seja desenvolvido de forma interdisciplinar, de modo que o resultado da investigação possa ser produto da convergência de pesquisas realizadas em áreas distintas. No debate da interdisciplinaridade, comungamos dos mesmos princípios defendidos por Ivani Fazenda. Para Fazenda, a interdisciplinaridade é entendida muito mais como um processo que um produto (1994, p. 25),

¹⁰ Existem diferentes entendimentos do que é turismo, portanto influem diretamente no termo turismo histórico. Portanto, neste caso, o entendimento de que o turismo histórico é uma associação entre lazer e uma oportunidade conhecimento da história local.

pois a ênfase se dá no processo de construção das parcerias, incitando o diálogo com outras formas de conhecimento a que não estamos habituados (1994, p. 84).

Portanto, o desenvolvimento da investigação está pautada sobre o seu processo e continuidade, sendo subdividido em etapas de realização. O projeto “Rota Ivaí” se caracteriza pelo trabalho de parceria, em formato colaborativo e de reciprocidade entre os envolvidos, pois pressupõe a presença de projetos pessoais de vida (2005, p. 74), prevalecendo a convicção de que é necessário “romper com as limitações epistemológicas da estrutura disciplinar tradicional e rígida, possibilitando múltiplos olhares sobre uma mesma problemática” (HAHN, 2020, p. 273), com o objetivo de explorar temas complexos, mas fundamentais para a sociedade sem a necessidade da total fragmentação do conhecimento, mas da restauração de um saber unificado.

Posto isto, a pesquisa se justifica pela disposição de dois fatores, um social e outro científico, compreendendo o turismo como uma possibilidade de motor para o desenvolvimento de municípios periféricos. O primeiro fator, o fator social, consiste no turismo como alternativa para o fomento da economia por meio do estabelecimento de novas dinâmicas sociais com o aumento do fluxo de pessoas, gerando oportunidade de trabalho e renda. Para além da renda, o município passa a ter uma maior presença no cenário estadual e nacional, possibilitando atração de novas empresas e oportunidades, oportunizando maior dinâmica social. O segundo fator, de cunho científico, está relacionado à produção científica na área, o que justificaria a necessidade de maiores estudos. Neste momento, optamos por buscar informações apenas em dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre turismo e desenvolvimento. Definiu-se, portanto, trabalhos mais recentes publicados entre 2017 a 2020 nos dados abertos da CAPES¹¹. O resultado encontrado foi um total de 350.389 pesquisas, que foram submetidas ao tratamento de dados¹². O primeiro critério de filtragem foi conter a palavra “TURISMO” no título ou no resumo, identificando-se 2035 produções, salvo as repetidas¹³. Neste conjunto, manteve-se os trabalhos que continham “DESENVOLVIMENTO” no título ou resumo, restando 922 que seguiram para a análise qualitativa. Nesta etapa, identificou-se que as pesquisas referenciaram o turismo como uma atividade global em expansão e responsável pelo desenvolvimento de regiões com potencial de geração de emprego e renda de acordo com as especificidades de cada

¹¹ Estes foram os últimos anos encontrados disponíveis no sistema de dados abertos da CAPES no momento de realização desta pesquisa (14 de dezembro de 2022). Salienta-se que devido à quantidade de dados podem ocorrer inconsistências na base de dados, embora insignificantes frente ao seu volume.

¹² O tratamento de dados e classificação foram realizados no *Software R*. Primeiramente, todos os caracteres foram postos em letra maiúscula e com a devida acentuação. A seguir, seguiu-se para a etapa de classificação a partir dos critérios estabelecidos, análises e geração de artifícios visuais como figuras e gráficos.

¹³ Caso de conter o termo “TURISMO” no título e resumo, respectivamente.

local nos quesitos de disposição geográfica, disponibilidade de recursos e potenciais atrativos, apontando em direção à questão de turismo enquanto oportunidade para o desenvolvimento. Por conseguinte, o critério norteador da análise qualitativa se estabeleceu sobre a temática central: o desenvolvimento de um local ou região por meio do turismo. Dessa forma, resultou-se em 66 trabalhos que podem ser conferidos em: https://lucastoshitaka.github.io/tabela_trabalhos_selecionados.html, sendo caracterizados conforme apresenta as tabelas e figuras:

Figura 1 - Processo de classificação de pesquisas de mestrado e doutorado de 2017 a 2020 por turismo e desenvolvimento



Fonte: O autor (2023).

Tabela 1 – Quantidade de pesquisas selecionadas por ano e programa

Ano	Quantidade	Teses	Dissertações	Produto processo ou técnica	Projeto de aplicação ou adequação tecnológica	Projeto de inovação tecnológica
2017	22	3	19	0	0	0
2018	17	2	12	2	1	0
2019	21	7	13	0	0	1
2020	6	2	4	0	0	0

Total	66	14	48	2	1	1
-------	----	----	----	---	---	---

Fonte: O autor (2023).

Observa-se que as produções estão concentradas em teses e dissertações relacionadas à pesquisa acadêmica – 21.2% e 72.7%, totalizando 93.9%. Em contraste com os outros anos, 2020 teve uma queda, representando apenas 9% dos trabalhos, sugerindo possível reflexo da crise pandêmica na produção científica sobre o tema. A partir dos resultados prévios do censo do IBGE 2022, constatou-se que 14 dos 66 trabalhos selecionados (21,2%) são sobre municípios de pequeno porte I (até 20 mil habitantes), totalizando 12 municípios¹⁴. Destes, 7 municípios¹⁵ (58,3%) não atingiram a estimativa populacional do IBGE 2021, sugerindo decréscimo ou estagnação populacional. Além disso, exceto Nova Veneza/SC, os outros municípios possuem IDH abaixo da média nacional¹⁶. Com isso, fica evidente a necessidade de maior investigação sobre a relação entre turismo e municípios periféricos.

Dessa forma, a problemática da pesquisa em investigação está focada em: como uma rota de turismo histórico pode contribuir para o desenvolvimento de municípios periféricos? Com o propósito de responder a esta questão, dividiu-se a pesquisa em três diferentes momentos que congregam os indicadores do município de Fênix/PR (cap. 1), a proposta (cap. 2) e ações (cap. 3) necessárias e que, conjuntamente, fundamentarão as possibilidades ou não da viabilidade de uma primeira etapa da Rota Ivaí.

O primeiro capítulo tem o propósito de compreender os principais indicadores que caracterizam o município de Fênix como um município periférico que necessita de alternativas e intervenções para fomentar o seu desenvolvimento. Portanto, propõe-se inicialmente a apresentar uma definição de município periférico (i); caracterizar o município de Fênix e seus indicadores econômicos (ii) e analisar as opções para um desenvolvimento econômico sustentável do município (iii).

O segundo capítulo é composto por uma proposta de roteiro turístico histórico, apresentando o debate sobre o turismo no estado e políticas públicas voltadas ao setor (i), além das contribuições trazidas pelas pesquisas selecionadas, sobretudo os trabalhos que investigaram municípios pequenos (ii). Com isso, o propósito é apresentar uma proposta de

¹⁴ A saber: Urupema/SC; São José do Barreiro/SP; Matinhas/PB; Cabaceiras/PB; Piranguçu/MG; Pacatuba/SE; Nova Veneza/SC; Santo Antônio de Leverger/MT; Triunfo/PE; São Caetano de Odivelas/PA; Tibau do Sul/RN e Ingá/PB.

¹⁵ A saber: Cabaceiras/PB; Pacatuba/SE; Nova Veneza/SC; Santo Antônio de Leverger/MT; Triunfo/PE; São Caetano de Odivelas/PA e Ingá/PB.

¹⁶ No ano do último censo concluído do IBGE, 2010, o IDH brasileiro foi de 0,699.

roteiro turístico histórico (iii) vinculada à utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), associada à metodologia de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI)¹⁷ para implementação do roteiro turístico, concentrando em um site o itinerário, os serviços turísticos¹⁸ oferecidos, os atrativos, as informações turísticas e o conhecimento histórico.

O terceiro capítulo propõe apresentar um plano de trabalho com as ações necessárias para a implementação da proposta apresentada e do desenvolvimento do turismo em municípios periféricos, como é o caso de Fênix-PR. As ações sugeridas serão divididas em 4 eixos: 1) intervenção do estado com políticas públicas; 2) eixo formativo: divulgação; informação e formação; e interação com a sociedade; 3) eixo de infraestrutura; e 4) eixo de iniciativa privada. Entre as sugestões serão apresentadas as possíveis alternativas para soluções apresentadas pelas pesquisas investigadas, selecionadas e discutidas no Cap. 2 com os resultados atingidos nessa etapa.

¹⁷ Em 2016, a Asociación Española de Normalización y Certificación (AENOR) editou a norma UNE 178501, direcionada à Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas (SEGITTUR), regulamentando o sistema de gestão dos Destinos Turísticos Inteligentes (DTI). Este documento representa a base norteadora das práticas que caracterizam os DTIs. A partir dessa iniciativa, a Segittur, parte da secretária de Estado de Turismo da Espanha, ficou responsável pela implementação da metodologia DTI. O modelo DTI foi criado como um referencial para destinos no mundo todo, apresentando práticas baseadas nos seus eixos. A saber: governança, sustentabilidade, acessibilidade, tecnologia e inovação.

¹⁸ Estão entre os serviços turísticos: alimentação; hospedagem; lazer e entretenimento; transporte; infraestrutura para eventos; equipamentos turísticos para a realização da atividade; sistema de comunicações; sistema de segurança; sistema educacional; e sistema médico-hospitalar (MTUR, 2007).

2 OS INDICADORES: O MUNICÍPIO DE FÊNIX COMO ESTUDO DE CASO

O propósito neste capítulo é apresentar e analisar indicadores econômicos para o desenvolvimento do município de Fênix-PR, expondo-o à condição que permite caracterizá-lo como periférico e a necessidade de alternativa para o desenvolvimento regional.

2.1 Municípios Periféricos

Os recentes processos da evolução da tecnologia e transformações na dinâmica social trazem a exigência de novos modelos de gerenciamento e administração incorporados na governabilidade. Nessa direção, os municípios vêm enfrentando dificuldades para estabelecer instrumentos capazes de criar condições favoráveis para promover e sustentar o seu desenvolvimento. À vista disso, Fábio Rodrigues da Costa (2013), em sua tese, trabalhou a noção de municípios periféricos e desenvolvimento desigual no Estado do Paraná a partir da apreensão da espacialidade. Segundo Costa (2013, p. 18),

A produção do espaço é o resultado de múltiplas determinações e conexões em escalas diferentes, transitando do local a dimensão internacional [...]. Sendo o espaço compreendido como produto, meio e condição da atividade dos seres humanos não podemos considerá-lo independente e desconectado da própria sociedade, visto que é a partir das múltiplas relações e contradições existentes na sociedade que o espaço é produzido e reproduzido.

Nesse sentido, Costa (2013) se dispõe a alinhar o espaço com as perspectivas de trabalho e os meios de produção, em um movimento dialético que estabelece relações amplas e complexas. O espaço pode ser considerado uma condição para o ato da produção à medida que não somente se produz como materialidade, mas também como reprodução da sociedade.

O espaço é produzido por agentes reais com interesses e estratégias delimitadas. Os interesses entram muitas vezes em conflitos, pois as classes sociais historicamente definidas possuem objetivos divergentes. As condições estabelecidas pelo capitalismo - sociedade dividida em classes contraditórias - atuam como determinações para a (re)produção do espaço, que deve ser compreendido como realidade em construção, em transformação e em contínuo movimento dialético (COSTA, 2013, p. 17).

Desse modo, a expansão territorial produz espaços com características próprias, construídas a partir da convergência entre o global e o local, o processo geral do sistema capitalista sendo executado e articulado em um local com suas singularidades. Visto que a produção no capitalismo depende do espaço, é natural que os investimentos sejam direcionados para os locais que ofereçam melhores condições ou menos obstáculos para o seu desenvolvimento, valorizando dessa forma algumas regiões em detrimento de outras. Essa expansão considera elementos como

a divisão territorial do trabalho, o desenvolvimento das técnicas de produção, a ação do Estado como gestor territorial atrelado aos interesses capitalistas, as articulações possíveis em razão dos avanços nos meios de comunicação e transporte e as especificidades próprias de cada lugar (COSTA, 2013, p. 92).

No interior de um país como o Brasil, que está inserido na dinâmica internacional de países industrializados do sistema capitalista em que as relações de trocas são pautadas no valor agregado à mercadoria, tratando-se principalmente os produtos mais complexos e sofisticados que exigem maiores recursos financeiros em pesquisa e tecnologia. Assim, os investimentos são concentrados em algumas regiões que estão mais capazes de produzir e exportar esses produtos. Estas são as regiões ganhadoras. Enquanto isso, as regiões perdedoras, com exceção as que passaram pelo processo de industrialização, oferecem produtos com pouco valor agregado, como matéria-prima (minérios, grãos, carne etc.). Esse processo reflete no desenvolvimento local e da região como um todo, resultando no esvaziamento populacional das regiões perdedoras, uma das marcas do êxodo rural.

A noção de municípios periféricos em Costa permeia a produção do espaço e desenvolvimento desigual, considerando os seguintes critérios inter-relacionados: "o esvaziamento populacional, subordinação territorial, dependência econômica e indicadores sociais críticos" (COSTA, 2013, p. 99). Para o autor, o esvaziamento populacional é um dos problemas mais sérios de uma grande parcela de municípios no Estado do Paraná, sendo consequência de um movimento que se deu início entre a década de 1960 e 1970, que tinha em vista a modernização das técnicas de produção agrícolas. No entanto, a industrialização ocorreu em locais escolhidos previamente que oferecia maior potencial de reprodução do capital. Como o processo era de interesse para o desenvolvimento do território, a orientação econômica e política do Estado foi na mesma direção que a ação do capital, incentivando trabalhadores rurais a migrarem para os grandes centros urbanos a fim de atender a expansão da indústria e suprir a mão-de-obra necessária. Não obstante, a subordinação territorial acontece no ponto que os

municípios periféricos são deixados de lado nas tomadas de decisões políticas e econômicas que direcionam os investimentos públicos e privados para locais considerados com maior potencial de retorno e menores obstáculos ao desenvolvimento, dado que esse poder de decisão está nas mãos dos bancos, grandes empresas e do governo Federal e Estadual. Conseqüentemente, visto que muitos desses municípios possuem pequena arrecadação de tributos, ocorre a dependência econômica dos repasses públicos para a sua própria manutenção. Dessa forma, essas dificuldades refletem nos indicadores sociais críticos, tanto no local, quanto em suas proximidades, sugerindo estagnação em seu desenvolvimento, ou até mesmo decadência (COSTA, 2013; 2018).

Em conformidade com o conceito de Costa, Kuhn (2014) define os municípios periféricos da seguinte maneira:

são espaços delimitados urbanos-rurais, que apresentam diversas questões preocupantes, como o esvaziamento populacional, forte subordinação e dependência dos municípios vizinhos melhor estruturados e aos polos regionais, bem como, aos recursos públicos federais e estaduais. Apresentam indicadores econômicos sociais críticos, como IDH, PIB e renda *per capita*, Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), Razão de Dependência (%) e muitos são caracterizados como municípios dormitórios (KUHN, 2014, p. 20).

Kuhn aponta para o processo de urbanização estruturado necessariamente a partir de um polo. Assim, as transformações econômicas nos municípios periféricos dependem das novas atividades industriais e serviços que surgirem nesse processo. Em sua pesquisa, com foco nos municípios periféricos do oeste do Paraná, o autor discute sobre a intensa atividade econômica da agricultura e produção pecuária, resultado de esforços das cooperativas de produção e das integrações agropecuárias e agroindustriais para manter as pessoas no campo. Assim, fortaleceu-se a agricultura familiar e a agroindústria, contando também com programas de incentivo partindo do governo federal, estadual e municipal. Todavia, as indústrias e agroindústrias geralmente localizam-se em outros municípios, ocasionando o intercâmbio de matéria prima.

Segundo Kuhn (2014), esse fato acaba tornando alguns desses lugares como municípios dormitórios, aos quais os seus moradores deslocam-se diariamente para trabalhar em indústrias, empresas ou comércios da cidade vizinha, geralmente maior, sendo polos regionais. Para o autor, ainda que esse movimento pendular para fins de trabalho seja classificado como salvação

para grande maioria dos pequenos municípios, ele contribui para a gradativa migração dos filhos, jovens e mais vulneráveis, em conjunto com os seguintes fatores:

- a) busca de oportunidades e perspectivas de trabalho, emprego e renda; b) estudo e/ou qualificação profissional; c) laços familiares, amizade e ou então, d) movidas pelas sérias questões sociais (KUHN, 2014, p. 79).

O forte êxodo rural para os grandes centros urbanos foi resultado da reorganização da base produtiva do Oeste paranaense, ocasionado pela modernização agropecuária, grandes obras de infraestrutura (hidroelétricas, estradas pavimentadas) e o esgotamento de fronteira agrícola, propiciando o uso intensivo de novas áreas e a reestruturação das tradicionais (COLLING *et al*, 2016; PIFFER, 1999; STAMM, 2005). Colling *et al* (2016) discute a dinâmica entre o urbano e o rural em municípios da região oeste do Paraná, a partir da concepção da existência de um corredor de desenvolvimento¹⁹ composto por algumas cidades da região. Para o autor, o desenvolvimento das sociedades mais complexas tiveram sua formação em comunidades rurais, tendo como base do processo econômico a agricultura. Na configuração de redes, estabelecida por corredores, “a agricultura é incorporada a um cenário mais amplo de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas” (COLLING *et al*, 2016, p. 305). Assim, considerando o cenário brasileiro, o meio rural e o urbano não podem ser considerados coisas distintas, mas complementares, à medida que o espaço rural deixou de ser mero fornecedor de recursos, ocupando o lugar de produtor de mercadorias e fornecedor de mão-de-obra a partir da criação de novos postos de trabalho e da possibilidade de combinar média e pequenas empresas em seus domínios (COLLING *et al*, 2016; SILVA, 1997).

Colling *et al* (2016) considerou que os municípios que não estão inseridos no corredor de desenvolvimento, são municípios periféricos. Os municípios periféricos interagem com os municípios da faixa de desenvolvimento, todavia as suas características os mantém na

¹⁹ Colling *et al* (2016) traz algumas abordagens que caracterizam o conceito de corredor de desenvolvimento. 1) Para Kleynhans (2001), o corredor é uma faixa de desenvolvimento, com limites laterais definidos. Este limite comporta a concentração de atividades de bens e pessoas que interagem com o exterior do limite através de rotas de transporte e comunicação, no entanto as suas atividades ficam concentradas em seu interior; 2) Campbell e Meades (2008) e Ferrera de Lima (2010) definem corredor de desenvolvimento como uma área entre dois polos que pode apresentar um nível de desenvolvimento elevado devido à sua localização privilegiada. O corredor de desenvolvimento possui caráter estratégico e pode, ao longo do tempo, assumir um perfil mais ou menos disperso, mais incluyente ou menos incluyente; Para Geyer (1988), os corredores de desenvolvimento caracteriza-se por: os dois centros precisam estar interligados por meio de um canal de comunicação, os centros devem ser mutuamente dependentes, a interação deve fornecer potencial para futuro desenvolvimento, e o eixo deve crescer economicamente e fisicamente.

“periferia”. Na análise do autor, nos municípios periféricos predomina a atividade agropecuária, contudo possuem pequena participação na indústria e serviços.

Para Rocha Neto e Alves (2016), essas características dos municípios periféricos colocam os em concorrência intensa com municípios centrais na disputa por recursos públicos e na captação de investimentos privados, dado que não se encontram no mesmo nível de desenvolvimento e de produção de riqueza das cidades principais. Dessa forma, passam a atuar como complementares em funções secundárias, além de possuírem problemas de toda natureza. A infraestrutura mais elaborada dos municípios centrais torna-os mais competitivos na atração dos investimentos privados.

Em consonância com os autores discutidos anteriormente, Rocha Neto e Alves (2016) aborda a urbanização nos sentidos de Manuel Castells (2000): a concentração espacial da população, nos limites de dimensão e densidade; e a difusão de um sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado “cultura urbana” (p. 39). Nesse sentido, as cidades desempenham o seu papel de produtos e reprodutoras do sistema de economia capitalista, protagonizando as atividades produtivas. Assim, “aquelas que melhor respondem tornam-se hegemônicas e tendem a concentrar poder político e econômico e passam a organizar extensos territórios segundo suas lógicas que, por sua vez, atendem as orientações do sistema produtivo” (ROCHA NETO e ALVES, 2016, p. 91).

Não destoante às ideias de corredor de desenvolvimento (COLLING *et al.*, 2016) e de municípios dormitórios (KUHN, 2014), Costa (2013) aponta a falta de gestão territorial política (governança) como um dos fatores que são obstáculos ao desenvolvimento social de municípios periféricos, ocasionando a: “formação de uma elite local (econômica e política) que não se preocupa efetivamente em promover o desenvolvimento”; “precariedade das políticas de integração”; “dificuldade de acesso e estradas precárias”; “ineficiência do planejamento a médio e longo prazo” e a “precariedade nas condições de trabalho” (p. 70).

2.2 Fênix – indicadores

Fênix, município da região Centro Ocidental do Estado do Paraná, pode ser considerado um município periférico conforme a classificação de Costa (2013; 2016; 2018). A sua região geográfica imediata é a cidade de Campo Mourão, ao qual foi desmembrado em 1960 e instalado em 15 de novembro de 1961. Nos limites do seu território encontram-se os municípios de Quinta do Sol, Peabiru, Barbosa Ferraz, Itambé, São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí. O seu

interior é composto com 3 distritos, a saber: Fênix, Bela Vista do Ivaí e Porteira Preta; e pertence à comarca de Engenheiro Beltrão.

Figura 2 - Mapa do Estado do Paraná indicando a localização do município de Fênix



Fonte: autoria própria (2023).

Os dados de 2021 revelam que a área territorial de Fênix é de 233,844 km², com densidade demográfica de 20,24 hab/km² e população de 4.492 habitantes (IBGE, 2023).

Tabela 2 – Evolução populacional de Fênix-PR

FÊNIX	1980	1991	2000	2010	2022
População censitária (IBGE)	7.444	5.983	4.942	4.802	4.492 ²⁰
População estimada (IBGE)	-	6.127 ²¹	4.487 ²²	5.017 ²³	4.734 ²⁴
Densidade demográfica (hab/km²)	-	-	21.14	20.54	20.24 ²⁵

²⁰ Resultados prévios do censo 2022.

²¹ Ano anterior: 1990.

²² Ano anterior: 1999.

²³ Ano anterior: 2009.

²⁴ Ano anterior: 2021.

²⁵ Ano anterior: 2021.

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Ipardes (2022); IBGE (2010; 2023).

A população de Fênix apresenta decréscimo populacional desde o primeiro censo, em 1980. A população censitária foi de 7.444 para 4.492, redução de quase 40% no número de habitantes. Conforme o resultado prévio do censo 2022 (IBGE, 2023), o número de habitantes em 2022 manteve-se 5% abaixo do estimado. Assim, a densidade demográfica do município também segue em decréscimo.

Tabela 3 – Domicílios rurais e urbanos em Fênix-PR

FÊNIX	1991	2000	2010
Domicílios urbanos	1.146	1.265	1.450
Domicílios rurais	643	459	334
Total	1.789	1.724	1.784

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Ipardes (2022); IBGE (2010).

Dado o exposto, o número de domicílios manteve-se estável, não indicando novas construções de moradias e, conseqüentemente, indica que não houve crescimento habitacional no município. É possível observar a migração do campo para a cidade, visto a diminuição dos domicílios rurais e, por outro lado, o aumento dos domicílios urbanos.

Tabela 4 – População censitária urbana e rural em Fênix-PR

FÊNIX	1991	2000	2010
População Censitária Urbana	4.016	3.836	3.995
População Censitária Rural	1.967	1.106	807

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Ipardes (2022); IBGE (2010).

Assim como os domicílios rurais, a população no campo também segue diminuindo. Dessa forma, Fênix apresenta alto grau de urbanização (83,19%). Disso deriva outros tipos de problemas relacionados principalmente ao trabalho, renda e ao meio ambiente.

Tabela 5 – População censitária urbana e rural em Fênix-PR

Condição de ocupação dos domicílios	Quantidade de domicílios
-------------------------------------	--------------------------

Próprio	1.190
Cedido	209
Alugado	189
Outra condição	24
Total	1.612

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Ipardes (2022); IBGE (2010).

Complementando, conforme apresentado na tabela, a maioria dos domicílios eram próprios (73,8%). Apenas 189 eram domicílios alugados, indicando que pode não existir grande demanda de investimentos por parte do setor imobiliário em construções de domicílios para aluguel – condição de ocupação geralmente adotada por pessoas que migram para outros municípios para trabalhar.

Quanto ao trabalho e renda, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,1 salários mínimos, abaixo da média do estado (3,7 salários mínimos). A população ocupada é de 657 pessoas, representando apenas 13,8% do total²⁶. Já a população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo, tratava-se de 37,4% da população total²⁷. De acordo com os dados disponibilizados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de 2010 a 2019 foram realizadas no município 1.163 admissões, com um total de 163 estabelecimentos. Por outro lado, teve 1.139 desligamentos, totalizando a variação absoluta de 24 admissões. Em janeiro de 2019, o número registrado de empregos formais era de 330.

Figura 3 – Perfil do Município de Fênix no CAGED de 2010 a 2019²⁸

²⁶ Dados do salário médio mensal e população ocupada no IBGE estão disponíveis até 2020.

²⁷ Dados do população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo no IBGE estão disponíveis até 2010.

²⁸ Os dados resultantes em 0 podem representar a ausência do respectivo dado.

Setor	Perfil do Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Construção Civil	Admissões	0	4	0	2	2	1	0	11	13	22
	Desligamentos	15	0	1	1	2	2	2	59	3	5
	N emp formais 2019	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
	Total de Estabelecimentos	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
	Varição Absoluta	-15	4	-1	1	0	-1	-2	-48	10	17
Extrativa Mineral	Admissões	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Desligamentos	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	N emp formais 2019	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total de Estabelecimentos	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Varição Absoluta	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de Transformação	Admissões	2	4	1	5	2	5	3	5	6	1
	Desligamentos	1	2	1	7	3	3	5	0	3	5
	N emp formais 2019	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
	Total de Estabelecimentos	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
	Varição Absoluta	1	2	0	-2	-1	2	-2	5	3	-4
Serviço Industrial de Utilidade Pública	Admissões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Desligamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	N emp formais 2019	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total de Estabelecimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Varição Absoluta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comércio	Admissões	89	96	68	77	95	91	63	59	57	27
	Desligamentos	64	93	65	72	114	91	62	52	50	36
	N emp formais 2019	164	164	164	164	164	164	164	164	164	164
	Total de Estabelecimentos	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
	Varição Absoluta	25	3	3	5	-19	0	1	7	7	-9
Serviços	Admissões	15	18	28	28	17	26	41	26	24	21
	Desligamentos	14	13	22	12	25	20	40	19	23	24
	N emp formais 2019	84	84	84	84	84	84	84	84	84	84
	Total de Estabelecimentos	56	56	56	56	56	56	56	56	56	56
	Varição Absoluta	1	5	6	16	-8	6	1	7	1	-3
Administração Pública	Admissões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Desligamentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	N emp formais 2019	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14
	Total de Estabelecimentos	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Varição Absoluta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	Admissões	11	15	14	11	19	7	14	11	6	3
	Desligamentos	8	5	17	12	11	14	16	7	8	10
	N emp formais 2019	38	38	38	38	38	38	38	38	38	38
	Total de Estabelecimentos	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41
	Varição Absoluta	3	7	-3	-1	8	-7	-2	4	-2	-7

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de CAGED (2023).

Dado o exposto na figura anterior, os setores com maior número de admissões do período foram o setor de comércio (722) e de serviços (318). No entanto, também são os setores com maior número de desligamentos: 699 e 262, respectivamente. Assim, o saldo positivo mais representativo dos empregos formais em Fênix é dos setores de comércio e serviços, totalizando 79. O setor com maior variação negativa, isto é, com número de desligamentos superior ao de admissões, é o de construção civil (-35), com pico de desligamentos em 2010 (-15) e em 2017 (-59), voltando a ter saldo positivo em 2018 (10) e 2019 (17). Outra variação negativa de maior representação foi no setor de comércio em 2014 (-19), ano com maior quantidade de desligamentos do período (114).

Em relação ao número de empregos formais registrados em 2019, os setores de comércio e serviços se destacam com 164 e 84, respectivamente. Em seguida, prevalece o setor agropecuária, extração vegetal, caça e pesca com 38 empregos.

Ao observar o número de estabelecimentos, sugere-se uma correlação com os números de empregos formais. Os setores de comércio e serviços também se destacam pelo número de estabelecimentos (50 e 56, respectivamente). A seguir, ordenadamente, vem o setor

agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (41); construção civil (8); indústria de transformação (6); extrativa mineral (4); e administração pública (2).

Assim, pode-se conceber que os setores de comércio e serviços são os maiores empregadores formais de Fênix. Em contrapartida, as indústrias, contabilizavam apenas 10 empregos formais e 6 estabelecimentos.

Complementando, o Ipardes (2023) com dados do MTP²⁹, em 2021, também apontam para o destaque dos setores de comércio e serviços em relação ao número de estabelecimentos (56,1%) e empregos (48,8%). Além desses setores, a administração pública concentra maior parte dos empregos do município (37,7%).

Tabela 6 – Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) por atividades econômicas em Fênix - 2021

Atividades econômicas	Estabelecimentos	Empregos
Indústria de transformação	4	8
- Produtos minerais não metálicos	1	3
- Metalúrgica	2	0
- Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	1	5
Construção civil	4	46
Comércio	26	151
- Comércio varejista	22	61
- Comércio atacadista	4	90
Serviços	24	180
- Instituições de crédito, seguros e de capitalização	2	5
- Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica	7	31
- Transporte e comunicações	4	6
- Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	6	31
- Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2	3
- Ensino	1	104

²⁹ Ministério do Trabalho e da Previdência.

Administração pública	2	256
Agropecuária (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca)	31	37
Total	89	678

Fonte: Ipardes (2023).

Assim, os dados apontam que o setor de indústria é o menor em relação a empregos (1,1%). Tratando-se disso, os setores de construção civil (6,7%) e agropecuária (5,4%) também possuem uma participação menor em comparativo aos outros setores.

Acerca dos aspectos socioeconômicos, o Governo Federal utiliza o Cadastro Único (CadÚnico) para registrar as famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro que possuem $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa ou renda familiar total de até 3 salários mínimos, possibilitando o acesso a benefícios e serviços de programas sociais. Em janeiro de 2023, havia 1.239 famílias, sendo 423 (34%) famílias em situação de Extrema Pobreza³⁰; 80 (6%) famílias em situação de Pobreza³¹; 353 (28%) famílias de Baixa Renda³²; 383 (31%) com renda acima de $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo. Entre esses, foram 431 famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Brasil³³ (MDS, 2023).

Tabela 7 – Cadastro Único em Fênix

Cadastro Único	Quantidade de pessoas	%	Relação entre a população total (4.492)
Extrema Pobreza	1.053	38%	23,4%
Pobreza	180	6%	4%
Baixa Renda	944	34%	21%
Renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	615	22%	13,6%
Total	2.792	100%	62%

³⁰ Famílias que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$ 105,00 (cento e cinco reais).

³¹ Famílias que possuem renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00 (cento e cinco reais e um centavo e duzentos e dez reais).

³² Famílias que possuem renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos.

³³ O Programa Auxílio Brasil contempla nove modalidades diferentes de benefícios: Benefícios Primeira Infância (BPI); Benefícios Composição Familiar (BCF); Benefícios Composição Criança (BCC); Benefícios Composição Adolescente (BCA); Benefícios Composição Jovem (BCJ); Benefícios Composição Gestante (BCG); Benefícios Composição Nutriz (BCN); Benefícios de Superação da Extrema Pobreza (BSP); Benefícios Compensatório de Transição (BCOMP) e benefícios extraordinários.

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de MDS (2023).

Em termos de quantidade de pessoas, são 2.792 pessoas cadastradas, sendo 1.053 (38%) em Extrema Pobreza; 180 (6%) em situação de Pobreza; 944 (34%) em situação de Baixa Renda; e 615 (22%) com renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo (MDS, 2023). Dado isso, considerando a população censitária do município 4.492, pode-se afirmar que 23,4% dos moradores de Fênix se encontram em situação de Extrema Pobreza; 4% em situação de Pobreza e 21% em situação de Baixa Renda. Assim sendo, a proporção de pobres³⁴ de Fênix é de 48% (2.177/4492). Quanto à desigualdade social, o índice de Gini de Fênix³⁵ é de 0,4435, abaixo da média brasileira (0,533) e do Paraná (0,53) no ano³⁶ (IBGE, 2010). Complementando, a razão de dependência de Fênix é de 46,09%³⁷, indicando que a população em idade produtiva deve sustentar quase metade população total - que são dependentes, ocasionando encargos assistenciais para a sociedade.

Quanto ao meio ambiente, Fênix apresenta área urbanizada de 2,18 km²³⁸, apenas 5,1% de esgotamento sanitário adequado³⁹ e 12,9% de urbanização de vias públicas⁴⁰. Por outro lado, a arborização de vias públicas é de 97,7%⁴¹. O município recebeu R\$2.965.709,83 do ICMS Ecológico⁴² em 2021 (IPARDES, 2022) por conta da sua Unidade de Conservação. De acordo com IBGE (2020), o conselho e fundo municipal do meio ambiente de Fênix foi instaurado em 2000, contudo possui caráter consultivo e fiscalizador e não realiza capacitações. Em 2012, foram criados instrumentos de gestão ambiental da coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos e saneamento básico, dado que os manejos de resíduos sólidos estão nos termos da política nacional. Conforme dados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR (2021;

³⁴ População com renda domiciliar mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (DATASUS, 2010).

³⁵ Índice que mede a desigualdade social a partir da distribuição de renda domiciliar per capita em um determinado espaço geográfico. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade, ou seja, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único indivíduo. Quanto mais próximo de 0, maior a igualdade, ou seja, a renda é distribuída proporcionalmente entre os indivíduos (IPARDES, 2023).

³⁶ 2010.

³⁷ Razão de dependência é a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos e os de 65 anos ou mais de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico. A razão de dependência mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva (IPARDES, 2022). Este dado foi disponibilizado em 2010.

³⁸ Dado do último ano disponível pelo IBGE, 2019.

³⁹ Dado do último ano disponível pelo IBGE, 2010.

⁴⁰ Dado do último ano disponível pelo IBGE, 2010.

⁴¹ Dado do último ano disponível pelo IBGE, 2010.

⁴² É um remanejamento de receita tributária, com base na proteção ambiental que um determinado município aplica no seu território.

2022), nos últimos 2 anos, o município destinou mais de R\$ 1,26 milhões para preservação e conservação ambiental.

Em relação aos índices de desenvolvimento, Fênix possui IDH de 0,716⁴³, abaixo da média estadual de 0,749⁴⁴. A medida do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é composta por longevidade (0,825), educação (0,665) e renda (0,669)⁴⁵, sendo classificadas como dimensões importantes para a vida humana ter possibilidades de viver uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno que garanta as necessidades básicas (PNUD, 2022). Na associação em que Fênix está inserido, a COMCAM⁴⁶ que integra 25 municípios da região, com exceção à Campo Mourão – que é a região imediata e o polo, todos os outros apresentam IDH abaixo da média estadual, mantendo a autoridade de Campo Mourão sobre a região.

Em complemento, é preciso dar vistas ao Índice Iparides de Desempenho Municipal (IPDM) que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná, sendo composto pelas dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; educação; e saúde, com dados disponíveis de 2010 a 2020.

Tabela 8 – Índice Iparides de Desempenho Municipal (IPDM) de Fênix 2010 a 2020

IPDM	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Geral ⁴⁷	0,5908	0,6079	0,6052	0,5573	0,5238	0,5987	0,6174	0,7332	0,7083	0,7452	0,7143
Renda ⁴⁸	0,3890	0,3920	0,3963	0,4111	0,3944	0,3899	0,3661	0,4168	0,4045	0,4141	0,3898
Educação	0,6276	0,6537	0,6642	0,5948	0,5884	0,6747	0,6674	0,8329	0,7799	0,8498	0,8583
Saúde	0,7558	0,7778	0,7551	0,6658	0,5885	0,7314	0,8189	0,9499	0,9406	0,9717	0,8947

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Iparides (2022).

Figura 4 – Gráfico do IPDM - Fênix de 2010 a 2020

⁴³ Dado do último ano disponível pelo IBGE, 2010.

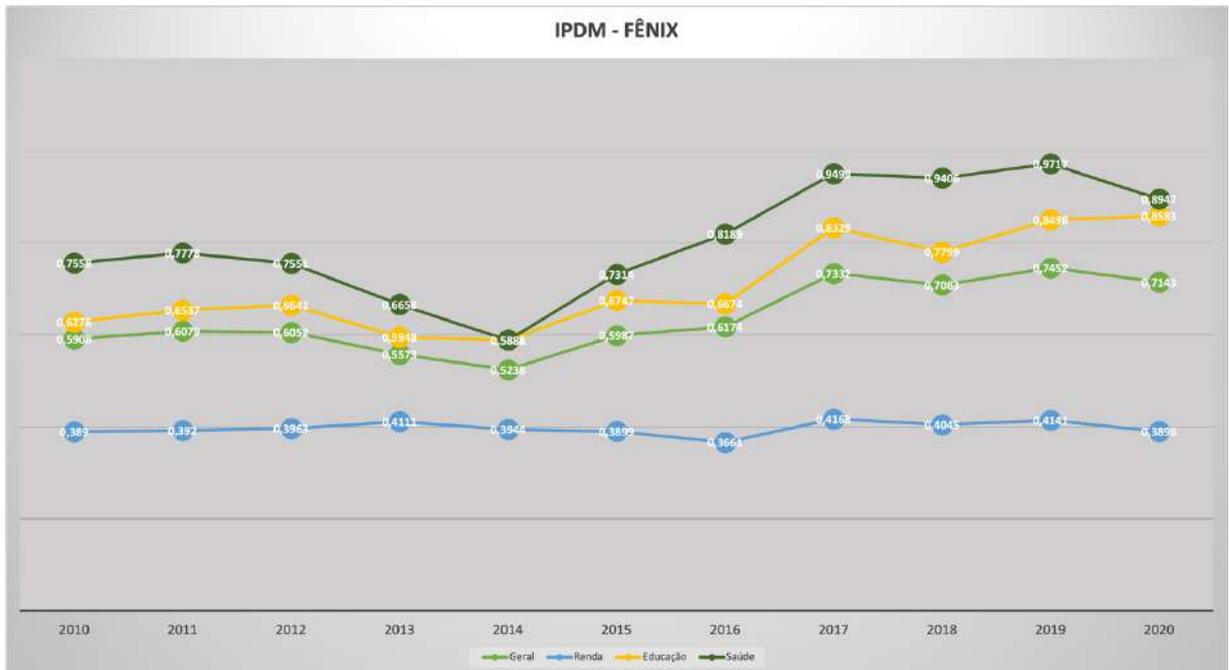
⁴⁴ Dado de 2010 utilizado para comparação de dados do mesmo ano.

⁴⁵ Ressalta-se a renda por capita de R\$514,41 em 2010.

⁴⁶ A Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão (COMCAM) é uma associação de municípios no Estado do Paraná, fundada em 30 de julho de 1969 e institucionalizada em 26 de fevereiro de 1986, tendo como objetivo ser uma ferramenta de integração administrativa, econômica e social que serve de auxílio às necessidades dos municípios integrantes. É formada por 25 municípios: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre do Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubitatã.

⁴⁷ Índice geral.

⁴⁸ Renda, emprego e produção agropecuária.



Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Iparides (2022).

Visto os dados, pode-se observar que os eixos de saúde e educação se encontram em estado crescente até 2019. A saúde apresentou uma queda no ano de 2020 em relação a 2019, que pode ter sido ocasionada pela crise pandêmica com efeitos mais intensos sobre o setor. Nos últimos 3 anos, o índice geral manteve-se patamar superior aos anos anteriores. Contudo, a referência específica à renda, emprego e produção agropecuária (Renda) encontra-se no mesmo patamar de 2010, com leves oscilações, sugerindo estabilidade e não desenvolvimento.

Não obstante, ao que tange as receitas e despesas do município:

Tabela 9 – Receitas e despesas do município de Fênix no ano de 2022

	2022	2021	2020	2019	2018
Valor arrecadado	R\$ 32.693.820,40	R\$ 27.222.415,39	R\$ 25.835.141,04	R\$ 22.021.278,85	R\$ 21.629.581,25
Despesas empenhadas	R\$ 29.172.099,36	R\$ 22.753.111,17	R\$ 22.812.599,77	R\$ 19.694.896,09	R\$ 22.562.159,80
Total	R\$ 3.521.721,04	R\$ 4.469.304,22	R\$ 3.022.541,27	R\$ 2.326.382,76	- R\$ 932.578,55

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Portal da Transparência de Fênix (2023).

Conforme os dados do portal da transparência de Fênix (2023), o município tem receita positiva anual desde 2019.

Tabela 10 – Transferências da União, dos Estados, do Distrito Federal e de suas Entidades

	2022	2021	2020	2019	2018
Transferências da União e de suas Entidades	R\$ 13.823.360,00	R\$ 13.080.976,60	R\$ 12.764.114,80	R\$ 12.077.392,35	R\$ 11.423.668,00
Transferências dos Estados	R\$ 7.665.904,00	R\$ 7.304.432,00	R\$ 6.957.011,00	R\$ 6.831.898,00	R\$ 6.243.184,20
Total	R\$ 21.489.264,00	R\$ 20.385.408,60	R\$ 19.721.125,80	R\$ 18.909.290,35	R\$ 17.666.852,20

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Portal da Transparência de Fênix (2023).

É possível perceber também o aumento recorrente no repasse da União e do Estado. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB⁴⁹) a preços recorrentes em Fênix e no Estado, Fênix possui uma média de R\$160.205,94 de 2017 a 2020.

Tabela 11 – Produto Interno Bruto (PIB) de Fênix e do Paraná de 2017 a 2020

PIB	2020	2019	2018	2017
Fênix	R\$ 212.030,842	R\$ 144.588,240	R\$ 149.432,197	R\$ 134.772,474
Paraná	R\$ 487.930.593,779	R\$ 466.377.036,431	R\$ 440.029.402,862	R\$ 421.497.870,228
Participação de Fênix no PIB estadual	0,043%	0,031%	0,034%	0,032%

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Ipardes (2022) e IBGE (2023).

Fênix possui uma participação média de 0,035% no PIB estadual (2017 a 2020). O PIB do município é composto majoritariamente pelo Valor adicionado bruto (VAB) a preços básicos na agropecuária, conforme apresenta a tabela abaixo.

Tabela 12 – Produto Interno Bruto (PIB) de Fênix em 2020 por ramos de atividades

Ramos de atividades	Valor
PIB - VAB a preços básicos na agropecuária	R\$ 107.371,638
PIB - VAB a preços básicos na indústria	R\$ 9.969,923

⁴⁹ PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, por ano.

PIB - VAB a preços básicos no comércio e serviços	R\$ 57.164,314
PIB - VAB a preços básicos na administração pública	R\$ 27.246,174
PIB – Impostos	R\$ 10.278,793
Total	R\$ 212.030,842

Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Ipardes (2022) e IBGE (2023).

Logo, a agropecuária compõe 50,6% do PIB de Fênix, seguida do comércio e serviços (26,9%), administração pública (12,8%) e, por fim, a indústria com apenas 4,7%. Este dado apoiado em informações anteriores, sugere que, em termos econômicos, o setor agropecuário é o mais forte, enquanto o setor industrial é o menos desenvolvido e influente. Nesse sentido, o valor adicionado fiscal (VAF)⁵⁰ segue a proporção.

Tabela 13 – Valor adicionado fiscal por ramos de atividades

Ramos de atividades	Valor
Produção primária	R\$ 183.097.932
Indústria	R\$ 3.281.627
Comércio e em Serviços	R\$ 81.359.927
Total	R\$ 212.030,842

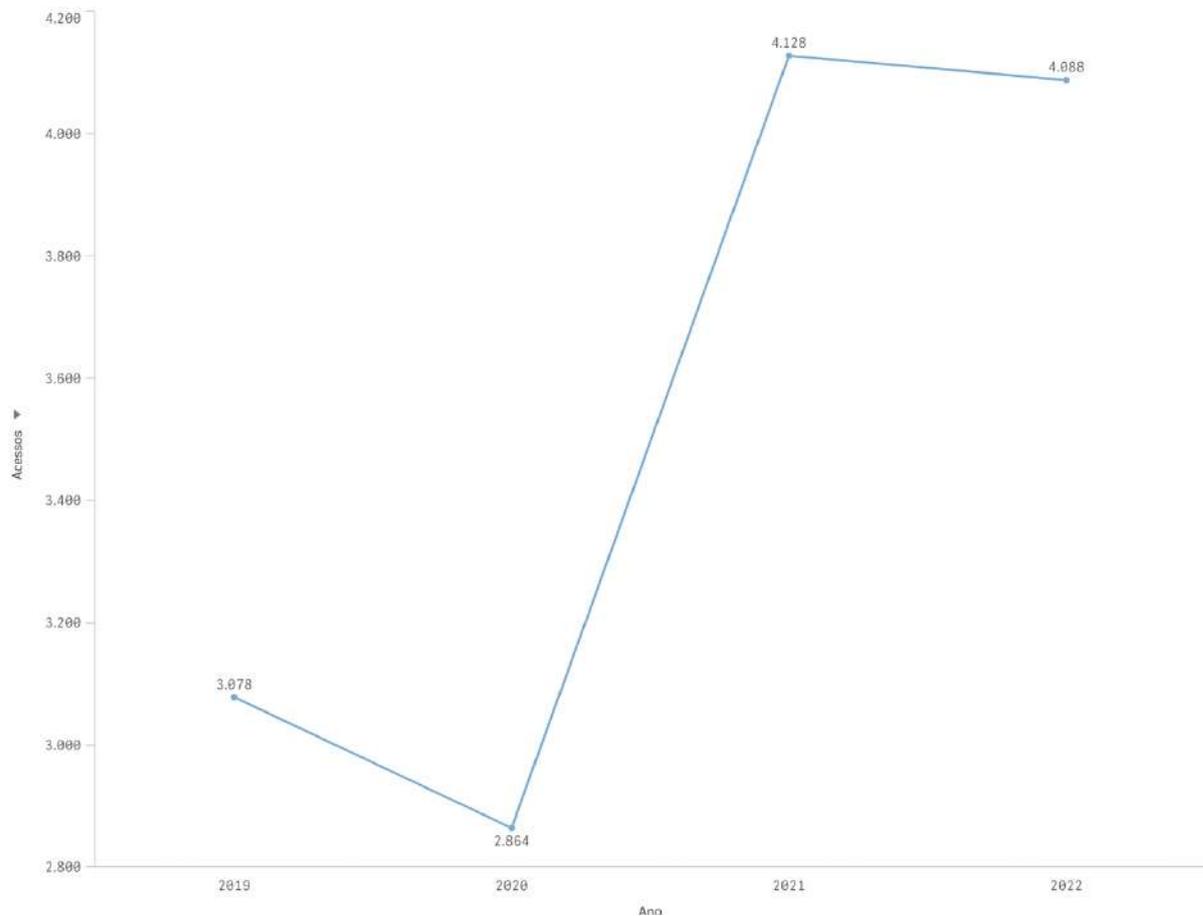
Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Ipardes (2022) e SEFA (2023).

Atualmente, visto a ampla utilização da internet, os municípios estão se mobilizando para o fornecimento de infraestrutura adequada que permita a conectividade. De acordo com a Anatel (2023), as estações de cobertura móvel mais que duplicou de quantidade dos anos de 2019 a 2023, de 2 para 5, cobrindo 94,9% dos moradores e 95,1% dos domicílios, em 73,6% da área territorial de Fênix. Nesse contexto, enquanto os acessos por telefonia fixa diminuí radicalmente (de 305 para 161 – 2019 a 2022), os acessos por telefonia móvel aumentam, conforme apresentado nos dados a seguir:

Figura 5 – Número de assinantes do serviço de Telefonia Móvel em 2022

⁵⁰ É o valor das mercadorias saídas, acrescido com o valor das prestações de serviços, deduzido o valor das mercadorias entradas (SEFA, 2021).

Evolução de acessos/densidade de Telefonia Móvel



Fonte: Anatel (2023).

De 2020 a 2021 teve um aumento de 69,3% no número de acessos de telefonia móvel. Este aumento significativo pode ter sido reflexo da pandemia iniciada em 2020, que devido às medidas de distanciamento social levou as pessoas buscarem se comunicar à distância. Já o acesso de banda larga fixa⁵¹, aumentou 86,8% (948/1092) no período (de 2020 a 2021).

Dado ao exposto nos indicadores, foi possível caracterizar Fênix como um município que enfrenta os três fatores que dificultam o desenvolvimento de municípios periféricos. O decréscimo populacional é recorrente desde o censo de 1991. A dinâmica econômica é limitada à medida que está concentrada em uma atividade geradora de renda, que é a com maior participação no PIB municipais, a agropecuária. Todavia, os maiores empregadores do município são os setores de comércio e serviços. Provavelmente sem estímulos ou condições favoráveis, Fênix possui pouquíssimas indústrias de transformação, as quais geralmente atuam como indutoras de desenvolvimento ocasionado pela empregabilidade, comercialização e

⁵¹ Banda larga fixa é a conexão de internet ligada por um fio à rede de distribuição ou antena de captação e se conecta a um modem roteador.

impostos. Sem novos empregos, indústrias, domicílios e moradores, o resultado é o não aumento na arrecadação de impostos. Não obstante, o crescimento de novas tecnologias e a utilização da internet exige novos recursos de infraestrutura que permitam a ampla conectividade no município, bem como a incorporação e adaptação às novas ferramentas.

2.3 Opções para o desenvolvimento sustentável

Como observado nos indicadores, a economia de Fênix depende dos repasses do Estado e da União, sendo um município subordinado à sua região imediata: Campo Mourão, além dos problemas de decrescimento populacional; elevada proporção da pobreza; baixo IDH e IPDM; alta razão de dependência; concentração em atividade econômica que não apresenta alta geração de empregos; e poucas indústrias. A partir dos dados apresentados, conclui-se que o município de Fênix apresenta dificuldades de sustentação, sobretudo em seus aspectos econômicos e socioeconômicos. Frente a isso, é necessário, portanto, a intervenção do Estado por meio de promoção de políticas públicas que visem a alteração dos indicadores para o desenvolvimento de municípios periféricos, como é o caso de Fênix.

2.3.1 Agricultura

As principais atividades econômicas de Fênix estão relacionadas à agricultura. Segundo o índice de Produção Agrícola Municipal do IBGE (PAM), em 2021, a sua produção agropecuária de cultura temporária foi majoritariamente soja e milho, ficando em terceiro lugar a cana-de-açúcar, com área colhida de 15.000ha, 14.020ha e 565ha, respectivamente. Já, na produção de cultura permanente, destacou-se o cultivo de maracujá, laranja, abacate, banana e café, embora em menor proporção. A produção foi de 75t, 20t, 20t, 22t e 6t, respectivamente, somando uma área colhida de 20ha (IBGE, 2021). Já o censo agropecuário do IBGE (2017) aponta que 89% das áreas de estabelecimentos agropecuários são de lavouras temporárias, correspondendo a 17.643ha. Em segunda posição vem a pecuária e criação de outros animais com 82 estabelecimentos e 2.079ha. Ocorre ainda a atividade de horticultura e floricultura e lavoura permanente, ocupando 11ha e 70ha, respectivamente. Em 77% desta área o produtor é o próprio proprietário, sendo o restante produzido em terras arrendadas. A produção de origem animal se concentra em casulos do bicho-da-seda - 11.286kg, leite - 1.137mil L, mel de abelha - 7.000kg e ovos de galinha - 11mil dz (IBGE, 2021).

O Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR⁵² aponta que existem 652 imóveis rurais⁵³ em Fênix, totalizando cerca de 23.288,22ha. As maiores propriedades são Fazenda Rio Bonito⁵⁴ com 808,1154ha e Fazenda Água Azul⁵⁵ com 751,400ha.

Tabela 14 – Quantidade de propriedades por tamanho da área (ha) dos imóveis rurais de Fênix⁵⁶

Área Total (ha) das propriedades	Quantidade de propriedades
12,1	36
24,2	27
7,26	15
6	14
4,8	13
48,4	10
9,6	10

Fonte: autoria própria (2023).

Conforme os dados apresentados, 36 imóveis rurais possuem área de 12,1ha. É possível observar que 12,1ha é metade de 24,2ha que é a segunda maior quantidade de imóveis rurais com esta área e representa 27 propriedades no município. Entre os 652 imóveis rurais, 336 (51,5%) possuem menos que 80ha de área total. Dito isso, se o proprietário não acumula mais de uma propriedade de modo a ultrapassar 80ha, este se enquadra em regime de agricultura familiar e pequena propriedade, que se caracteriza pelo limite de dimensão 4 módulos fiscais (em Fênix, cada módulo fiscal representa 20ha). Imóveis rurais de 04 a 15 módulos fiscais representam média propriedade, sendo considerada grande propriedade aquela com área superior a 15 módulos (EMBRAPA, 2023). Fênix, no caso, possui 50 médias propriedades e 10 grandes propriedades, somando 11.791,90ha. Assim, as médias e grandes propriedades

⁵² Pesquisa realizada em 26 de fevereiro de 2023.

⁵³ As propriedades podem ser consultadas na consulta pública do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR): <https://sncr.serpro.gov.br/sncr-web/consultaPublica.jsf?windowId=a98>. Acesso em: 26 fev. 2023.

⁵⁴ Código do imóvel: 7190720042516.

⁵⁵ Código do imóvel: 7190720042435.

⁵⁶ Dados que apresentaram quantidade de propriedades maior ou igual a 10 propriedades com o mesmo tamanho de área.

representam 9,2% da quantidade total de propriedades rurais do mesmo modo que 90,8% são pequenas propriedades e minifúndios⁵⁷.

Conforme discutido na seção anterior deste trabalho sobre os indicadores do município, a atividade de maior participação econômica é a agropecuária, uma vez que o setor compõe 50,6% do PIB municipal. O valor nominal entre as atividades divide-se da seguinte forma:

Tabela 15 – Valor bruto da produção agropecuária

Tipo de produção	Valor nominal (R\$ 1,00)
Agricultura	215.103.379,51
Florestais	137.456,00
Pecuária	31.010.963,98
Total	252.251.799,49

Fonte: Ipardes (2023) adaptado de SEAB/DERAL.

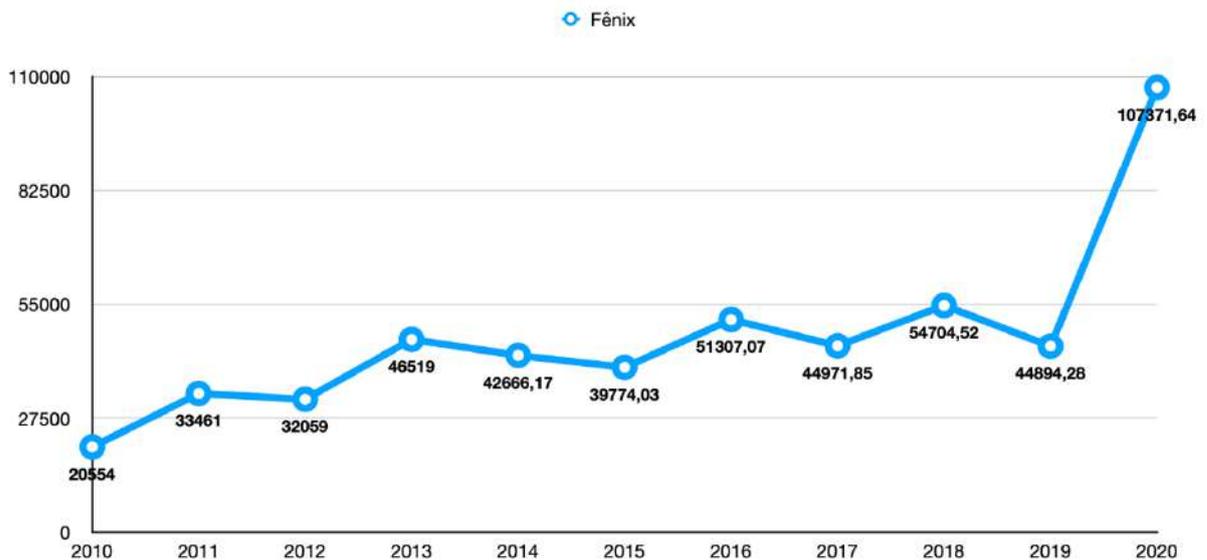
Visto os dados, o valor bruto é composto majoritariamente pela agricultura (85%). No entanto, a atividade agropecuária no município pode ter atingido o limite do seu potencial. É possível sugerir isso dado principalmente a dois fatores. O primeiro fator é a migração recorrente da população do campo para a cidade. Conforme apresentado anteriormente nos indicadores, a quantidade de domicílios rurais decresce à medida que a quantidade de domicílios urbanos cresce. Do mesmo modo, a população censitária rural está em decréscimo. O segundo fator consiste na estagnação do eixo de renda, emprego e produção agropecuária, que não acompanhou os outros eixos de saúde e educação, apenas oscilou mas se manteve no mesmo patamar de 2010. A prefeitura desenvolve programas ou ação de estímulo à agricultura familiar e à pesca, com distribuição gratuita de mudas e cessão temporária gratuita de maquinários aos produtores agropecuários. As comunidades rurais se apoiam nas associações de moradores e sindicato rural, além dos órgãos municipais e estaduais de assistência técnica a esses tipos de atividades. Contudo, o município não apresenta grande diversidade em seus setores produtivos. Assim, não havendo novas áreas para expansão e exploração, o desenvolvimento da atividade agropecuária dependente de novas tecnologias para aumento de produtividade.

⁵⁷ Imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal.

2.3.2 Indústrias

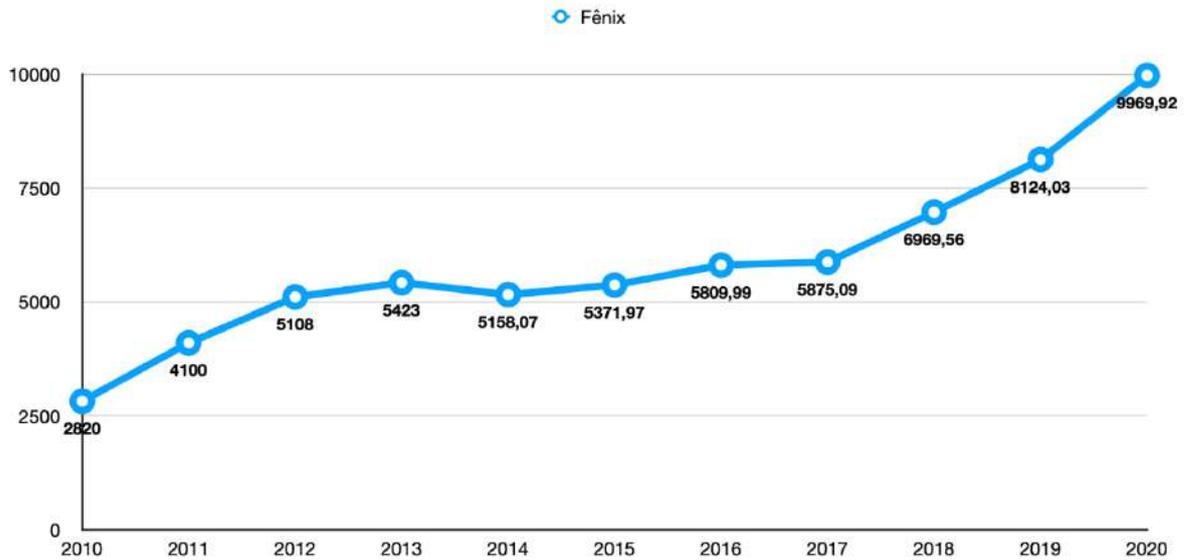
A principal cooperativa estabelecida na região é a COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense, operando como uma espécie de monopólio que suprimiu os pequenos cerealistas do município (IAT, 2022). Em Janeiro de 2023, as seguintes indústrias que possuíam licença para funcionar em Fênix: Coamo agroindustrial cooperativa; Agrícola M K Ltda; IHS Brasil cessão de infraestruturas SA; L.Riedi & Cia Ltda; Telefônica Brasil SA; e Nextel Telecomunicações Ltda. As atividades estão relacionadas com a agropecuária e serviços de telecomunicações. Todavia, diferente das demais indústrias citadas, a Coamo possui vários licenciamentos ambientais para operar, conforme dados do SGA⁵⁸ (2023).

Figura 6 – Valor adicionado bruto a preços correntes – atividade econômica: agropecuária



Fonte: autoria própria (2023) adaptado de IBGE (2023).

⁵⁸ O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é uma ferramenta de gestão controlada por órgão público estadual que permite o controle e administração de licenças ambientais. O SGA contempla licenças para as seguintes atividades: Agropecuária (Avicultura, Bovinocultura, Suinocultura e Piscicultura); Comércio e Serviço (Oficina mecânica, Hospitais, Clínicas de Saúde, Restaurante e similares, Estabelecimentos da Administração Pública em Geral, entre outros); Transportadoras (Cargas em geral, Resíduos Perigosos e Não-Perigosos); Postos de Combustíveis, Bases de Distribuição e Instalação de Sistemas Retalhistas; Industrial; Imobiliário; Tratamento, armazenamento e disposição final de resíduos sólidos industriais, urbanos e de serviços de saúde (Incineradores, Composteiras, Recicladoras de materiais, Barracões de Triagem, Autoclaves, entre outros empreendimentos de recebimento, triagem, segregação e acondicionamento temporário para posterior destinação final). Geração de Energia: Biodigestor, Coogeração de Energia, Geração de Vapor, Geração Eólica, Geração Hidrelétrica, Geração Solar, Termelétrica; Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia; Gás canalizado (IAT, 2022).

Figura 7 – Valor adicionado bruto a preços correntes – atividade econômica: indústria

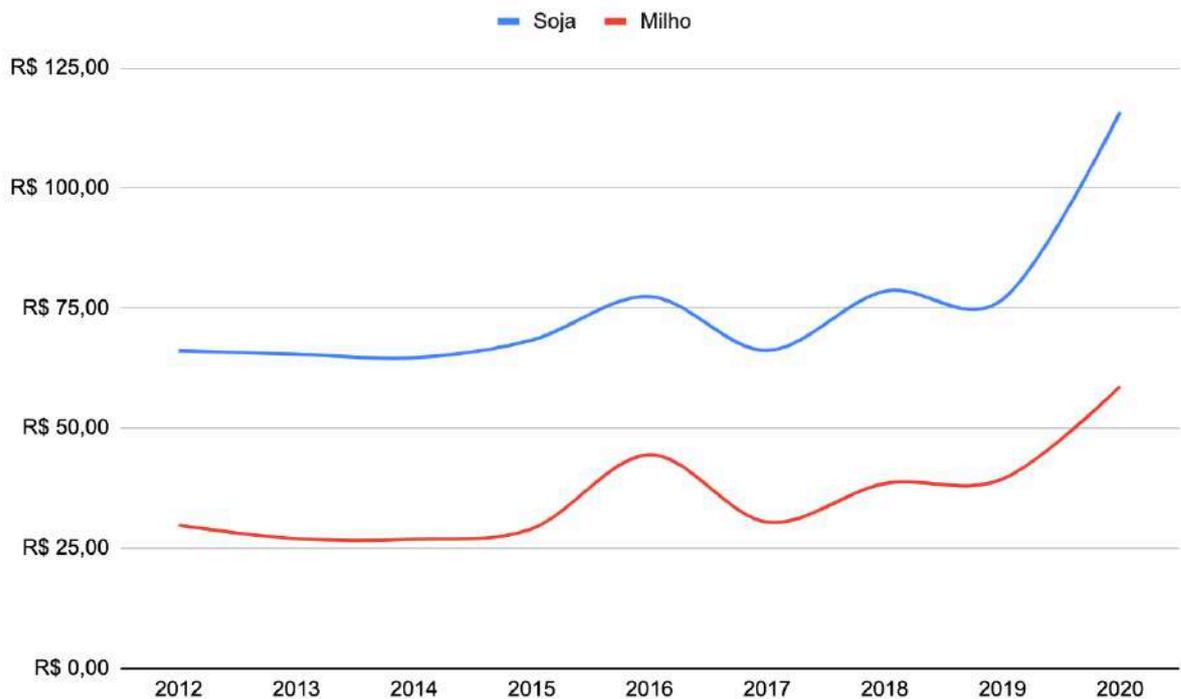
Fonte: autoria própria (2023) adaptado de IBGE (2023).

Ao comparar o PIB dos municípios na categoria de valor adicionado bruto a preços correntes das atividades econômicas agropecuária e indústria, observa-se que a agropecuária tem uma participação mais de 10 vezes maior (10,76 vezes) que a indústria no PIB de Fênix no ano de 2020. Em 2019, foi 5,52 vezes maior. Contudo, dado que as maiores indústrias estão ligadas ao setor agropecuário, é possível sugerir também uma relação de dependência entre ambas, uma vez que a soja e o milho são as principais matérias-primas cultivadas no município.

Figura 8 – Gráfico de indicadores do Soja e do Milho CEPEA/ESALQ⁵⁹ de 2012 a 2020⁶⁰

⁵⁹ CEPEA é o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada e a ESALQ é a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). O CEPEA/ESALQ mantém um banco de dados online com o histórico do valor das commodities.

⁶⁰ Preço à vista por saca de 60 kg, descontado o Prazo de Pagamento pela taxa CDI/CETIP.

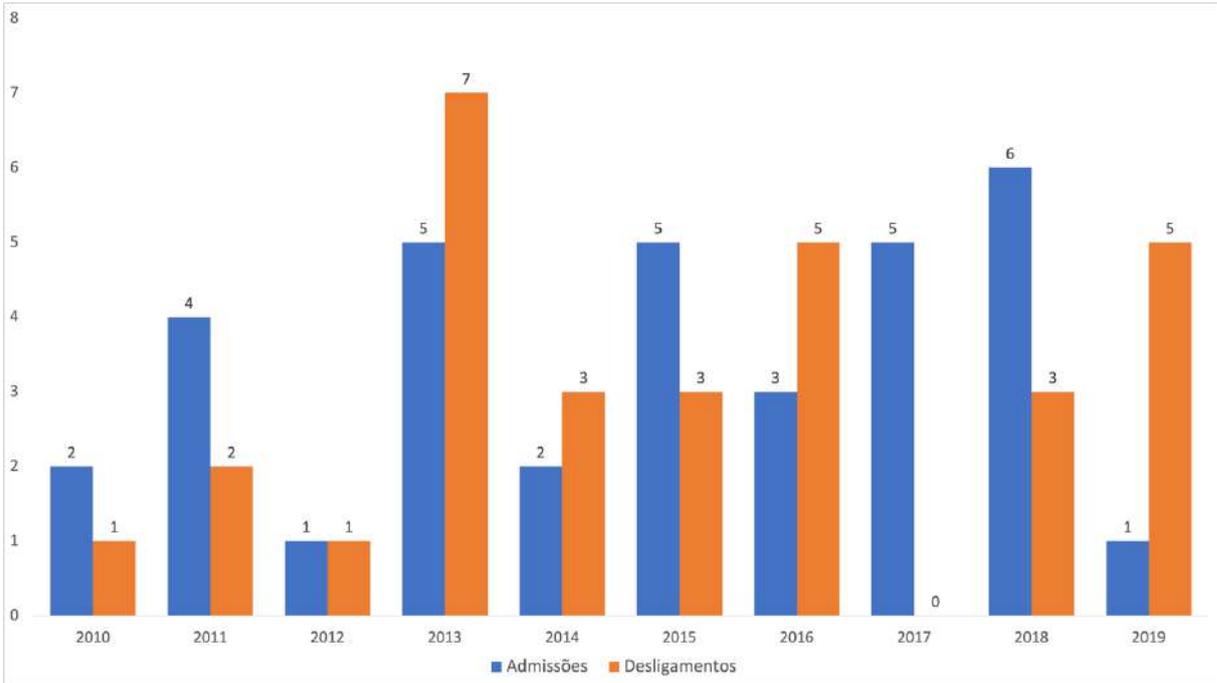


Fonte: autoria própria (2023) adaptado de CEPEA/ESALQ (2023).

Conforme é possível observar na comparação entre o histórico dos valores da soja e do milho, de 2012 para 2020, o aumento no preço do saco de soja (60kg) foi de 57% (R\$66,11 – R\$115,86), enquanto o do milho foi de 50% (R\$29,81 – R\$58,69). Uma comparação visual entre a marcação das linhas presentes nos gráficos: Valor adicionado bruto a preços correntes – atividade econômica: agropecuária; Gráfico de indicadores da Soja e do Milho CEPEA/ESALQ de 2012 a 2020, sugere que o aumento representativo do valor da soja e do milho refletiu diretamente no PIB da atividade econômica: agropecuária e, conseqüentemente, no PIB do município.

Ao se tratar do setor de indústria de transformação, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregado - CAGED registrou 6 estabelecimentos (de 2010 a 2019) em Fênix, com admissões e desligamentos, conforme apresentado na figura a seguir:

Figura 9 – Gráfico de admissões e desligamentos do setor da indústria de transformação do CAGED de 2010 a 2019



Fonte: autoria própria (2023) adaptado de Caged (2023).

Visto os dados, a variação absoluta durante o período no setor é de 4, sendo 34 admissões e 30 desligamentos. O número de empregos formais em 1 janeiro de 2019 totalizavam apenas 10 do total de 330 empregos formais, apontando que o setor de indústrias de transformação possuía apenas 3% de participação na empregabilidade formal do município. Complementando, seguindo o Iparides (2023) com dados fornecidos pelo MTP⁶¹, em 2021, a indústria de transformação apresentava somente 4 estabelecimentos e 8 empregos.

2.3.3 Turismo

Os indicadores econômicos sugerem que tanto o setor da agricultura, quanto o de indústrias de transformação não produzem impacto suficiente no desenvolvimento de Fênix, uma vez que os setores com maior empregabilidade são os setores de comércio e serviços. Nesse sentido, ainda que a agricultura compõe a maior parte do PIB municipal, ela não tem gerado tantos empregos e não há novas áreas para exploração da atividade, na qual predomina o cultivo de soja e milho. No quesito de indústrias, além de existir poucos estabelecimentos no município, os dados indicam que não há incentivos suficientes para atrair investidores a se instalarem no município.

⁶¹ Ministério do Trabalho e Previdência.

Por outro lado, Fênix tem um grande atrativo pouco explorado e uma vocação para o turismo marcada por fundamentos sólidos: o Rio Ivaí e Corumbataí; Parque Vila Rica do Espírito Santo; Museu de Vila Rica e a Capela Santo Inácio de Loyola (a Igrejinha). Conforme referenciado nas pesquisas selecionadas⁶², o turismo é uma oportunidade de desenvolvimento em locais que apresentem atrativos turísticos potenciais. É necessário, todavia, transpô-los para produtos turísticos. De acordo com Mtur (2007), atrativos turísticos são:

locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas (p. 57).

Nessa direção, produtos turísticos consiste em:

conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, acrescido de facilidades, ofertado de forma organizada por um determinado preço. Rotas, roteiros e destinos turísticos podem se constituir em produtos turísticos, por exemplo (MTUR, 2007, p. 59).

Os atrativos de Fênix apresentam características singulares, com enorme importância histórica e ambiental. O município possui ainda fatores potencializadores como proximidade com aeroporto, boa malha rodoviária e vias de acesso em boas condições.

2.4 Considerações

Conforme apontado pelos autores na primeira parte deste capítulo, os municípios periféricos possuem as seguintes características: esvaziamento populacional; forte subordinação e dependência dos municípios vizinhos melhor estruturados e aos polos regionais; indicadores sociais críticos, como IDH, PIB e renda per capita, índice IPARDES de Desempenho Municipal, Razão de Dependência (COSTA, 2013; COSTA, 2017; KUHN, 2014); forte êxodo rural, ocasionado pela modernização agropecuária, grandes obras de infraestrutura e o esgotamento de fronteira agrícola; municípios pequenos que estão à margem do corredor de desenvolvimento como fornecedor de mão-de-obra, sendo utilizados como dormitórios, com predominante atividade agropecuária, todavia possuindo pequena participação na indústria e serviços (COLLING *et al*, 2016; PIFFER, 1999; STAMM, 2005;

⁶² Já citadas na introdução.

KUHN, 2014); concorrência com municípios polos por recursos públicos e captação de investimentos privados, passando a atuar como secundários; concentração de poder político e econômico (ROCHA NETO e ALVES, 2016; CASTELLS, 2000; COSTA, 2013).

Destarte, pode-se caracterizar Fênix como um município periférico que enfrenta graves problemas de sustentabilidade, como muitos outros municípios no Brasil. Dito isso, conforme foi revelado pelos indicadores, Fênix precisa de alternativas para sustentação do município. Visto os limites da agricultura e a pouca participação do setor industrial no PIB e na empregabilidade do município, o turismo se apresenta como oportunidade para o desenvolvimento, apoiado pelos atrativos potenciais e seus fundamentos minimamente explorados, conforme trataremos nos próximos capítulos.

3 A PROPOSTA: ROTEIRO TURÍSTICO HISTÓRICO

Este capítulo será subdividido em 6 partes. A primeira parte apresentará uma discussão sobre o turismo no Paraná e as políticas públicas voltadas ao setor. A segunda parte será um diálogo entre as pesquisas selecionadas sobre turismo e desenvolvimento com foco nos trabalhos que tiveram como objeto de investigação municípios pequenos. A terceira parte discorrerá sobre a internet e a metodologia Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs). A quarta parte apresentará a proposta do projeto “Rota Ivaí”. A quinta parte será a proposta do roteiro turístico em Fênix enquanto uma etapa do projeto “Rota Ivaí”, de forma estruturada na plataforma online: www.rotaivai.com.br, com as abas e subdivisões. A sexta parte apresentará potencialidades regionais agregadas à proposta.

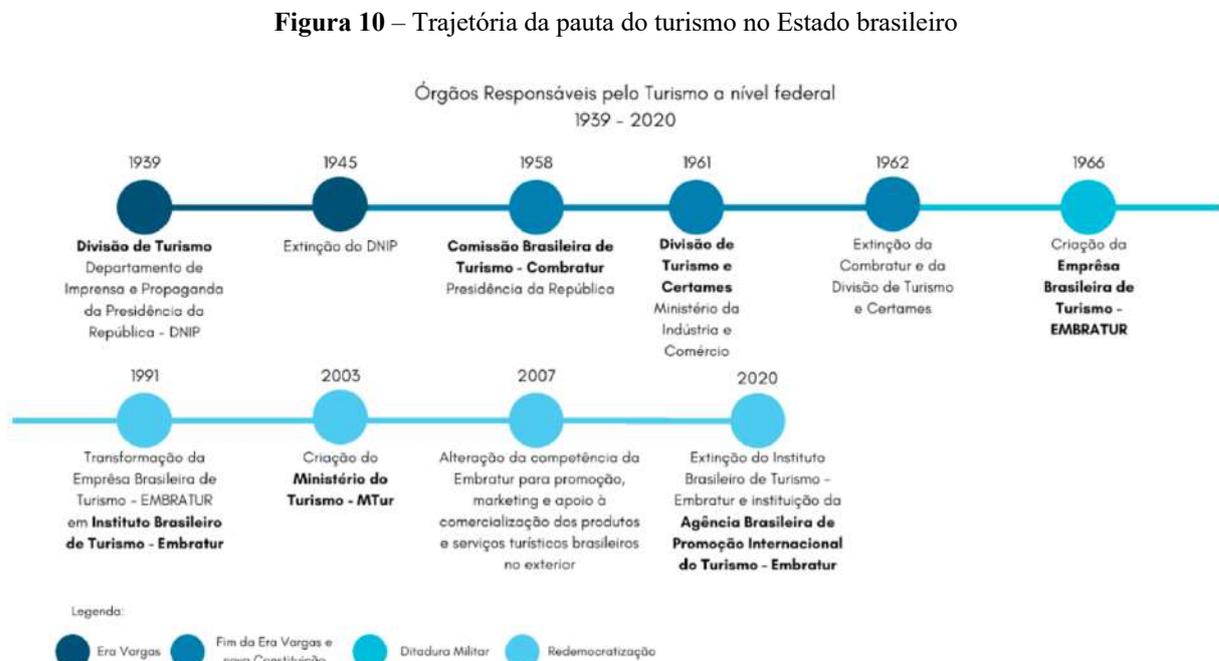
3.1 O turismo no Paraná e as políticas públicas

A constituição do turismo no Brasil a partir do respaldo do Estado teve seu início na década de 1930 durante o governo Getúlio Vargas (MARANHÃO, 2017). O turismo de massa, todavia, iniciou-se na Inglaterra durante a Revolução Industrial com apreço da classe média frente à possibilidade de transporte relativamente barato. Nesse sentido, expandiram-se as viagens internacionais como consequência do desenvolvimento dos jatos na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, grandes contingentes começam a viajar, embarcando no turismo de massa, no entanto, diferente da Europa com cunho de aventura ou educativo, o turismo brasileiro emergiu vinculado ao lazer (MULLER *et al.*, 2011; BARRETTO, 1991).

Segundo as autoras Maranhão (2017), Muller (*et al.*, 2011), a partir de 1950, a atividade turística começa tomar proporções mais amplas e sistemáticas nas principais capitais do país com a intervenção estatal na criação de órgãos e instituições normativas e executivas, como a criação dos órgãos municipais de turismo em Belo Horizonte, Recife e Salvador, em 1953. Contudo, a primeira política pública voltada ao setor foi em novembro de 1958, quando Juscelino Kubitschek instituiu o Decreto 44.863, criando a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Em seguida, com o objetivo de atender o crescimento do setor turístico e com perspectiva de uma atividade econômica promissora, em 1966 é estabelecida uma estrutura

federal por meio do Decreto-lei 55, que institui a política nacional de turismo e recomenda a criação de órgãos e instrumentos oficiais de caráter normativo e executor, como o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR); a Empresa Brasileira de turismo (EMBRATUR); e o Primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur), ainda que este não chegou a ser efetivado. Nesse sentido, salienta-se que olhares voltaram-se ao turismo enquanto área estratégica para fomento da economia do país somente a partir da década de 1960 com a constituição políticas públicas visando regulamentar o setor no Brasil.

As políticas públicas, por sua vez, são instrumentos do governo para atender a sociedade. Assim, é possível observar a trajetória do desenvolvimento da pauta do turismo no Estado brasileiro no diagrama elaborado por Wiesinieski e Santos (2021):



Fonte: Wiesinieski e Santos (2021).

Nesse contexto, Maranhão (2017) aponta os principais instrumentos de ordenação do turismo brasileiro:

Figura 11 – Principais instrumentos de ordenação do turismo brasileiro



Fonte: adaptado de Maranhão (2017).

Conforme apresentado, a partir de 1994 com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, os esforços aplicados no setor turístico brasileiro voltaram-se à política de descentralização das ações de planejamento e promoção da atividade. No entanto, o PNMT não obteve o êxito esperado, sendo uma das razões a insuficiência dos atrativos presentes em apenas um município para consolidar serviços e produtos que garantem o fluxo dos visitantes. Diante disso, o PNMT foi sucedido em 2004 pelo Programa de Regionalização do Turismo – PRT, visando agregar municípios em regiões turísticas em todos os estados brasileiros, possibilitando capacitações, segmentações e roteirizações. O programa de regionalização encontra-se vinculado ao PNT 2013-2016, com caráter de política territorial e atua nos seguintes eixos: Gestão descentralizada do turismo; Planejamento e posicionamento de mercado; Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; Empreendedorismo, captação e promoção de investimento; Infraestrutura turística; Informação ao turista; Promoção e apoio à comercialização e Monitoramento (Programa de Regionalização do Turismo, 2004).

A Política Nacional de Turismo vigente no Brasil foi definida pela Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008 durante o governo Lula, a qual estabelece a nova regulamentação para prestadores de serviços, implementação do Plano Nacional de Turismo e fomento, coordenação e integração de decisões e ações no plano federal e linhas de fomento à atividade turística. Sobre o funcionamento das atividades de prestadores de serviços relacionadas à cadeia produtiva do turismo tornou-se obrigatório o cadastro no Ministério do Turismo com certificação válida por dois anos, para fins de planejamento e fiscalização das atividades. Atualmente, esse cadastro é realizado por meio do CADASTUR, um sistema de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor, oferecendo como benefício acesso aos programas do governo e também pode ser utilizado como fonte de consulta para o turista ou demais interessados nesses dados. O programa é executado Ministério do Turismo, em parceria com os órgãos oficiais de turismo dos estados, com objetivo de promover a formalização e legalização dos prestadores de serviços turísticos. Entre estes, a lei 11.771/2008 entende: sociedades empresárias; sociedades simples; os empresários individuais e serviços sociais autônomos. O cadastro é gratuito, mas obrigatório somente às seguintes atividades: acampamentos turísticos; agências de turismo; meios de hospedagem; organizadores de evento; parques temáticos; transportadoras turísticas. O cadastro é opcional para as demais atividades, como: casas de espetáculo; centro de convenções; empreendimentos de entretenimento e lazer e parques temáticos; empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva; locadoras de veículos para turistas; prestadores de serviços de infraestrutura para eventos; prestadoras especializadas em segmentos turísticos; e

restaurante, cafeterias, bares e similares. Quanto aos Guias de turismo, prevalece a lei 8.623, de 28 de janeiro de 1993, possibilitando o acesso à financiamentos, apoio em eventos, qualificação, visibilidade de participação em licitações e auxílios financeiros (GOV, 2021).

No Estado do Paraná a primeira organização pública do Turismo, PARANATUR, foi criada em 1969 e extinta em 1989, sendo incorporada pela Fundação do Esporte e Turismo - FESTUR. Em 1991, a FESTUR tornou-se a autarquia Paraná Turismo, com o objetivo de promover e executar ações voltadas ao setor nos seguimentos de marketing, capacitação e qualificação, pesquisas e investimentos em estruturas de recepção turística. Não obstante, a Política Estadual de Turismo vigente foi constituída na Lei 15.973 de 2008, prevendo um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento do turismo no estado. Seguindo a política estadual, em 2016 foi lançado, pelo Conselho Estadual de Turismo – CEPATUR, o plano estadual de turismo Masterplan Paraná Turístico 2026: Pacto para um destino inteligente, sucedendo o Plano 2012-2015. O Paraná turístico 2026 adotou medidas seguindo o Governo Federal, como o Plano Nacional de Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo, além dos conceitos da metodologia de Destinos Turísticos Inteligentes (DTIs) (PARANÁ TURISMO).

O PRT segue a seguinte estruturação:

No âmbito nacional, o PRT é coordenado pelo MTur, com apoio do Conselho Nacional de Turismo, por meio da Câmara Temática de Regionalização.

No âmbito estadual, o MTur estabeleceu canais de interlocução com as Unidades Federadas, por meio dos órgãos estaduais de turismo, apoiados pelos Fóruns e/ou Conselhos Estaduais de Turismo.

No âmbito regional, as secretarias estaduais de turismo, por sua vez, se relacionam com as Regiões Turísticas por meio das Instâncias de Governança Regionais (IGR's), instaladas ou em fase de instalação.

No âmbito municipal, os órgãos estaduais e as IGR's se relacionam com os Municípios, mediante os seus OOT's e seus Conselhos Municipais de Turismo (PARANÁ TURISMO, 2017, p. 24).

O PRT foi instituído através da portaria 105/2013 do Ministério do Turismo – Mtur, tendo a portaria 119/2016 com nova redação. Por conseguinte, a portaria 313/2013 prevê o mapa de Regionalização juntamente com os respectivos critérios. Atualmente, a participação dos municípios para integrar uma região turística do Mapa Nacional do Turismo segue os critérios previstos na portaria ministerial 41/2021:

I - comprovar a existência de órgão ou entidade municipal responsável pela pasta de Turismo, por meio da apresentação de normativo referente à estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

II - comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo, por meio da apresentação da Lei Orçamentária Anual - LOA e do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD vigentes;

III - possuir, no mínimo, um prestador de serviços turísticos, de cadastro obrigatório no Ministério do Turismo, conforme disposto no caput do art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e em situação regular no Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos;

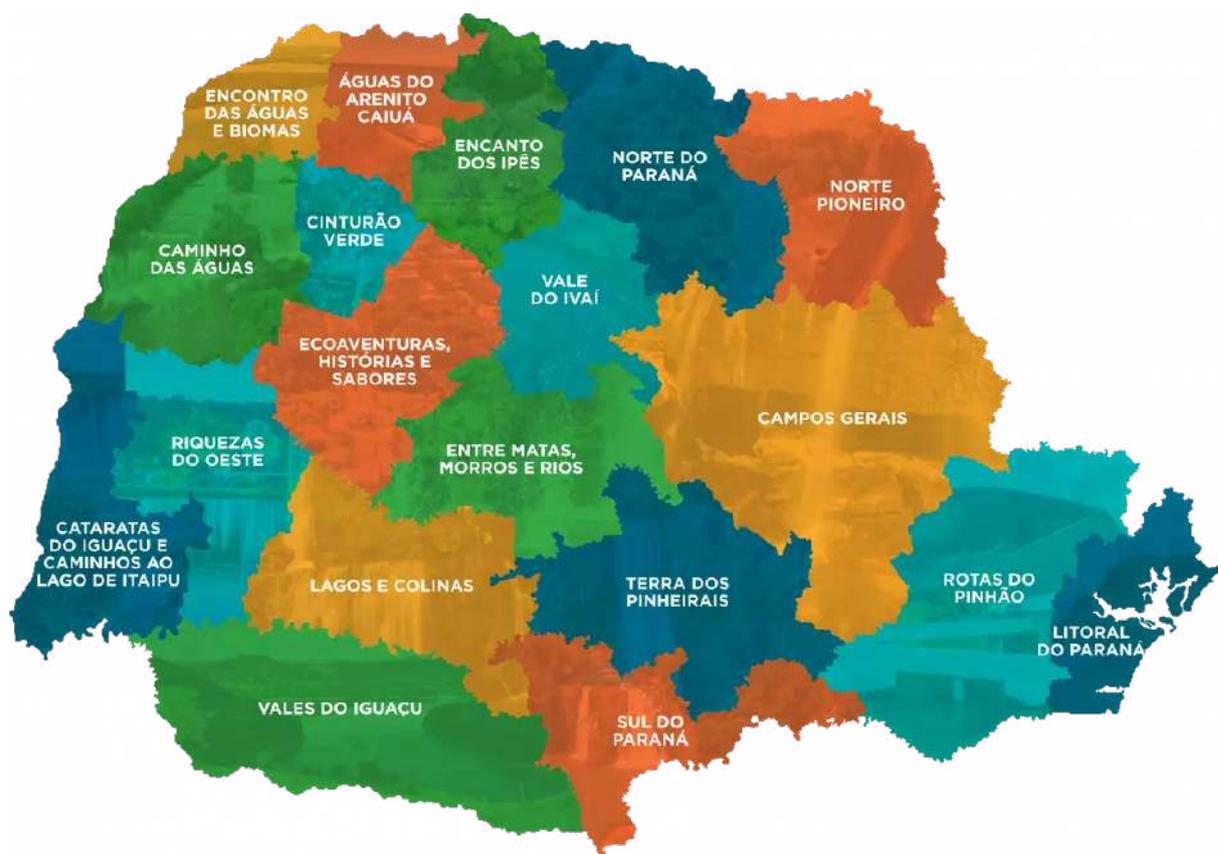
IV - comprovar a existência de conselho ou fórum municipal de Turismo ativo, mediante a apresentação: a) do ato normativo que o instituiu; b) da ata de posse de sua atual diretoria; e c) das atas das duas últimas reuniões realizadas.

V - apresentar termo de compromisso, conforme modelo disponibilizado pelo Ministério do Turismo, assinado pelo prefeito municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de Turismo, aderindo, de forma espontânea e formal, ao Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2021).

Diante da proposta de descentralização do PRT, no Paraná é criado o Conselho Consultivo de Turismo e a Câmara de Regionalização do Turismo, com o objetivo estabelecer a articulação entre os agentes e o Fórum Estadual dos Secretários Municipais de Turismo. Em 2004 haviam 9 regiões turísticas estabelecidas, passando para 10 em 2008, além da criação de suas marcas e planos de desenvolvimento. Após as novas portarias do Governo Federal, em 2015, o estado passou a ter 14 regiões abrangendo 224 municípios. Todavia, o Mapa de 2017 apresentou crescimento no número de municípios para 283 (PARANÁ TURISMO, 2017).

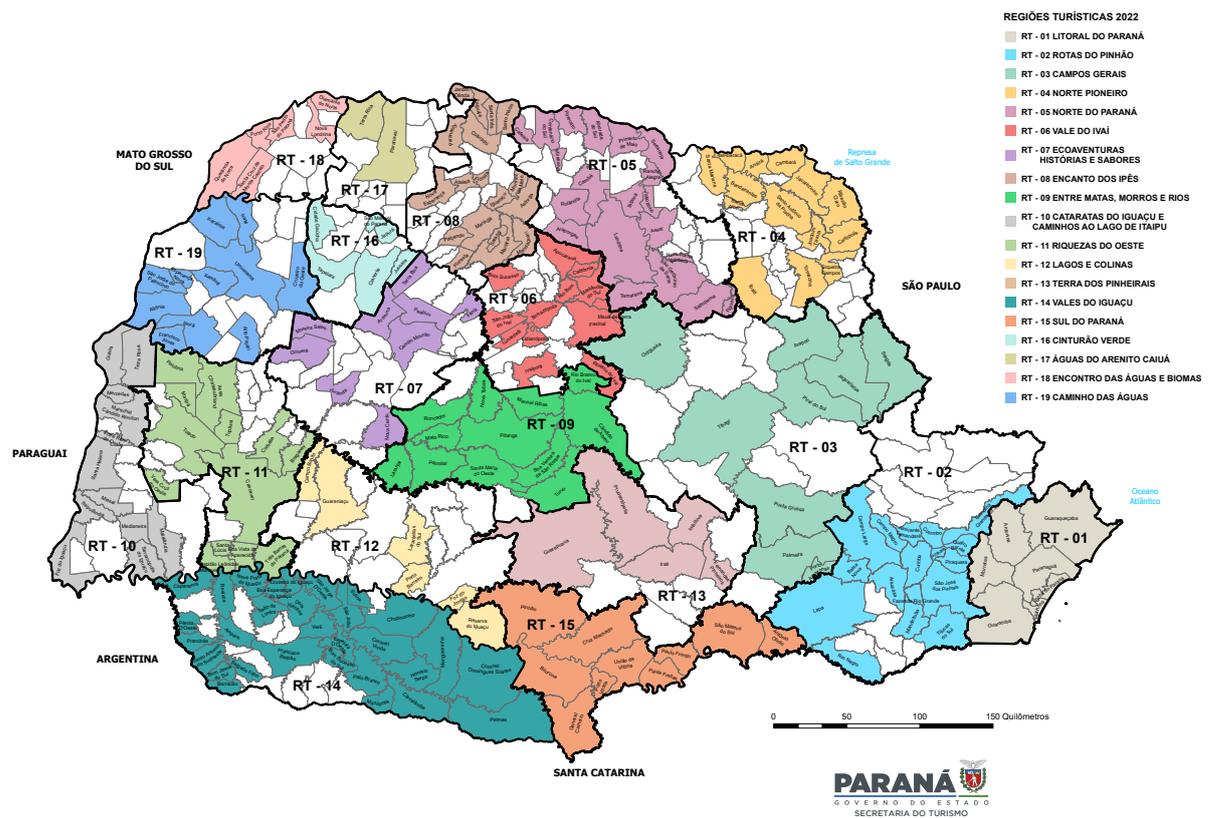
Contudo, em 2021 o Paraná possuía 15 regiões turísticas cadastradas e reconhecidas, com 210 cidades no Mapa do Turismo Brasileiro, correspondendo a 52% dos municípios do estado (AEN, 2022). No entanto, em 2022 foram aprovadas pelo CEPATUR cinco novas regiões derivadas de um desmembramento estratégico, somando então 19 regiões turísticas no estado, cada uma com suas próprias Instâncias de Governança Regionais (IGR's). As regiões seguem a seguinte organização:

Figura 12 – Mapa das regiões turísticas do Estado do Paraná



Fonte: SETU (2023).

Figura 13 – Mapa dos municípios do Mapa do Turismo do Estado do Paraná



Fonte: SETU (2023).

A Instância de Governança Regional – IGR consiste em uma organização representativa que agrega o poder pública, privado, terceiro setor e sociedade civil organizada dos municípios que compõem cada IGR (SETU, 2023). O decreto estadual 5925/2012 estabelece o reconhecimento e institucionalização das IGR's.

Em 2023, a reforma administrativa do governo do Estado extinguiu a autarquia Paraná Turismo e criou a Secretaria de Estado do Turismo – SETU, juntamente com a lei 21.355, que autoriza o poder executivo a instituir o Serviço Social Autônomo Viaje Paraná, uma organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de incentivar, planejar, formular e implementar ações de promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos paranaenses. O serviço social autônomo atua tem a função de atuar como executor das políticas públicas do Estado, supervisionado pela Secretaria do Turismo, a qual é o órgão responsável pela Política Estadual do Turismo (AEN, 2023a).

Seguindo a visão descentralizada do turismo, a efetividade das ações depende do envolvimento dos agentes de todos os âmbitos: nacional, estadual, regional e municipal. Assim sendo, a gestão municipal do turismo é importante para a cidade se incluir nas políticas públicas voltadas ao setor, não somente se beneficiando, mas também contribuindo. De acordo com o

documento Orientação para Gestão Municipal do Turismo publicada pela antiga Paraná Turismo (2017), cabe ao gestor público municipal planejar e organizar o órgão oficial de turismo - OOT em seu município. O OOT é responsável por implantar as políticas e orientar as ações podendo ser uma fundação, autarquia, secretaria, departamento etc. Além de ser obrigatório para a cidade ser incluída no Mpa do Turismo Brasileiro, o OOT possui funções fundamentais de organização e planejamento do turismo.

O planejamento é uma técnica metodológica que engloba os documentos: Política; Plano; Programa; e Projeto. Alguns desses instrumentos são imprescindíveis para os municípios firmarem convênios com o Estado para financiamento de obras de infraestrutura e serviços, como o Plano Diretor, o qual está previsto no Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001), obrigatório para municípios com população acima de 20.000 habitantes. As informações levantadas no Plano Diretor possibilitam a definição de estratégias de intervenção e elaboração de políticas públicas, uma vez que apresenta o desenvolvimento do território, produção, população, proteção ambiental, saneamento e demais aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, bem como áreas de interesse turístico. Outro instrumento importante de governança é o Plano Municipal de Turismo, construído em parceria do poder público com a iniciativa privada, em concordância com o Conselho Municipal de Turismo. Este deve apresentar diagnóstico, prognóstico, objetivos, estratégias de ação para o desenvolvimento turístico do município. Além desses, todos os demais instrumentos são essenciais para a obtenção de recursos públicos e privados destinados ao setor (PARANA TURISMO, 2017).

Quanto aos indicadores turísticos do Estado, de acordo com o Plano de Dados Abertos (PDA)⁶³ do Ministério do Turismo (MTur), as informações do quarto trimestre de 2022 registraram 143.058 prestadores de serviços turísticos no Brasil e 8.741 no Paraná, representando 6% do total, conforme a seguinte tabela:

Tabela 16 – Prestadores de serviços turísticos no quarto trimestre de 2022

Segmento	Brasil	Paraná	%
Transportadora turística	13.745	1.032	8%
Restaurante, cafeteria, bar e similares	26.072	1.438	6%
Acampamento turístico	575	55	10%

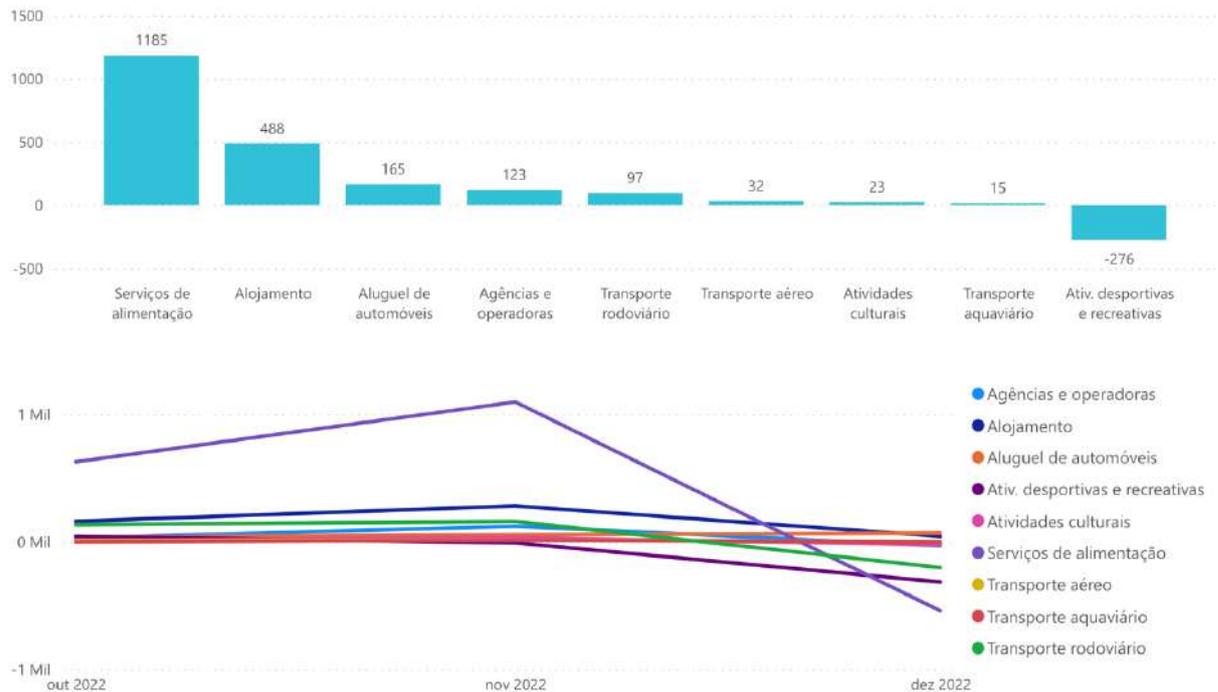
⁶³ A elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA) pelo Ministério do Turismo vem ao encontro do disposto na Lei de Acesso à Informação - 12.527/2011; Decreto 8.777/2016 que institui a Política de Dados Abertos; Resolução 03/2017 do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA).

Agência de turismo	33.986	1.904	6%
Casa de espetáculos e equipamentos de animação turística	603	34	6%
Centro de convenções	279	16	6%
Empreendimento de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva	420	30	7%
Empreendimento de entretenimento e lazer e parques aquáticos	365	24	7%
Guia de turismo	29.507	2.020	7%
Locadora de veículos	2.632	127	5%
Meios de hospedagem	14.205	654	5%
Organizador de eventos	8.324	466	6%
Parque temático	210	13	6%
Prestador de serviços de infraestrutura de apoio a eventos	4.823	392	8%
Prestador especializado em segmentos turísticos	7.312	536	7%
Total	143.058	8.741	6%

Fonte: o autor (2023) adaptado de PDA (s.d.).

Da quantidade total de prestadores de serviços turístico do Paraná, 45,79% (4.003 / 8.741) declararam possuir empregados, sugerindo que quase metade das empresas do turismo cadastradas no Paraná geram empregos. Excetuando as agências de turismo, que também consideram pessoas físicas e MEIs, os registros apresentam 5.215 microempresas; 717 empresas de pequeno porte; e 725 na categoria demais. Referindo-se aos empregos do turismo no mesmo período, o saldo foi de 1.852 positivo, com destaque para os serviços de alimentação, segundo dados apresentados pelo Núcleo de Pesquisas em Economia e Administração do Turismo da Universidade de São Paulo (NEAT-USP).

Figura 14 – Emprego no turismo paranaense no quarto trimestre de 2022



Fonte: SANTOS (s.d.).

Conforme apresentado na figura, os serviços de alimentação e alojamento juntos, representam 90% dos empregos no turismo durante o quarto trimestre de 2022. Observa-se que a única categoria que apresenta saldo negativo de empregos são as atividades desportivas e recreativas. Na figura é possível notar a queda radical dos empregos em dezembro em relação ao mês anterior, todavia quando ampliado o período para até fevereiro de 2023, percebe-se forte recuperação, assim como apresenta a figura a seguir:

Figura 15 – Emprego no turismo paranaense de janeiro de 2022 a fevereiro de 2023

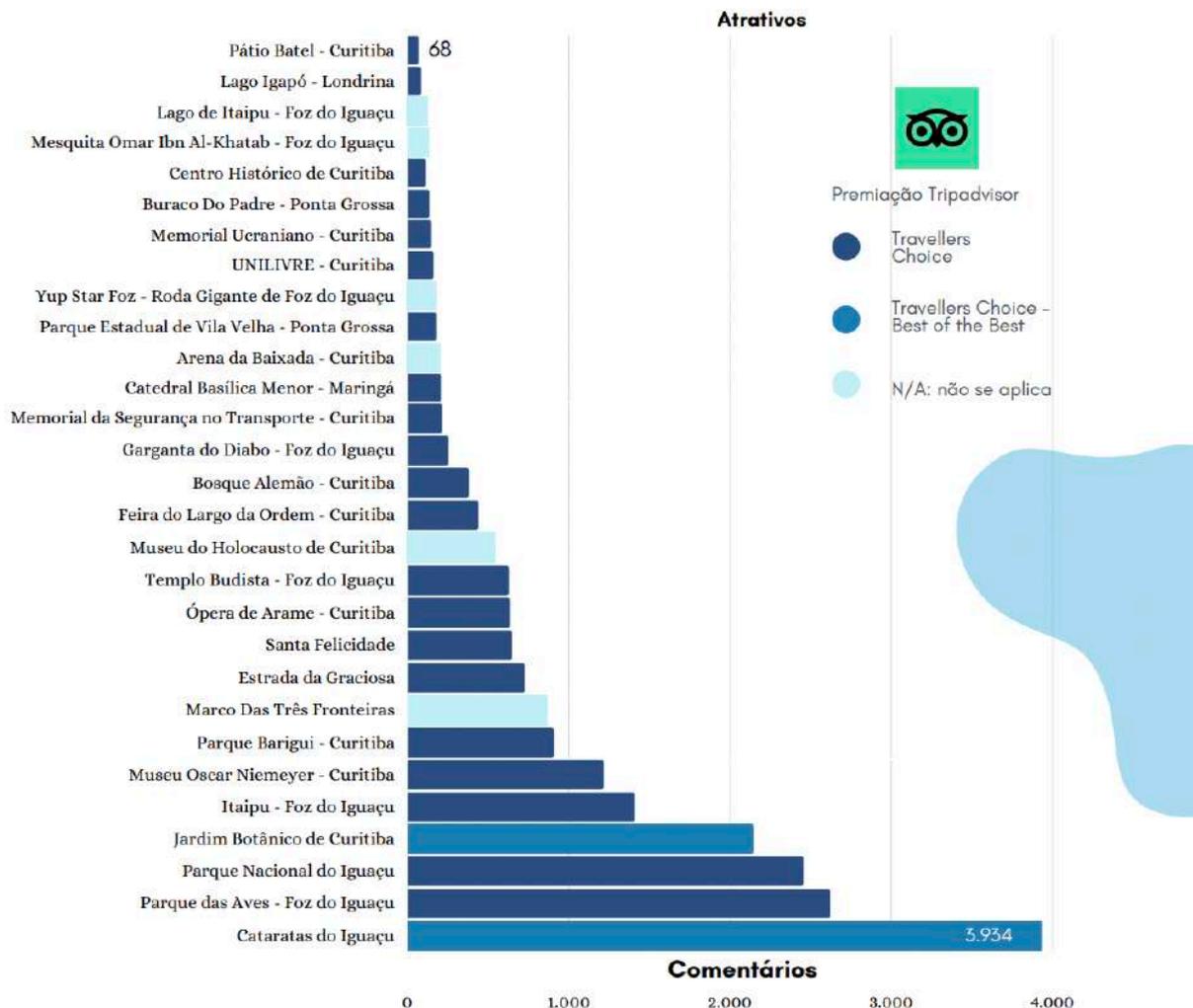


Fonte: SANTOS (s.d.).

No período apresentado, de janeiro de 2022 a fevereiro de 2023, o saldo de empregos no turismo paranaense é de 14 mil. Os serviços de alimentação tem protagonismo na geração de empregos do setor. Entre os serviços de transporte prevalece o transporte rodoviário, sugerindo uma possível insuficiência de infraestrutura no Estado relacionada ao transporte aéreo, ferroviário e aquaviário, aliado ao dado que o aluguel de automóveis quase se equipara ao transporte rodoviário. Segundo os dados do Observatório do Turismo do Paraná, núcleo de estudos e pesquisas do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná (DETUR/UFPR), o fluxo aéreo em fevereiro de 2023 de voos domésticos e internacionais estão concentrados nas cidades Curitiba e Foz do Iguaçu, seguidas de Londrina e Maringá. Registrou-se no mês, 3432 voos nacionais e 36 internacionais, representando 4,98% da quantidade total de voos no país (3.468 / 69.660). Além disso, o relatório (OBSTUR, 2023) apresentou os 30 atrativos turísticos paraenses mais comentados na plataforma *TripAdvisor*⁶⁴ em janeiro de 2023:

Figura 16 – Os 30 atrativos turísticos mais comentados no TripAdvisor em janeiro de 2023

⁶⁴ O *TripAdvisor* é uma plataforma de viagens que concentra informações sobre destinos, locais, restaurantes, hotéis, companhias aéreas, experiências e cruzeiros. O aplicativo e site do *TripAdvisor* possuem mais de 859 milhões de avaliações e opiniões em 8,6 milhões de itens.



Fonte: Obstur (2023).

Os principais destinos turísticos paraenses concentram-se nas cidades de Foz do Iguaçu, Curitiba, Ilha do Mel, Maringá, Londrina, Guaratuba, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Cascavel, com destaque para as cidades de Foz do Iguaçu, Curitiba, Londrina e Maringá (TRIPADVISOR, 2023). Assim como apresentado na figura anterior, Foz do Iguaçu e Curitiba são destinos que protagonizam o turismo no Paraná, dado que no mesmo mês⁶⁵ possuíram o maior fluxo aéreo, tanto em voos domésticos, quanto em voos internacionais (OBSTUR, 2023).

Ao se tratar sobre a disponibilidade de serviços turísticos no Paraná, de acordo com a plataforma de viagens *Google Flights*⁶⁶, cerca de 2.836 estabelecimentos caracterizados como hotéis possuem disponibilidade de receber clientes, permitindo reserva *online*, com valores de R\$71,00 a R\$5.689,00 por diária, sendo que a maioria possui valores entre R\$120,00 a

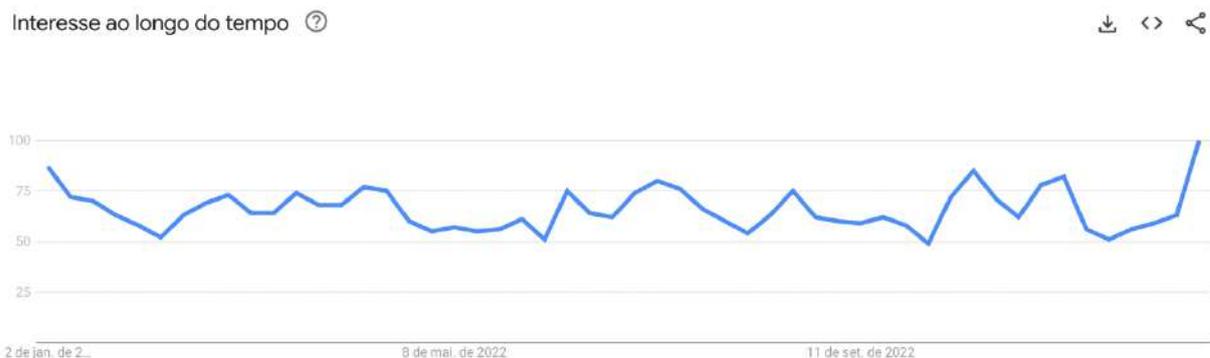
⁶⁵ Janeiro de 2023.

⁶⁶ Pesquisa realizada em 26 de abril de 2023.

R\$450,00. Ressalta-se que o *Google Flights* incorpora valores do mesmo estabelecimento que pode estar sendo oferecido em diversas plataformas com preços diferentes, incluindo o próprio site da empresa. Entre elas, cita-se: “Decolar”; “123milhas”; “Booking”; “agoda”; “Hotéis.com”; e etc.

Não obstante, as buscas no *Google* no ano de 2022 relacionadas ao assunto “Turismo” teve ascensão na época festiva de 25 a 31 de dezembro, dado a figura a seguir:

Figura 17 – Interesse ao longo do tempo no ano de 2022 sobre “Turismo”



Fonte: Google Trends (2023).

Conforme apresentado na figura acima, houveram picos em outros períodos de 2022, como: de 1 a 8 de janeiro; 10 a 16 de julho; 16 a 22 de outubro; e 13 a 19 de novembro. Dado a divergência desses períodos com os feriados, não é possível afirmar que o aumento de interesse ao turismo está diretamente relacionado com a intenção de viajar no feriado, ainda que viagens esporádicas costumam ser planejadas pelos praticantes. Além disso, visto o exposto na figura, pode-se sugerir que o turismo é um assunto que está sempre sendo buscado na internet, mesmo que não seja possível determinar a motivação do usuário. O interesse ao longo do tempo sobre turismo é constante, com picos casuais. Ademais, nas buscas, ao relacionar o assunto “Turismo” por cidade, destacando-se, em ordem decrescente: Morretes; Foz do Iguaçu; Matinhos; Curitiba; e Guaratuba. Quanto aos principais assuntos relacionados, segue-se: “Cidade”; “Viagem”; “Atração turística”; “Euro”; e “Agência de viagens” (GOOGLE TRENDS, 2023).

Como pode-se observar, os usuários que buscam na internet por turismo no Estado do Paraná tem o olhar direcionado para destinos consolidados e famosos, visto que nem todas as cidades relacionadas são litorâneas. Todavia, as informações expostas sugerem que o número de habitantes tem relação com o desenvolvimento do turismo na cidade. Isso está relacionado

à infraestrutura para receber os visitantes, além dos atrativos e experiências disponíveis. Os principais pontos turísticos do Paraná no *TripAdvisor*, assim como as buscas no *Google* estão voltadas aos municípios maiores e que contêm infraestrutura minimamente desenvolvida, aliada aos atrativos naturais e artificiais.

Outrossim, segundo a Agência Estadual de Notícias (AEN) e a Secretária de Turismo do Paraná (SETU), os aeroportos do Estado registraram o maior crescimento do país em 2022, saltando de 2,3 milhões de passageiros para 4 milhões (58%), em comparação com o ano anterior. O estado de Rio de Janeiro ficou em segundo lugar com 49% e São Paulo em terceiro, com 47%. Do fluxo total de embarques, 98,8% foram nos aeroportos de Curitiba; Foz do Iguaçu; Londrina; Maringá; e Cascavel. Sobre o fluxo aéreo, em números absolutos, o Paraná ocupa a sétima posição do país. Nesse sentido, como política pública, o Governo Ratinho Junior implementou em 2019 o Programa Voe Paraná com o objetivo de ampliar a aviação regional (AEN, 2023b). Dessa forma, em 23 de julho de 2019, o governo estadual publicou o decreto 2.173 alterando o decreto 6.434/2017 que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento do setor aéreo. De acordo com a legislação, o Paraná Competitivo objetiva:

[...] atrair investimentos, gerar emprego e renda, bem como manter as atividades empresariais, os empregos e a sustentabilidade econômica, visando a manutenção da competitividade das empresas paranaenses por meio de estímulos voltados à infraestrutura, de incentivos fiscais, de fomento e de apoio técnico (PARANÁ, 2017, p. 3).

Já o decreto 2.713/2019 acrescentou o objetivo de “estímulo à implantação e/ou à expansão de linhas aéreas regionais, nacionais e internacionais nos aeroportos localizados no estado do Paraná” (PARANÁ, 2019, p. 4). Assim sendo, a regulamentação permitiu ao governo tomar iniciativas e fazer acordos com as companhias aéreas para conectar novos aeroportos localizados em municípios menores em suas linhas de voos, facilitando a logística para turistas com a diminuição do tempo despendido ao utilizar meios de transporte rodoviários. Diante disso, aeroportos municípios de porte pequeno II e médios começaram a ter conexão com as cidades grandes e metrópoles. Em 2022, a partir de acordo com o governo, a Azul Linhas Aéreas começou a operar voos nos aeroportos de: Cianorte; Telêmaco Borba; Arapongas; Campo Mourão; Apucarana; Guaíra; Francisco Beltrão; Cornélio Procópio; e União da Vitória (AEN, 2023c).

3.2 Turismo e desenvolvimento

Do ponto de vista científico e que sustenta o turismo como uma possibilidade propulsora do desenvolvimento de municípios periféricos, a produção científica entre dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre turismo e desenvolvimento concentraram o foco em municípios mais dinâmicos. Dos 66 trabalhos selecionados pela análise qualitativa entre as 922 pesquisas resultantes da análise quantitativa, apenas 14 são sobre municípios de pequeno porte I (até 20 mil habitantes). Contudo, coube analisar com mais empenho os trabalhos que retrataram municípios que apresentam as seguintes características: pequeno porte I; não atingiu a estimativa populacional de 2021 no censo prévio de 2022; e possuíam⁶⁷ IDH menor que a média nacional⁶⁸, e assim, conseqüentemente menor que a média estadual⁶⁹. Nesse sentido, encontram-se os seguintes municípios, em seis trabalhos: Cabaceiras/PB⁷⁰; Pacatuba/SE⁷¹; Santo Antônio de Leverger/MT⁷²; Triunfo/PE⁷³; São Caetano de Odivelas/PA⁷⁴; e Ingá/PB⁷⁵.

O turismo enquanto atividade viável para exploração dos recursos naturais e artificiais dos locais, com possibilidade de desenvolvimento local a partir da geração de emprego e renda é consenso entre os pesquisadores. Nesse sentido, Luciano Guimarães de Andrade (2017) investiga o potencial turístico do município de Cabaceiras/PB em sua dissertação “Potencialidades turísticas e desenvolvimento no município de Cabaceiras/PB”. Para isso, o autor realizou, primeiramente, um levantamento dos locais com potencial para o turismo, incluindo os aspectos socioeconômicos e naturais. A partir disso, foi possível mapear os pontos turísticos, combinando as informações espaciais da cidade. Os resultados da pesquisa de Andrade, apontam o potencial e viabilidade para a realização de práticas turísticas no município em questão nos segmentos: ecoturismo, geoturismo, turismo religioso e de eventos. Em vistas

⁶⁷ Último censo com IDH foi em 2010.

⁶⁸ IDH do Brasil em 2010: 0,699.

⁶⁹ IDH do Brasil em 2010: 0,749.

⁷⁰ Potencialidades turísticas e desenvolvimento no município de Cabaceiras/PB, de Luciano Guimarães de Andrade.

⁷¹ Turismo de base comunitária: uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico nas comunidades Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, Pacatuba, Sergipe, de Carlos Eduardo Santos Barreto.

⁷² Turismo de base comunitária: uma proposta para a comunidade pantaneira de Mimoso Santo Antônio de Leverger/MT, de Natalia Rossetto da Silva.

⁷³ Triunfo (PE): uma análise da relação entre desenvolvimento, turismo e cultura no sertão do nordeste, de André Vasconcelos.

⁷⁴ O turismo de base comunitária como possibilidade de gestão de recursos naturais e desenvolvimento local da Resex marinha Mocapajuba – São Caetano de Odivelas – PA, de Yasmin Alves dos Santos.

⁷⁵ A dinâmica da atividade do turismo arqueológico e a perspectiva de desenvolvimento no município de Ingá, PB, de Denymagna Silva.

as condições, foi considerado a estrutura de recepção turística em relação ao alojamento e alimentação.

Do ponto de vista teórico, Andrade (2017) compreende que a possibilidade de desenvolvimento local a partir da prática turística deve agregar melhorias para o município como um todo. Nesse caso, o desenvolvimento ocorre em múltiplas dimensões ao explorar as potencialidades “proporcionadas pelo ambiente natural e por seu patrimônio histórico-cultural, arqueológico e paleontológico” (ANDRADE, 2017, p. 16). Seguindo essa direção, o autor emprega os segmentos turísticos relacionados ao meio ambiente, religião e eventos. Para isso, foi necessário caracterizar a área de estudo, examinando os seguintes aspectos: localização; clima; vegetação; hidrografia; relevo, geologia e solos; histórico do município; dados demográficos e socioeconômicos; e economia.

De acordo com os dados demográficos e socioeconômicos levantados (IBGE, 2010), Cabaceiras/PB é um município com 5.035 habitantes, com baixa taxa de crescimento populacional, porém apresentou aumento quantitativo em 2010 em relação à população em 2000. Segundo o censo prévio do IBGE 2022 (2023), o município apresentou população de 5.325, aumento de 5,4%, todavia abaixo da estimativa do IBGE para 2021, de 5.710 pessoas. Ademais, Cabaceiras é um município majoritariamente rural, com 56% (2.818 / 5.035) da população residente em áreas rurais. Com uma área da unidade territorial de 469,171 km², possui baixa densidade populacional (11,12 hab./km²). O IDH municipal é 0,611, abaixo da média nacional, com indicadores críticos no IDH renda (0,574) e IDH educação (0,523).

Em comparação com Fênix/PR, município de estudo deste trabalho, Cabaceiras possui mais que o dobro de área territorial, admitindo a baixa densidade populacional. Visto a quantidade da população rural, Fênix apresenta uma realidade inversa a de Cabaceiras, sendo majoritariamente urbana. Este fato pode ter como consequência o baixo nível do IDH de Cabaceiras⁷⁶, estando abaixo da média de Fênix em todos os aspectos: Renda; Longevidade; e Educação, indicando que o município possui fator social crítico em relação ao desenvolvimento humano. Outros fatores corroboram com a situação apresentada, como: esgotamento sanitário (26,1%)⁷⁷, urbanização das vias públicas (1,4%)⁷⁸, área urbanizada (0,75 km²)⁷⁹, somente 7,5% da população ocupada⁸⁰; 46,8% da população possui rendimento nominal de até ½ salário

⁷⁶ (IBGE, 2010).

⁷⁷ (IBGE, 2010).

⁷⁸ (IBGE, 2010).

⁷⁹ (IBGE, 2010).

⁸⁰ (IBGE, 2020).

mínimo, encontrando-se em estado de baixa renda⁸¹; 95,4% das receitas do município oriundas de fontes externas⁸². No setor agrícola, assim como em Fênix, em Cabaceiras a agricultura familiar é predominante na composição da economia local, visto que 76% (23.523 / 30.941) das áreas e 73% (463 / 629) dos estabelecimentos agropecuários estão em condição legal de produtor individual (IBGE, 2017). Conforme enunciado pelo autor, a predominância tradicional é a produção de milho e feijão, entretanto as atividades agrícolas apresentam baixa produtividade devida às condições climáticas do semiárido com ocorrências cíclicas de secas e limitações no uso do solo que não apresenta condições ideais para produção de alta qualidade, além da falta de investimento em tecnologia e infraestrutura. Diante disso, a produção bovina, ovina e caprina ganhou destaque no município, sobretudo a caprinocultura pela resistência e adaptação natural às condições do ambiente a respeito da disponibilidade de alimentos para os animais e escassez de água. Nesse sentido, a base de atividades produtivas de Cabaceiras ganha o artesanato em couro como uma nova fonte de renda que vêm se destacando no mercado regional em consonância com os segmentos turísticos que possuem atrativos que podem ser explorados no município.

Apesar de Andrade (2017) não relacionar a situação de Cabaceiras ao estado de município periférico, ao retratar a realidade do município pode-se sugerir que se encontra no estado de estagnação de seu desenvolvimento. A situação é semelhante à identificada em Fênix. Salienta-se que os indicadores sinalizam que Cabaceiras é um município amplamente mais rural que Fênix, com níveis menores de desenvolvimento humano, bem como empecilhos naturais que agravam o problema de estagnação da produção econômica.

Em seu trabalho, portanto, Andrade (2017) propõe o fortalecimento da atividade turística enquanto alternativa para o desenvolvimento de Cabaceiras.

Percebe-se que o turismo no âmbito do município tem um potencial natural, histórico e cultural para se tornar em ferramenta viável ao desenvolvimento das comunidades locais, tanto na geração de empregos, como em investimentos em infraestrutura para melhoria das condições de vida da população (ANDRADE, 2017, p. 103).

Nesse sentido, o autor buscou organizar as potencialidades turísticas, pontuando as deficiências da exploração do setor, como: “planejamento adequado com rotas turísticas que facilite a conexão de sua variedade turística com as instituições privadas” (p. 103); necessidade

⁸¹ (IBGE, 2010).

⁸² (IBGE, 2015).

de “ampliação, promoção, divulgação e manutenção dos atrativos turísticos, principalmente, por parte do poder público municipal com o objetivo de promover e preservar os locais detectados para possíveis atrativos turísticos” (p. 103); “concretização de parcerias com instituições de ensino e pesquisa” (p. 102); “criar unidades de conservação para preservação das suas belezas naturais (...) e seu acervo histórico cultural” (p. 102); “criação de um roteiro turístico que contemple as belezas naturais associadas ao seu patrimônio histórico cultural” (p. 102); necessidade de “projeto turístico no sentido de integrar as potencialidades locais e que envolvam diretamente as comunidades” (p. 102).

Não obstante, André Vasconcelos (2018) trata em sua dissertação do “Triunfo (PE): uma análise da relação entre desenvolvimento, turismo e cultura no sertão do Nordeste” sobre o patrimônio cultural de Triunfo como uma via que pode contribuir para o desenvolvimento local por meio do turismo, investigando a percepção de três segmentos: comunidade local; iniciativa privada; e poder público (executivo e legislativo). Para isso, Vasconcelos primeiramente resgatou aspectos históricos de Triunfo. A seguir, buscou apresentar e analisar o entendimento dos segmentos envolvidos acerca da cultura e da atividade turística desenvolvida no município, assim como a participação de cada um na construção de políticas públicas voltadas ao setor turístico visando o desenvolvimento local. Segundo o autor, o município “é um local repleto de atrativos histórico-culturais formados pelos seus personagens folclóricos, por sua arquitetura, gastronomia, equipamentos e grupos culturais, a história do cangaço na região no início do século passado, as festas populares, entre outros” (p. 14).

Na mesma direção de Andrade (2017), Vasconcelos (2018) compreende que o conceito de desenvolvimento contempla não somente a esfera econômica, mas também questões sociais, ambientais e culturais. Vasconcelos (2018) defende que:

[...] o desenvolvimento têm como premissas as dimensões social, cultural, ambiental e econômica, o acesso à educação, saúde, segurança, infraestrutura, mercado de trabalho, renda, às condições para uma participação cidadã, de reconhecimento aos direitos, a escuta aos anseios da população para que esta construção do turismo seja coletiva e exitosa (p. 77).

Nessa linha, o autor (2018) crítica a fala dos entrevistados sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento do Município voltado ao viés do capital, arriscando os interesses coletivos em prol de benefícios econômicos. Desse modo, desconsidera-se impactos negativos para o espaço e cultura local.

De acordo com Vasconcelos (2018), a cidade de Triunfo/PE situa-se no Nordeste, mesorregião sertaneja do estado de Pernambuco. A sua imagem é continuamente vendida pela mídia invólucro ao sertanejo nordestino atrelada às secas. Nesse sentido, “o fenômeno das secas que assola o semiárido foi tema sempre presente na literatura, nos discursos políticos e culpado por toda miséria dos nordestinos” (p. 21). Devido à sua localização, a cidade foi taxada pelo setor turístico como “Oásis do Sertão” visando a venda dessa imagem. Por conta disso, Triunfo ainda “sofre com a estiagem causada por um regime pluviométrico irregular que atinge a produção agrícola e causa o desabastecimento de água” (p. 22), carecendo de ações governamentais que solucionem o problema.

Quanto ao conceito de turismo, Vasconcelos (2018) apreende e utiliza-o enquanto fenômeno em construção em uma determinada localidade, tendo como uma das premissas a participação da comunidade receptora. A respeito dos segmentos discutidos pelo autor, embora os definiu em termos semelhantes, o entendimento é similar. Pois, pode-se conceber que o sistema que rege a configuração de um local está na relação entre a comunidade, iniciativa privada e poder público, estendendo-se ao relacionamento regional, ou seja, com outros municípios, bem como com o Estado e a União. Vasconcelos (2018), no entanto, delimitou o foco da investigação para a percepção desse sistema em Triunfo.

Em conformidade com o levantamento de Vasconcelos (2018), o município de Triunfo/PE possui IDHM igual a 0,670, estando abaixo da média nacional, sendo composto por: Longevidade de 0,817; Renda de 0,624; e de Educação de 0,591. Assim como Cabaceiras e Fênix, os índices de Renda e Educação de Triunfo/PE têm destaque negativo. Ademais, em 2010 apresentava população de 15.006 pessoas, com estimativa de 15.232 em 2021, além de não alcançar a estimativa⁸³, a população decresceu, ao ponto de estar abaixo dos patamares do último censo, a saber: 14.647 pessoas (IBGE, 2023). A respeito dos indicadores, o município apresenta alta densidade demográfica em relação aos outros municípios (78,35 hab/km²)⁸⁴, todavia, a população ocupada é de apenas 9,0% do total⁸⁵, com 47,1% das pessoas em situação de baixa renda⁸⁶. Triunfo/PE apresentou 86,8% das receitas oriundas de fontes externas⁸⁷. Quanto à área territorial⁸⁸, o município é composto por 191.518 km², mas somente 3,70 km² de

⁸³ Censo prévio do IBGE de 2022.

⁸⁴ (IBGE, 2010).

⁸⁵ (IBGE, 2020).

⁸⁶ (IBGE, 2010).

⁸⁷ (IBGE, 2015).

⁸⁸ (IBGE, 2022).

área urbanizada⁸⁹ e 19,8% de esgotamento sanitário adequado⁹⁰. Em contrapartida, segundo o autor, em 2018 o município apresentava cinco empresas cadastradas no CADASTUR, sinalizando envolvimento da iniciativa privada com o setor turístico.

Durante a investigação de Vasconcelos (2018), percebe-se a indissociação entre turismo e cultura, apontando para a dependência da carga, associações e patrimônios culturais para que o turismo seja viável enquanto alternativa de desenvolvimento do município. Assim, o autor discute o conceito de cultura, tecendo várias críticas entre a análise de entrevistas com representantes dos seguimentos, principalmente às opiniões oriundas do senso comum. Contudo, afirma:

O turismo pode vir a contribuir, também, para uma sustentabilidade cultural na medida em que utiliza a cultura como matéria-prima, gerando um novo mercado, fomentando a preservação e difusão dos bens culturais, e concebendo produtos baseados na diversidade cultural do Município, promovendo assim um intercâmbio entre o turista e o triunfense que venha a gerar valor simbólico e econômico (VASCONCELOS, 2018, p. 59).

Desse modo, o autor (2018) destaca Triunfo como integrante do PRT, com setor turístico ativo, apontando os atrativos naturais, eventos culturais, patrimônios históricos, agente e coletivos culturais, aliados à infraestrutura de equipamentos turísticos, como: “teleférico, pedalinhos, parque aquático e centro de convenções” (p. 63). Ademais, registra a existência de infraestrutura de serviços turísticos, a saber: “sinalização turística, pátio de eventos, balcão de informações turísticas, meios de hospedagem, bares e restaurantes e agência de receptivo” (p. 63).

Assim, Vasconcelos (2018) salienta a importância do planejamento participativo por parte dos segmentos na construção de políticas públicas voltadas ao setor turístico. Nessa direção, Denymagna Silva (2019) retrata em sua dissertação “A dinâmica da atividade do turismo arqueológico na perspectiva do desenvolvimento no município de Ingá, PB” como o turismo é trabalhado no local para o desenvolvimento de Ingá/PB, enfatizando a gravidade do problema da pouca participação da comunidade no gerenciamento da atividade turística.

Segundo o Silva (2019), em Ingá/PB o turismo é coordenado pela administração direta por meio da Secretaria Municipal de Turismo que busca explorar o patrimônio arqueológico juntamente com a história local, tradições e o artesanato como atrativos turísticos do município.

⁸⁹ (IBGE, 2019).

⁹⁰ (IBGE, 2010).

O turismo, para o autor (SILVA, 2019), traduz-se como “fenômeno econômico, social e cultural que se desenvolveu com o capitalismo” (p. 11), consistindo em um importante setor estratégico para geração de emprego e renda.

Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura se encontram. Os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são expressivos e justificam a inclusão dessa atividade na programação da política econômica de todos os países, regiões e municípios (SILVA, 2019, p. 11).

Aliado a isso, conforme os outros autores discutidos, Silva (2019) também ressalta que a atividade turística em sua complexidade não pode ser vista apenas na perspectiva mercadológica e industrial, sendo necessário o planejamento adequado a cada local medindo as causas e efeitos do fenômeno de modo visar a ação de políticas públicas e da iniciativa privada. Assim sendo, coloca-se a cultura e o patrimônio de Ingá/PB como fatores capazes de fomentar a atividade turística e gerar desenvolvimento econômico e social, uma vez que além dos benefícios já citados que são provenientes do setor, podem estimular iniciativas de “reconhecimento, preservação e divulgação do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental, o turismo promove o conhecimento, a divulgação da cultura, a autoestima e a integração entre povos e culturas” (p. 12).

Ao decorrer da dissertação, Silva (2019) levanta a discussão do turismo como fator de desenvolvimento local, enquanto atividade transformadora do espaço. Assim, destaca que em cenário de prós e contras torna-se necessário o planejamento pensado em um modelo de desenvolvimento “de baixo para cima”, com atores locais atuando nas decisões, execução e controle das atividades, sem tirar o foco do desenvolvimento das pessoas e do coletivo.

O fato é que reduzir o turismo a uma mera atividade econômica, tendo em vista ser a atividade também um fenômeno social, faz com que ela sofra manipulações de interesses dominantes, dificultando sua condução para o bem-estar comum, para o atendimento de demandas locais (SILVA, 2019, p. 33).

O município de Ingá/PB, localizado no estado da Paraíba, com uma área de 262,179 km²⁹¹ e 18.180 habitantes em 2010 com decréscimo populacional em 2022 (17.664 habitantes), sendo a maioria residentes na zona urbana (63,8%)⁹². Em comparação com os

⁹¹ (IBGE, 2022).

⁹² (IBGE, 2010).

municípios discutidos anteriormente, Ingá/PB é mais semelhante a Triunfo/PE à medida que apresenta mais que o dobro da população de Cabaceiras/PB e Fênix/PR, além da alta densidade demográfica (63,13 hab/km²). Já o IDH de Ingá/PB está abaixo dos outros (0,592), com somente 10,2% da população ocupada⁹³ e 49,3% da população na faixa de baixa renda⁹⁴. Quanto às receitas do município 97,5% são oriundas de fontes externas⁹⁵. Outros indicadores de problemas também encontrados nos apresentados pelos outros municípios são: apenas 2,06 km² de área urbanizada⁹⁶; 5,1% de esgotamento sanitário adequado⁹⁷; e 6,6% de urbanização de vias públicas⁹⁸. Ressalta-se que Ingá/PB possui a maior quantidade de internações por diarreia (16,1) entre os municípios analisados, seguido respectivamente por: Triunfo/PE (3,5); São Caetano de Odivelas/PA (1,1); Cabaceiras/PB (0,7); Fênix/PR (0,6); Santo Antônio de Leverger/MT (0,5); Pacatuba/SE (0,1) (IBGE, 2016).

Para Silva (2019), Ingá/PB possui vocações turísticas que o torna um potencial destino turístico. No entanto, possui deficiência na integração dos elementos necessários para o funcionamento do setor, como os serviços turísticos que viabilizam a permanência do turista no local: “transportes, capacidade de hospedagem, lazer e recreação, receptivos, restaurantes, área de *camping*, estacionamento apropriado” (p. 46). Segundo o autor, parte deste problema é consequência da ausência de planejamento por parte de órgãos do poder público, ocasionando a ocorrência das atividades, que já são poucas, de forma desorganizada. Em corroboração, na pesquisa coordenada por Alves, a ausência de gestão pública prevaleceu entre os fatores apontados como limitantes da atividade local (70%), entre a ausência de parcerias, infraestrutura e publicidade. Quanto à publicidade, o autor ressaltou a importância de considerar internet e das redes sociais como meios de amplificação do processo de divulgação do turismo local. Além disso, os resultados de Silva (2019) apontaram em direção à necessidade de um roteiro turístico no município, de modo a impulsionar a atividade turística para além dos eventos juninos e festas de caráter religioso que ocorrem tradicionalmente no município e em datas selecionadas.

Coincidentemente, embora tenha esse fato tenha sido verificado após as análises, as dissertações dos três autores discutidos são produtos do mesmo programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado) na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, nos anos

⁹³ (IBGE, 2020).

⁹⁴ (IBGE, 2010).

⁹⁵ (IBGE, 2015).

⁹⁶ (IBGE, 2019).

⁹⁷ (IBGE, 2010).

⁹⁸ (IBGE, 2010).

de 2017, 2018 e 2019. A seguir, as outras três pesquisas tiveram foco sobre o turismo de base comunitária como proposta de desenvolvimento local.

Nesse sentido, Natália Rossetto da Silva Melo discutiu em sua investigação “Turismo de base comunitária: uma proposta para a comunidade pantaneira de Mimoso, Santo Antônio de Leverger/MT” (2017) o potencial turístico da comunidade do município de Mimoso a partir do levantamento dos patrimônios históricos, ambientais e culturais (material e imaterial) com potencial de se tornarem atrativos. A autora levanta diversas definições acerca do turismo, mas destaca a perspectiva de Azevedo (2002) sobre a correlação da prática turística entre as esferas: “homem, espaço/lugar, patrimônio” (MELO, 2017, p. 41), que quando ligado ao conceito de Comunidade fundamenta o turismo de base comunitária. Comunidade consiste em um grupo de pessoas com características semelhantes e interesses comuns. Assim, considera-se a valorização humana como um dos principais ativos da atividade turística, tendo em vista a importância da troca de experiências das pessoas envolvidas, visitantes e população visitada.

Essa dimensão humana somada ao ambiente natural é considerada indutora da demanda turística, visto que conhecer novos lugares, tipos de pessoas e espaços, vivenciar a alteridade e se relacionar com o diferente é uma tendência natural do ser humano. (...) A essa ideia acrescenta-se a importância das motivações para desencadear a percepção a respeito das identidades regionais e dos lugares consolidados como destino devido às singularidades e diferenças de outros no contexto da globalização (MELO, 2017, p. 40).

O entrelaçamento cultural que ocorre no contato de visitantes com as comunidades tradicionais enriquecem criativamente os roteiros e oferece experiências singulares do destino. Os elementos do turismo de base comunitária, por sua vez, podem ser definidos como:

- Gestão comunitária do turismo;
- Empoderamento da comunidade (conhecimento e capacitação técnica);
- Integração econômica (atividades tradicionais + turísticas);
- Interculturalidade (residente - visitante);
- Valorização do meio ambiente e da cultura local;
- Associativismo, cooperativismo (economia, solidária, redes);
- Práticas democráticas (trabalho e benefícios)

(MELO, 2017, p. 50).

À vista disso, assim como observado pelos outros autores, Melo tece críticas ao conceito de desenvolvimento relacionado ao crescimento econômico atrelado às vias do capitalismo, apontando este pode gerar a melhoria no quadro econômico, porém sem tratar o problema de concentração de renda e os relativos aos indicadores sociais.

Segundo o levantamento da autora, Santo Antônio de Leverger possui 18.463 habitantes⁹⁹, não alcançando a estimativa de 2021¹⁰⁰ nos resultados prévios do censo 2022. A população decresceu para 13.739, perda de 25,5%, com densidade demográfica baixíssima de 1,51 hab/km²¹⁰¹ no extenso território pantaneiro de 9.469,139 km². O município apresenta ainda apenas 5,23 km² de área urbanizada¹⁰², 10,4% de esgotamento sanitário adequado¹⁰³, 6,4% de urbanização de vias públicas¹⁰⁴ e, diferente dos outros municípios discutidos, existe população exposta ao risco de desastres naturais (320 pessoas¹⁰⁵). O IDH (0,656¹⁰⁶) está abaixo da média nacional e apresenta receita negativa¹⁰⁷. Da população, apenas 12,6% é ocupada¹⁰⁸ e 37,7% são de baixa renda¹⁰⁹.

A região em que se localiza o município detém particularidades que exigiu atenção na análise de Melo, além da identificação dos atrativos em potencial que a comunidade dispõe. Alguns desses aspectos ajudam agravar as dificuldades para o desenvolvimento local e da atividade turística como as inundações periódicas em grande parte das planícies e pantanais mato-grossenses. As áreas alagáveis inviabilizam, por exemplo, as atividades agropecuárias e a ocupação. Além disso, segue a preocupação da comunidade com o estranhamento em relação a chegada de visitantes, dado que não estão preparados a recebê-los.

MELO (2017) ainda destaca que o turismo de base comunitária tem como atração principal o modo de vida das comunidades e o a simplicidade que se apresenta o seu cotidiano, sendo ideal para o turista que busca novas experiências, bem como conhecer e vivenciar culturas distintas. A autenticidade da cultura local torna a experiência uma forma de educação patrimonial, levando o turista a “refletir, compreender, aprender, interpretar a comunidade visitada” (p. 90).

A preocupação com o desenvolvimento da atividade turística de forma planejada, preservando os recursos naturais é uma preocupação presente, sobretudo, nos trabalhos que tratam sobre o turismo de base comunitária. Dado isso, Yasmin Alves dos Santos discute a prática do turismo visando o desenvolvimento local sustentável em sua dissertação “O turismo

⁹⁹ (IBGE, 2010).

¹⁰⁰ 17.188 habitantes.

¹⁰¹ (IBGE, 2010).

¹⁰² (IBGE, 2019).

¹⁰³ (IBGE, 2010).

¹⁰⁴ (IBGE, 2010).

¹⁰⁵ (IBGE, 2010).

¹⁰⁶ (IBGE, 2010).

¹⁰⁷ (IBGE, 2017).

¹⁰⁸ (IBGE, 2020).

¹⁰⁹ (IBGE, 2010).

de base comunitária como possibilidade de gestão de recursos naturais e desenvolvimento local da RESEX Marinha Mocapajuba – São Caetano de Odivelas – PA”. Segundo a autora, o turismo de base comunitária pode atuar como uma via de sensibilização à conservação e de formação de uma consciência ecológica, bem como gerar trabalho, renda e valorização da cultura local. Os locais de investigação são comunidades da RESEX-Mar (Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba), localizada no Nordeste do Estado do Pará, município de São Caetano de Odivelas/PA, que carrega a fama de ser a “terra do caranguejo” devido ao destaque econômico atrelado à pesca e à coleta de mariscos. Assim, ocorre o Festival do Caranguejo, tradicionalmente no mês dezembro.

À vista disso, Santos (2020) relaciona turismo de base comunitária ao desenvolvimento local como uma possibilidade de integração das comunidades, a fim de oferecer uma geração de renda secundária utilizando os recursos naturais e culturais das comunidades, principalmente os relativos à pesca. Nesse sentido, ao abordar o conceito de desenvolvimento, a autora discute a gestão de recursos naturais e as unidades de conservação (UCs) como ferramenta de proteção e de conservação da natureza. A UC RESEX-Mar Mocajuba foi criada por decreto em 2014 e encontra-se sob gerência do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), com área de 21.029 ha. As comunidades da reserva têm como atividade econômica a aquicultura.

São Caetano de Odivelas/PA possui população de 16.891 pessoas¹¹⁰, com estimativa de crescimento para 2021 (18.207), no entanto a população decresceu para 15.226 pessoas¹¹¹. A densidade demográfica do município é de 22,72 hab/km²¹¹² em uma unidade territorial de 464,166 km²¹¹³. A taxa de população ocupada é de 3,8%¹¹⁴ e 50,5% da população é de baixa renda¹¹⁵. O IDH municipal é de 0,585¹¹⁶, abaixo da média nacional. A área urbanizada é de apenas 3,17 km²¹¹⁷, o esgotamento sanitário de 6,7%¹¹⁸ e urbanização de vias públicas de 10,2%¹¹⁹. Cabe ressaltar que São Caetano de Odivelas/PA possui a maior quantidade de óbitos por mil nascidos vivos (25,53) entre os municípios analisados, seguido respectivamente por: Fênix/PR (18,52); Triunfo/PE (17,14); Santo Antônio de Leverger/MT (13,51); Pacatuba/SE (9,48); Ingá/PB (4,27); Cabaceiras/PB (-) (IBGE, 2020).

¹¹⁰ (IBGE, 2010).

¹¹¹ (IBGE, 2023).

¹¹² (IBGE, 2010).

¹¹³ (IBGE, 2022).

¹¹⁴ (IBGE, 2020).

¹¹⁵ (IBGE, 2010).

¹¹⁶ (IBGE, 2010).

¹¹⁷ (IBGE, 2019).

¹¹⁸ (IBGE, 2010).

¹¹⁹ (IBGE, 2010).

De acordo com Santos (2017), a prática do turismo em áreas protegidas é um tanto tímida e motivo de discussões, dado a exploração demasiada e indiscriminada dos recursos naturais desses territórios. Contudo, a implementação da atividade turística nas UCs de forma planejada e definida em instrumentos como o plano de manejo pode trazer uma série de benefícios para a comunidade. É imprescindível, portanto, a articulação entre os representantes das comunidades, a organização responsável pela gestão (ICMBio), o poder público municipal e as organizações da sociedade civil organizada com o objetivo comum de promover o desenvolvimento local de maneira sustentável por meio do turismo. Afinal, a realização da atividade é viável nas comunidades, visto que o ambiente físico aliado aos aspectos culturais do local fornece experiências singulares aos turistas, garantindo vantagem no que tange à competitividade do destino meio ao setor turístico.

Não obstante, Carlos Eduardo Santos Barreto (2018) discute em sua dissertação “Turismo de base comunitária: uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico nas comunidades Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, Pacatuba, Sergipe” a viabilidade de implementação da atividade turística como alternativa de desenvolvimento local. Diferente dos outros programas de mestrados discutidos, acadêmicos, esta pesquisa é da modalidade profissional visando a elaboração de um produto. Assim, o autor iniciou a investigação levantando as políticas públicas voltadas ao setor, seguido da análise da percepção e do interesse dos sujeitos envolvidos na realização da atividade turística. Por fim, apresentou Mapas Turísticos visando a possibilidade de criação de uma rota turística no litoral pacatubense.

Sobre o turismo, é sabido a posse como importante instrumento de desenvolvimento local. Nesse contexto, Barreto (2018) coloca a comunidade como principal agente e articuladora do processo. Deve, portanto, estar envolvida na elaboração, capacitação, implementação e gestão das propostas, bem como na inserção de agentes sociais e econômicos que tem a função de ofertar os produtos e serviços do destino turístico.

Pacatuba/SE situa-se no litoral norte do estado a 117 km da capital, Aracaju. O município possui população de 13.137 habitantes¹²⁰, com decréscimo populacional em 2022 para 12.493¹²¹ pessoas, ao contrário da estimativa (14.650¹²²). A área da unidade territorial tem a extensão de 381,428 km²¹²³, com densidade demográfica de 35,14 hab/km²¹²⁴, 4,6 km² de área

¹²⁰ (IBGE, 2010).

¹²¹ (IBGE, 2022).

¹²² (IBGE, 2021).

¹²³ (IBGE, 2022).

¹²⁴ (IBGE, 2010).

urbanizada¹²⁵, 8,7% de esgotamento sanitário adequado¹²⁶ e 30% de urbanização de vias públicas¹²⁷. Ademais, possui 8,4% da população ocupada¹²⁸, 58,2% das pessoas são de baixa renda. 92,8% das receitas do município são oriundas de fontes externas¹²⁹. O IDH municipal de Pacatuba/SE é 0,555¹³⁰, abaixo da média nacional e o menor entre os índices dos municípios discutidos.

Barreto (2018) identificou nos dados resultantes da pesquisa que as comunidades se viam envolvidas na atividade turística por meio da participação em projetos locais. Também foi identificado uma consciência voltada ao desenvolvimento econômico social por meio do turismo entre os ribeirinhos, dada a percepção da historicidade e potencial turístico natural no espaço. Diante disso, existe a preocupação da comunidade em relação desenvolvimento do turismo de forma desgovernada. Nesse sentido, sente-se a falta de políticas públicas voltadas à valorização das comunidades, ao passo que a administração de recursos recebidos de instituições como Petrobras e IBAMA por meio de projetos não é realizada de forma comunitária.

Conforme exposto, portanto, nota-se que os municípios foco dos trabalhos analisados possuem características de municípios periféricos, embora sejam de regiões com características distintas e este conceito não foi utilizado pelos autores. Cada local está ligado a um município definido como sua região imediata, ou seja, um município que exerce influência política, econômica e social, estabelecendo uma hierarquia sobre os outros municípios que compõem a microrregião. Além disso, apresentam decréscimo ou estagnação populacional. Ademais, a maior parte de suas receitas são oriundas de fontes externas. Os seus indicadores sociais são abaixo da média nacional, com parcela relativamente baixa da população ocupada que se mostram menor que a proporção da população de baixa renda. Ainda apresentam fatores agravantes como poucas áreas urbanizadas e baixo nível de esgotamento sanitário adequado. Vale considerar que esses apontamentos são preliminares, sugestivos, cabendo investigações com mais afinco e construção de justificativas mais robustas.

Além disso, entre as dificuldades envolvidas no desenvolvimento do turismo encontradas nos trabalhos, destaca-se problemas de governança, mais detalhadamente: políticas públicas, articulação entre os envolvidos e participação da comunidade. A sustentabilidade

¹²⁵ (IBGE, 2019).

¹²⁶ (IBGE, 2010).

¹²⁷ (IBGE, 2010).

¹²⁸ (IBGE, 2020).

¹²⁹ (IBGE, 2015).

¹³⁰ (IBGE, 2010).

também foi tema de discussão, principalmente no que tange ao conceito de desenvolvimento. Percebe-se também que nas pesquisas sobre turismo de base comunitária o desenvolvimento de forma sustentável ganha protagonismo, sendo condição para a viabilidade da atividade turística nos locais. Assim sendo, tanto a governança, quanto a sustentabilidade são bases da metodologia Destinos turísticos inteligentes (DTI), o que torna a discussão fundamental para o planejamento visando estabelecer novos destinos.

3.3 Destinos turísticos inteligentes

No Séc. XXI, a internet é ordinária na sociedade, presente na vida das pessoas e nas relações. Após a revolução dos meios de comunicação, com a chegada das redes sociais e a mídia, as distâncias se diluem à medida que as fotos e imagens permitem representar objetos em um ambiente virtual. A conexão na internet permite que pessoas posicionadas em lados extremos da Terra conversem ao vivo, expressem opiniões, tenham acesso à informação, debatam assuntos, compartilhem fotos e vídeos e mais uma infinidade de possibilidades garantida pela interação na *World Wide Web*¹³¹. A razão da existência dos servidores *Web* é manter páginas na internet ativas com capacidade para suportar a atividade do usuário com outras páginas ou com o próprio servidor. As páginas na internet podem ser entendidas como documentos com dados¹³² que são apresentados aos usuários por meio de um *software*¹³³ comumente chamado de navegador, onde é possível navegar¹³⁴ na internet. De acordo com Castells (2003), a *World Wide Web* - a rede mundial foi implementada por Berners-Lee e Robert Cailliau em 1990, um software que permitia obter e acrescentar informação entre computadores conectados através da internet: *HTTP, HTML e URI (URL)*.

A interatividade entre usuários ou do usuário com o conteúdo das páginas, no entanto, foi possível somente a partir da web 2.0. A web 1.0 permitia apenas que a página fosse visualizada, mas não modificada. A introdução do conceito da web 2.0 foi realizada, primeiramente, pela autora Darcy DiNucci em seu artigo *Fragmented Future*, publicado na revista *Print*, em abril de 1999. Na época, a *Web Design* e especialista em experiência do usuário faz uma chamada no texto sobre as potencialidades da web, ferramentas que vieram a serem produzidas anos após a publicação:

¹³¹ WWW ou Web.

¹³² Imagens, som, vídeo e hipertextos.

¹³³ Programa de computador.

¹³⁴ Fazer pesquisas ou buscas.

The web will be understood not as screenfuls of text and graphics but as a transport mechanism, the ether through which interactivity happens (...). It will still appear on your computer screen, transformed by video and other dynamic media made possible by the speedy connection technologies now coming down the pike. The web will also appear, in different guises, on your TV set (interactive content woven seamlessly into programming and commercials), your car dashboard (maps, Yellow Pages, and other traveler info), your cell phone (news, stock quotes, flight updates), hand-held game machines (linking players with competitors over the Net), and maybe even your microwave (automatically finding cooking times for products) (DINUCCI, 1999, p.32).

DiNucci aponta em direção à multiplicidade oferecida pela web entre as formas dinâmicas e outras imprevisíveis que esse mecanismo poderia tomar em sua evolução, incluindo a ideia de onipresença, que foi incorporada hodiernamente pela Internet das Coisas (Iot¹³⁵). Não obstante, em dias atuais, para a indústria da tecnologia com sua produção em massa de *desktops*, *notebooks* e *smartphones* e aplicações digitais, a experiência do usuário com os dispositivos é, talvez, a coisa mais importante. Pois, o consumo e a utilização desses dispositivos é o que mantém a indústria.

Em contraste com o século passado, a sociedade dos dias atuais tem uma dinâmica volátil. Manuel Castells (2003), em sua obra “A Galáxia da Internet” aponta que três processos independentes se uniram no final do século XX, ocasionando a transição formal para a denominada sociedade de rede. A saber, foram eles:

[...] as exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio; as demandas da sociedade, em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta se tornaram supremos; e os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica (CASTELLS, 2003, p. 8).

A organização baseada em rede se reproduz no contexto social. Este exercício consiste na descentralização das hierarquias verticais que existiam em sistemas de sociedades anteriores ao advento e popularização da Internet, como o feudalismo, o qual seguia o modelo piramidal. Nesse sentido, surgiu a necessidade de adaptação nos integrantes da sociedade em rede. A rede, por sua vez, possui elasticidade no que tange a integração de novas ferramentas, sistemas e

¹³⁵A Internet of Things (IoT), denominada internet das coisas é a integração de objetos físicos, sensores, softwares e outras ferramentas em uma rede conectada através da internet, com o objetivo de possibilitar a troca de dados e a automação de dispositivos.

tecnologias. Sobre isso, Castells (2003, p. 7-8) afirma que a "Internet é o tecido de nossas vidas [...]. Atividades econômicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela, como por outras redes de computadores". Por exemplo, o mecanismo de busca mais utilizado e famoso do mundo, o Google, utiliza essas tecnologias em seus serviços para compreender a necessidade do usuário e determinar o assunto de uma página web, oferecendo assim, facilidade em suas funcionalidades. As assistentes virtuais e os *chatbots*, como parte de uma onda tecnológica integrativa, estão revolucionando o atendimento humano, adaptado com automações por meio da fala como abrir aplicativos, enviar mensagens, agendar compromissos, resolver questões matemáticas, pesquisar na internet, tirar fotos, gravar áudios, jogar jogos inclusive de estratégia avançada, responder as perguntas de usuários, entre outros. As redes sociais como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter* e *Tiktok* gratuitas aos seus milhões de usuários se tornaram *big techs*¹³⁶ oferecendo os seus serviços de publicidade. A utilização em massa desse meio de comunicação revolucionou as técnicas de *Marketing*, forçando os setores, desde o público ao privado, a inovarem suas políticas e fazerem parte do universo digital. A liberdade de expressão individual através de perfis pessoais ou empresariais possibilita a comunicação em um canal de muitos com muitos de maneira descentralizada.

Nesse contexto, trata-se de uma nova forma de organização social e à introdução ao paradigma sociotécnico. Para Castells (2003), a evolução autônoma da tecnologia ocorre à medida que os seus usuários a produzem, gozando de uma liberdade ampla. Isso se manifesta nas redes sociais, além da infinidade de aplicativos, sites e blogs. Com o advento da Internet das coisas, a lógica da conexão sobressai para o ambiente físico, conectando os objetos à rede. Dessa forma, há um cordão que une as pessoas à tecnologia, moldando a estrutura organizacional da sociedade sem uma forma fixa, em modificação contínua frente às mudanças.

À vista disso, foram desenvolvidas conceitualmente as *Smart Cities* e, por consequência, os *Smart Tourism Destinations*. As Cidades inteligentes visam o gerenciamento de recursos e ativos de maneira mais eficiente a partir da coleta de dados com sensores eletrônicos e cruzamento com informações institucionais e de seus habitantes. Em 2106, a Asociación Española de Normalización y Certificación (AENOR) editou a norma UNE 178501, direcionada à Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías

¹³⁶Termo utilizado na atualidade para se referir a empresas gigantes da tecnologia com foco em estarem sempre oferecendo novos serviços com características disruptivas e escaláveis. Para exemplificar, cita-se algumas empresas líderes de mercado desde 2019: Alphabet (Google), Apple, Meta (Facebook, Instagram e WhatsApp), Amazon e Microsoft.

Turísticas (SEGITTUR), regulamentando o sistema de gestão dos Destinos Turísticos Inteligentes (DTI). Este documento representa a base norteadora das práticas que caracterizam os DTIs. A partir dessa iniciativa, a Segittur, parte da secretária de Estado de Turismo da Espanha, ficou responsável pela implementação da metodologia DTI.

Figura 18 – Dimensões de Destino Turístico Inteligente (DTI)



Fonte: O autor (2023) adaptado de Segittur (2016).

As dimensões do destino turístico são os pilares da metodologia DTI. De acordo com a análise de Freitas e Mendes Filho (2020) sobre as características deste modelo, o eixo da inovação e governança se concentram na melhoria de serviços, processos e métodos, bem como nos aprimoramentos da gestão turística e aumento da competitividade, com vistas à colaboração. Outrossim, o eixo da tecnologia tem foco na infraestrutura de comunicação, ferramentas de inteligência turística e desenvolvimento de aplicativos ou plataformas. A acessibilidade está ligada à inclusão, disponibilidade de acesso, uso e prazer a todos, além de igualdade de oportunidades, segurança, conforto e autonomia. O eixo da sustentabilidade tem em vista não só a proteção ambiental, mas também a proteção da atividade econômica como fatores importantes para a melhoria da qualidade de vida. A experiência no destino é fundamental para o aumento do fluxo de pessoas, podendo estar relacionada com a qualidade dos serviços turísticos e com as preferências e necessidades individuais. No primeiro caso, a tecnologia é uma grande aliada para a otimização, aumentando a eficiência dos serviços. O caso

seguinte, além das ferramentas tecnológicas, a inovação dos agentes no destino é decisiva, oferecendo atividades ou artifícios que forneçam uma experiência exclusiva.

Nessa direção as TICs possuem um papel fundamental nos Destinos turísticos inteligentes. A tecnologia da informação e conhecimento auxiliam a indústria do turismo como forma dos destinos turísticos no enfrentamento aos novos desafios das tecnologias emergentes, ocasionando mudanças nos consumidores e no ambiente. De acordo com Buhalis e Amaranggana (2014), as TICs podem contribuir agregando valor nas experiências dos turistas, ao mesmo tempo que aumenta a eficiência na gestão, suportando ainda a automação de processos. O enriquecimento da experiência turística, além de tornar o destino mais atrativo, pode aumentar a sua competitividade, aproveitando a estrutura local.

O gerenciamento e a comercialização do destino é um desafio devido à coleção de interesses profissionais e pessoais dos habitantes e trabalhadores locais, dificultando o marketing do destino (BUHALIS, 2000). Assim, o planejamento das estratégias e ações devem considerar todas as partes interessadas entre grupos políticos, empresas, turistas, indígenas, estudiosos etc. O maior problema pode ser garantir o uso de bens públicos a custo zero como as paisagens naturais e os patrimônios históricos, todavia utilizando de forma sustentável, preservando os recursos. Assim, as estratégias e ações devem levar em consideração os desejos de todas as partes interessadas, ou seja, indígenas, empresas e investidores, turistas, operadores e intermediários turísticos e grupos de interesse.

Nesse sentido, as dimensões possuem uma relação de dependência, ao passo que o desenvolvimento consistente da atividade turística está sujeito à geração de economia e, ao mesmo tempo, oferecimento de uma experiência agradável no destino para que se estabeleça um fluxo corrente de pessoas. Pois, nada disso é possível sem que haja o interesse dos agentes e dos turistas. No Brasil, o Ministério do Turismo selecionou 10 cidades para servirem de projeto-piloto na implementação da metodologia DTI, seguindo um manual específico elaborado pelo governo federal. De acordo com a publicação oficial (GOV.BR, 2022), os critérios de escolha das cidades foram a infraestrutura mínima necessária para a execução, entre conectividade, internet pública gratuita, índice de empreendedorismo e de desenvolvimento humano. A saber, selecionou-se: a capital federal, Brasília, e Campo Grande/MS (Centro-Oeste); Recife/PE e Salvador/BA (Nordeste); Rio de Janeiro/RJ e Angra dos Reis/RJ (Sudeste); Florianópolis/SC e Curitiba/PR (Sul); Rio Branco/AC e Palmas/TO (Norte), sendo 2 cidades de cada região do país.

3.4 A proposta do projeto “guarda-chuva” Rota Ivaí

O projeto “Rota Ivaí” foi elaborado e está sendo desenvolvido na Unespar, sob a coordenação do professor Fábio André Hahn. O modelo da proposta se caracteriza como “Guarda-chuva” visa uma investigação ampliada, composta de várias frentes e etapas. O objetivo da “Rota Ivaí” é investigar as potencialidades do turismo histórico visando o desenvolvimento de municípios periféricos, com foco na mesorregião centro ocidental paranaense. Assim sendo, as frentes investigativas estão ligadas à etapa inicial do projeto, a “etapa Fênix”, a qual se retrata neste trabalho, desenvolvido como dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD/Unespar. Entre as demais pesquisas associadas que estão em desenvolvimento concomitantemente, encontram-se: a pesquisa desenvolvida por Ellen Karen Velasco Silva, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória/Unespar, que visa integrar a rota turística na produção de material didático-pedagógico a ser aplicado no Ensino de História com estudantes do Ensino Fundamental II, objetivando compreender se é possível aprender história a partir de um roteiro turístico; e a pesquisa desenvolvida por Talita de Kássia da Silva Ferraz, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP/Unespar, que visa tratar sobre divulgação da história a partir do roteiro turístico, produzindo uma programação de podcasts com especialistas no tema voltada ao grande público, procurando nas novas mídias um caminho potencializador para o desenvolvimento de um roteiro turístico histórico acessível e fundamentado, que procura, além do lazer, o conhecimento.

A escolha e atribuição do nome “Rota Ivaí” ao projeto deve-se tanto ao contexto histórico da região envolvida, quanto à construção de uma marca. A construção de uma marca é uma estratégia de *marketing*, que visa conectar um produto/serviço aos seus usuários ou clientes. A marca é identidade do produto, permitindo que seja encontrado, divulgado ou modificado, todavia ela continua referenciando-o.

3.5 Etapa Fênix: uma proposta de roteiro turístico

A proposta da Rota Ivaí é composta por dois elementos principais: o site Rota Ivaí e a ferramenta QR Code. Enquanto o site comportará todas as informações, dados e recursos da Rota, o QR Code é uma forma de acesso a estes conteúdos.

3.5.1 O site: www.rotaivai.com.br

O roteiro turístico histórico foi estruturado na plataforma online: www.rotaivai.com.br. A utilização do site para a construção do roteiro se justifica pela ampla utilização da tecnologia nos últimos anos, além as possibilidades de integração de novos recursos à rota, conforme exposto anteriormente.

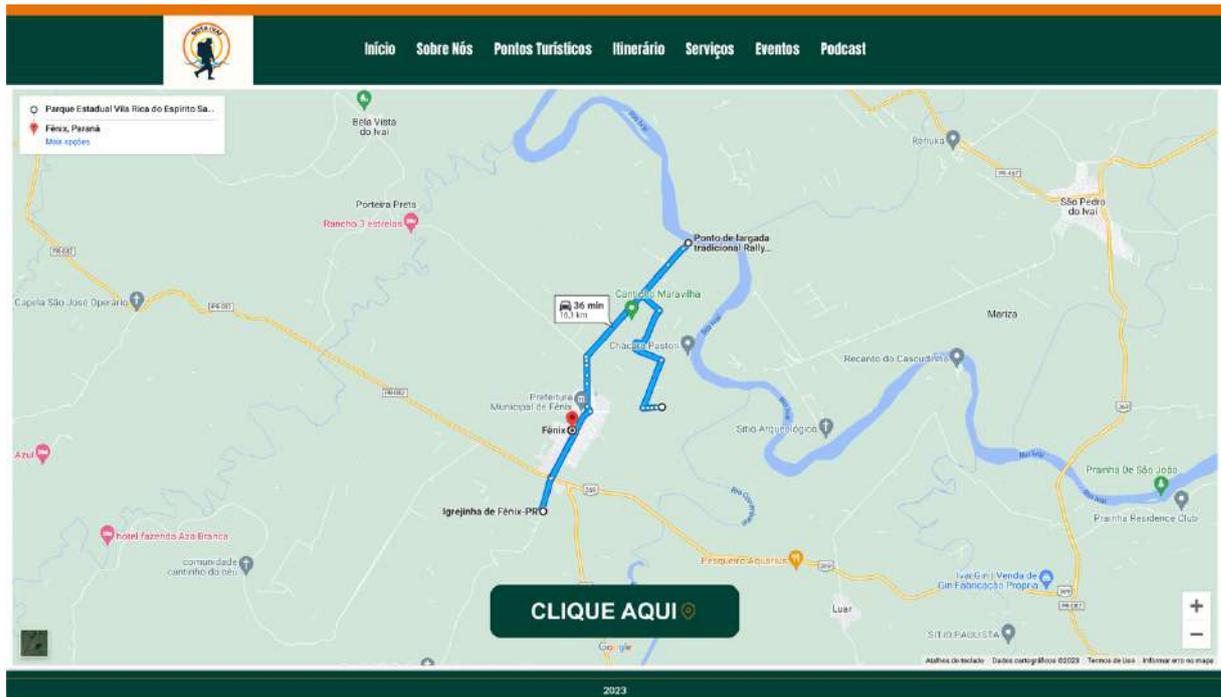
A página inicial do site se apresenta da seguinte forma:

Figura 19 – www.rotaivai.com.br - parte superior



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 20 – www.rotaivai.com.br - parte inferior



Fonte: autoria própria (2023).

A parte inferior da página inicial possui uma sugestão de roteiro da etapa Fênix-PR¹³⁷ da rota integrada com o *Google Maps*, com a opção de clicar no botão “CLIQUE AQUI” e ser direcionado para o aplicativo de mapa do *smartphone*. A rota proposta segue o itinerário sugerido na aba “Itinerário”:

Figura 21 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 1

¹³⁷ Futuramente poderá conter outro roteiro de acordo com o desenvolvimento do projeto Rota Ivaí. O foco desta investigação, no entanto, é a etapa Fênix-PR.

A Rota Ivaí é um roteiro dinâmico!

Você pode iniciar a sua visita do lugar que preferir. Apresentamos, contudo, uma sugestão para que a sua experiência contemple todos os pontos turísticos.

Sugestão de itinerário

1. 09:00 -> Saída do centro de Fênix-PR para o Parque Vila Rica do Espírito Santo
2. 09:30 -> Chegada ao Parque Vila Rica e visita ao Museu de Vila Rica
3. 10:00 -> Apresentação de multimídia no interior do Parque
4. 10:40 -> Início da trilha do Parque
5. 12:00 -> Saída do Parque para o almoço no centro de Fênix-PR
6. 14:00 -> Deslocamento para ponto de início do Rally Fluvial com rampa

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 22 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 2

7. 15:30 -> Deslocamento para a Igrejinha
8. 15:45 -> Chegada na Igrejinha
9. 17:00 -> Deslocamento para o centro de Fênix-PR

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 23 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 3



[Início](#)
[Sobre Nós](#)
[Pontos Turísticos](#)
[Itinerário](#)
[Serviços](#)
[Eventos](#)
[Podcast](#)

Informações:

- **Vias de acesso**

Você pode chegar em Fênix-PR pelas rodovias vindo de Quinta do Sol ou Barbosa Ferraz ou São João do Ivaí, (PR-082 ou 369).



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 24 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 4



[Início](#)
[Sobre Nós](#)
[Pontos Turísticos](#)
[Itinerário](#)
[Serviços](#)
[Eventos](#)
[Podcast](#)

A estrada de acesso ao Parque Vila Rica do Espírito Santo e ao Museu é formada por paralelepípedos em boas condições



Permite o acesso por carro, vans, ônibus, a pé, bicicleta ou moto.

O acesso não se inviabiliza por conta de mau tempo, embora a visita ao parque e ao museu não seja proveitosa nesse caso.

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 25 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 5

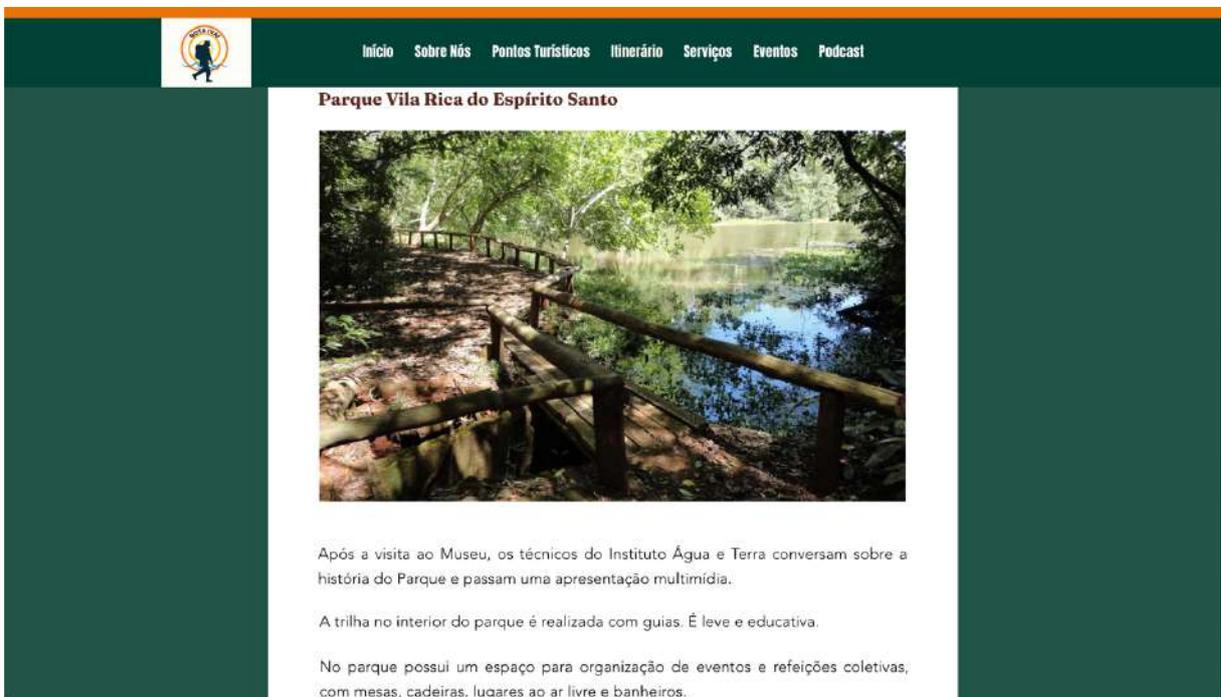


A estrada até a igrejinha e à rampa de acesso ao Rio também está em boas condições, mas uma parte não possui pavimentação asfáltica

Apesar de não ser pavimentada, as estradas podem ser trafegadas normalmente por veículos, caminhadas e bicicletas.

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 26 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 6



Parque Vila Rica do Espírito Santo

Após a visita ao Museu, os técnicos do Instituto Água e Terra conversam sobre a história do Parque e passam uma apresentação multimídia.

A trilha no interior do parque é realizada com guias. É leve e educativa.

No parque possui um espaço para organização de eventos e refeições coletivas, com mesas, cadeiras, lugares ao ar livre e banheiros.

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 27 – www.rotaivai.com.br/itinerario - parte 7



Fonte: autoria própria (2023).

Conforme apresentado, o itinerário sugerido tem duração de 08 horas com pausa para almoço. O usuário deste caracteriza-se como visitante por não permanecer mais de 24 horas no destino. Há alguns passos a serem trilhados antes desse visitante vir a se tornar turista no município, assim como há um processo com intervenções necessárias para Fênix-PR vir a se tornar um destino turístico e os seus atrativos se tornarem produtos. Posteriormente, ao abranger atrativos de outros municípios, com o maior percurso do itinerário, a pessoa poderá passar mais de 24 horas na região, aumentando o *ticket* médio¹³⁸. Por conter apenas uma refeição e cerca de 19 km de percurso, se este for realizado de carro e individualmente, então o gasto previsto em Fênix-PR poderia ser de: refeição R\$30,00 + 2 litros de combustível * R\$5,00 = R\$40,00. Seguindo a mesma hipótese, se forem 3 pessoas no mesmo veículo, então: refeição R\$30,00 * 3 + 2 litros de combustível * R\$5,00 = R\$100,00. É necessário considerar que o gasto com a refeição é mais provável que o abastecimento, hospedagem, compras em supermercados em Fênix-PR, dado que existem outros municípios com maior oferta de opções, como é o caso de Campo Mourão-PR. O *ticket* médio poderá aumentar com mais ofertas de atrativos ou novos motivos para as pessoas permanecerem por maior tempo no município.

Na aba “Sobre nós” contém informações sobre o projeto Rota Ivaí, seus integrantes, juntamente com as respectivas pesquisas que estão sendo desenvolvidas:

¹³⁸ Representa o gasto médio de cada pessoa durante a viagem.

Figura 28 – www.rotaivai.com.br/sobre - parte 1



O que é Rota Ivaí?

O projeto Rota Ivaí foi elaborado e está sendo desenvolvido na Unespar. O objetivo do Rota Ivaí é investigar as potencialidades do turismo histórico visando o desenvolvimento de municípios periféricos, com foco na mesorregião centro ocidental paraense.

Modelo "Guarda-chuva"

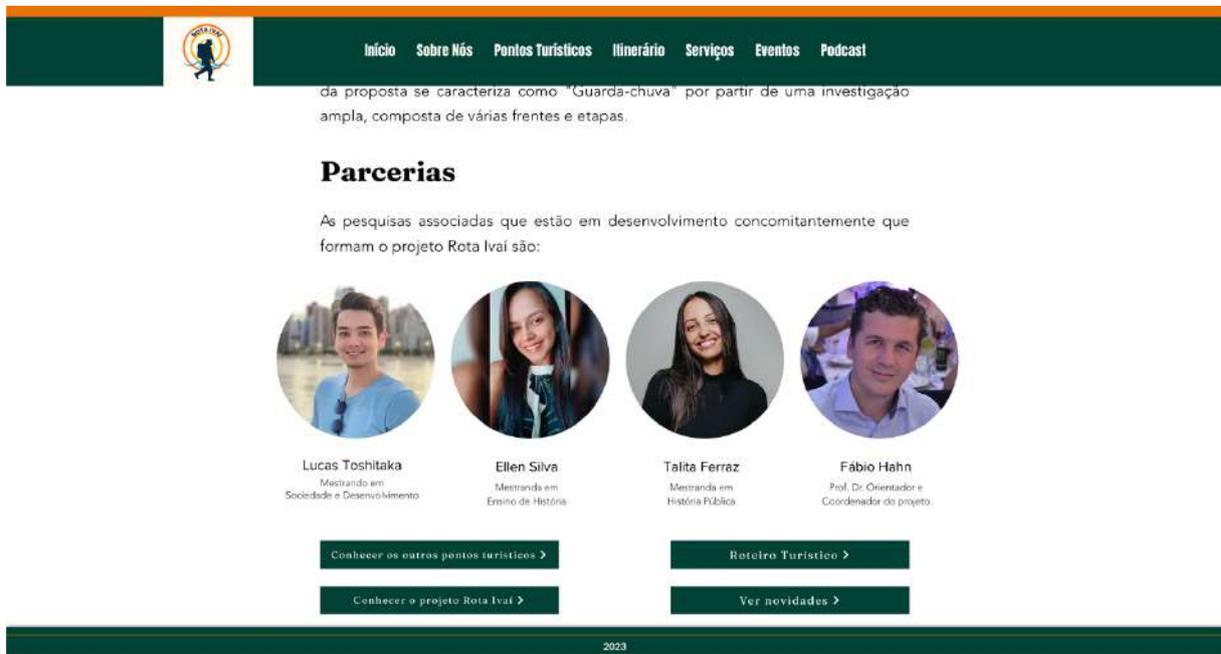
O projeto Rota Ivaí foi elaborado e está sendo desenvolvido na Unespar. O modelo da proposta se caracteriza como "Guarda-chuva" por partir de uma investigação ampla, composta de várias frentes e etapas.

Parcerias

As pesquisas associadas que estão em desenvolvimento concomitantemente que formam o projeto Rota Ivaí são:

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 29 – www.rotaivai.com.br/sobre - parte 2



Fonte: autoria própria (2023).

Na aba “Pontos Turísticos”, encontra-se a história de cada atrativo de Fênix-PR, organizados em submenu. A aba “Parque Vila Rica” possui a seguinte estrutura:

Figura 30 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 1



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 31 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 2



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 32 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 3



TERREITÓRIO DO GUIARÁ

O governo espanhol e as reduções jesuíticas

O governo espanhol, para a conquista da Província del Guayrá, além do estabelecimento de cidades, implantou reduções jesuíticas com objetivo de cristianizar os nativos e ao mesmo tempo tentar apaziguar os conflitos e resistências, facilitando a presença dos colonos espanhóis nessas terras. Observem, no mapa, a quantidade de reduções jesuíticas e a localização de cada uma delas em comparação com Villa Rica.



CIDADES ESPANHOLAS E MISSÕES JESUÍTICAS DA PROVÍNCIA DEL GUIARÁ

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 33 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 4



CIDADES ESPANHOLAS E MISSÕES JESUÍTICAS DA PROVÍNCIA DEL GUIARÁ

A fundação de Villa Rica

Villa Rica havia sido fundada em outro local em 1570 e associada à expectativa de que houvesse ouro na região, mas foi transferida por motivo de uma epidemia de varíola, que havia resultado em mais de 4 mil mortes na região, portanto o novo local escolhido foi junto à foz do Rio Corumbataí, no Rio Ivai.

Para início da área urbana, foi construída uma Igreja com uma grande cruz ao lado

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 34 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 5

Para início da área urbana, foi construída uma Igreja com uma grande cruz ao lado e uma fortaleza. A parte urbana do povoado foi repartida entre os espanhóis, com solares (terrenos) para a construção de casas dentro da vila e terras para chácaras, efetivando, assim, a ocupação. Além disso, os espanhóis receberam índios para os trabalhos, tanto domésticos, quanto agrícolas. Para esse povoado, foi nomeado um alcaide (uma espécie de governador do povoado) e concedidos 24 arcabuceros (soldados). A principal atividade econômica de Villa Rica passou a ser a extração da erva-mate – moeda corrente no Guayrá.

As pesquisas e escavações arqueológicas sobre Villa Rica del Espiritu Santo revelaram características interessantes sobre a estrutura urbanística da cidade. Como vocês podem observar, na imagem que segue, um pouco do plano urbanístico de Villa Rica, que é resultado das pesquisas realizadas pela arqueóloga Claudia Parellada.

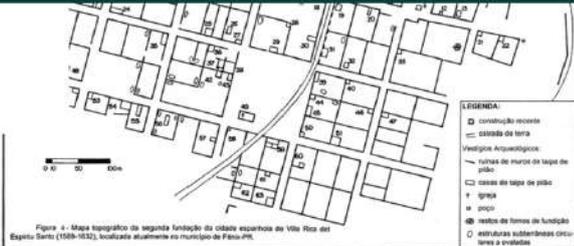


LEGENDA:
 □ construção recente

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 35 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 6

Figura 4. Mapa topográfico da segunda fundação da cidade espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo (1580-1622), localizada atualmente no município de Itaipava.



LEGENDA:
 □ construção recente
 □ cidade de terra
 Investigação Arqueológica:
 — limites de muros de taipa de pilão
 □ casas de taipa de pilão
 + igreja
 * poço
 ○ restos de formas de fundição
 ○ estruturas subterâneas circulares e ovais

A estrutura das cidades coloniais espanholas do final do século XVI

Essa estrutura urbanística de Villa Rica segue o modelo das cidades coloniais espanholas do final do século XVI, baseadas na lei de Felipe II, em 1573. A área urbana da segunda fundação tinha cerca de 300.000 m². A estrutura urbana é marcada por quadras quase sempre de mesmo tamanho e ruas retas, ficando ao centro, a praça. Em torno da praça, os terrenos eram reservados à Igreja, edifícios reais e municipais, às lojas e casas de mercadores. As construções eram feitas em taipa de pilão e madeira, com coberturas de telhas do tipo colonial de encaixe, com largos beirais para proteção da taipa de pilão. Na sequência, uma imagem que representa a construção de um muro de taipa de pilão.

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 36 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 7



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 37 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 8



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 38 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 9



The screenshot shows a website interface with a dark green header and a white content area. The header contains a logo on the left and a navigation menu with the following items: Início, Sobre Nós, Pontos Turísticos, Itinerário, Serviços, Eventos, and Podcast. The main content area displays a large, complex grid of small, handwritten documents or maps, arranged in approximately 10 rows and 15 columns. The documents appear to be historical records, possibly related to the Jesuit missions in the region. The grid is framed by a decorative border.

A guerra entre espanhóis e bandeirantes paulistas

No entanto, ao contrário dos planos da coroa espanhola, a implantação das reduções jesuítas, além da aproximação com índios de tribos mais distantes de Villa Rica, acabou atraindo e abrigando sob sua proteção índios fugidos da ação dos encomenderos villariquenhos. Esse fato resultou na diminuição de mão de obra dos colonos espanhóis para o trabalho de extração da erva-mate, o que gerou conflito com os jesuítas. O resultado desses embates entre colonos villariquenhos e jesuítas foi o enfraquecimento, tanto das reduções jesuíticas, que passaram a não mais receber armas e proteção dos espanhóis frente aos ataques de tribos indígenas

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 39 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 10

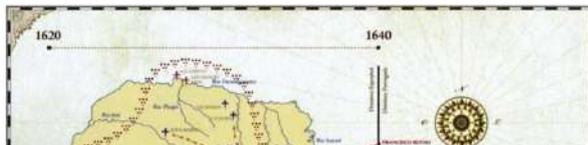


The screenshot shows a website interface with a dark green header and a white content area. The header contains a logo on the left and a navigation menu with the following items: Início, Sobre Nós, Pontos Turísticos, Itinerário, Serviços, Eventos, and Podcast. The main content area contains three paragraphs of text and a map at the bottom. The text discusses the impact of Jesuit missions and the conflict between Spanish colonists and Paulist bandeirantes. The map shows a geographical area with a grid, a compass rose, and a scale bar indicating the years 1620 and 1640.

receber armas e proteção dos espanhóis frente aos ataques de tribos indígenas hostis e das investidas dos bandeirantes paulistas no aprisionamento de indígenas, como na destruição das reduções. Por outro lado, os villariquenhos não podiam mais contar com a mão de obra indígena para extração da erva-mate, gerando perdas econômicas e acúmulo de dívidas. A pobreza na cidade de Villa Rica passou a ficar explícita nos documentos de época, a redução da disponibilidade de alimentos era cada vez maior, resultando na saída das famílias espanholas villariquenhas.

Com o enfraquecimento do poder dos jesuítas e espanhóis, os bandeirantes paulistas perceberam que a Província del Guayrá era alvo fácil para captura de índios para serem utilizados como mão de obra escrava na agricultura paulista. Além disso, as condições eram favoráveis, inclusive para ampliação das fronteiras portuguesas e domínio de novos territórios.

Observem atentamente, no mapa que segue, a linha do Tratado de Tordesilhas, que dividia os domínios das coroas espanhola e portuguesa e os caminhos percorridos pelos bandeirantes, em especial pelas expedições de Raposo Tavares.



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 40 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 11

The screenshot shows a website interface with a dark green header. On the left is a logo for 'ROTA IVAI'. The header contains navigation links: 'Início', 'Sobre Nós', 'Pontos Turísticos', 'Itinerário', 'Serviços', 'Eventos', and 'Podcast'. The main content area features a historical map of the Guayrá region with various routes and locations marked. Below the map is a text block with the following content:

A destruição de Villa Rica

Como vocês observaram, houve diferentes expedições para aprisionamento de índios. As reduções, por congregarem um grande número de índios, eram alvo preferido dos bandeirantes. As expedições no Guayrá, com participação de Raposo Tavares, ocorreram entre 1628 e 1633, no entanto, muitas ações de aprisionamento indígena já vinham acontecendo nessas terras de forma irregular e informal desde 1595.

É preciso compreender alguns fatores que contribuíram para as expedições dos bandeirantes na Província del Guayrá, como: a cumplicidade do governador do Paraguai, Xeria, que havia se casado com uma portuguesa do Rio de Janeiro, portanto havia estabelecido alianças com os portugueses, resultando na perda de

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 41 – www.rotaivai.com.br/parquevilarica - parte 12

The screenshot shows the same website interface as Figure 40. The main content area contains a text block with the following content:

É preciso compreender alguns fatores que contribuíram para as expedições dos bandeirantes na Província del Guayrá, como: a cumplicidade do governador do Paraguai, Xeria, que havia se casado com uma portuguesa do Rio de Janeiro, portanto havia estabelecido alianças com os portugueses, resultando na perda de território já colonizado; a cooperação de espanhóis com os portugueses paulistas, devido aos casamentos realizados entre eles; a contribuição de alguns caciques guairenhos que buscavam poder, nesse caso, com apoio dos bandeirantes.

Em agosto de 1632, depois de alguns meses com a cidade sitiada pelos bandeirantes paulistas, a vinda do bispo de Assunção, Cristóbal de Aresti, e a verificação das condições precárias de Villa Rica e sua impossibilidade de resistência, decidiu-se pela transferência da cidade para além do Rio Paraná. Em outubro de 1632, toda a população de Villa Rica já havia chegado à sua nova morada do outro lado do Rio Paraná, próximo a Serra do Maracaju. Com isso, estava efetivada a saída definitiva dos espanhóis da Província del Guayrá, um ano depois do fim das reduções jesuíticas, que haviam - algumas delas - sido destruídas pelos bandeirantes e outras abandonadas pelos jesuítas.

Below the text are four buttons with right-pointing arrows:

- Conhecer os outros pontos turísticos >
- Roteiro Turístico >
- Conhecer o projeto Rota Ivaí >
- Ver novidades >

The footer of the page displays the year 2023.

Fonte: autoria própria (2023).

Já a aba “Museu”:

Figura 42 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 1

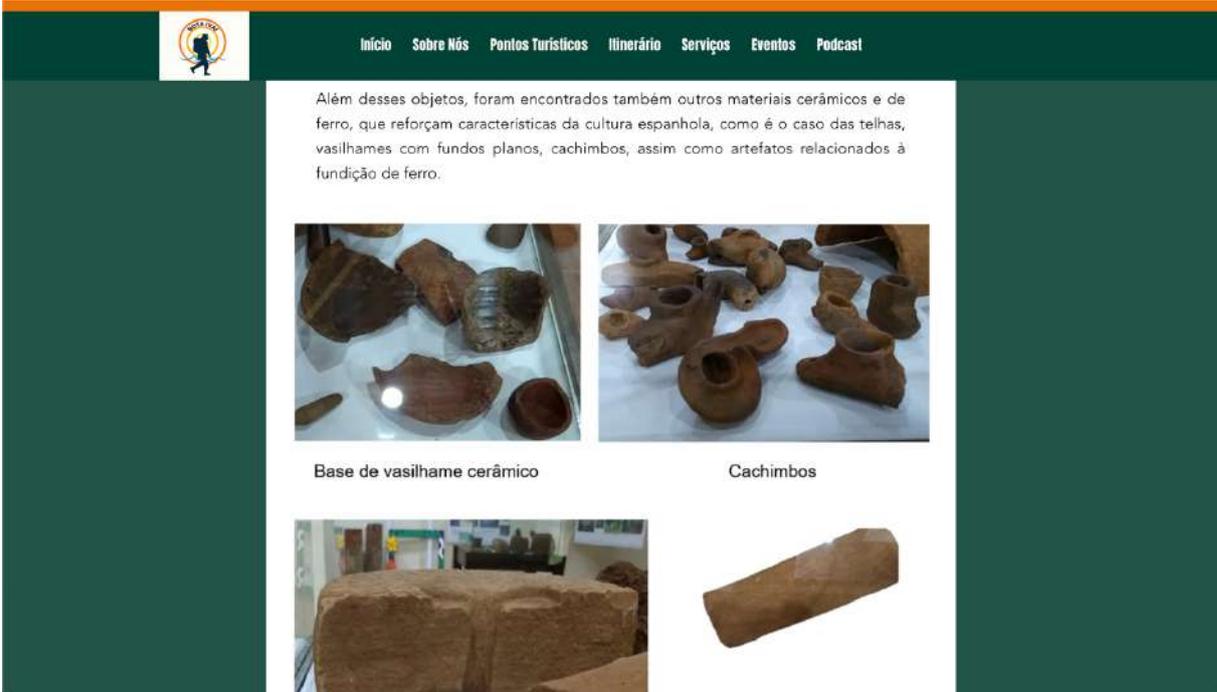


Fonte: autoria própria (2023).

Figura 43 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 2



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 44 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 3


The screenshot shows a museum website interface with a dark green header. On the left is a logo with a person walking. The header contains navigation links: Início, Sobre Nós, Pontos Turísticos, Itinerário, Serviços, Eventos, Podcast. The main content area has a text block followed by two images of ceramic artifacts. The first image shows several fragments of a ceramic vessel, labeled 'Base de vasilhame cerâmico'. The second image shows several small, rounded ceramic objects, labeled 'Cachimbos'. Below these are two more images: a large, rectangular, textured ceramic block and a single cylindrical ceramic object.

Além desses objetos, foram encontrados também outros materiais cerâmicos e de ferro, que reforçam características da cultura espanhola, como é o caso das telhas, vasilhames com fundos planos, cachimbos, assim como artefatos relacionados à fundição de ferro.

Base de vasilhame cerâmico

Cachimbos

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 45 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 4


The screenshot shows a museum website interface with a dark green header. On the left is a logo with a person walking. The header contains navigation links: Início, Sobre Nós, Pontos Turísticos, Itinerário, Serviços, Eventos, Podcast. The main content area has two columns. The left column is titled 'Escória de ferro' and the right column is titled 'Telha do tipo colonial'. Below the text are two images: a large, rounded, woven basket-like object and a display case containing various small, dark, irregular fragments.

Escória de ferro

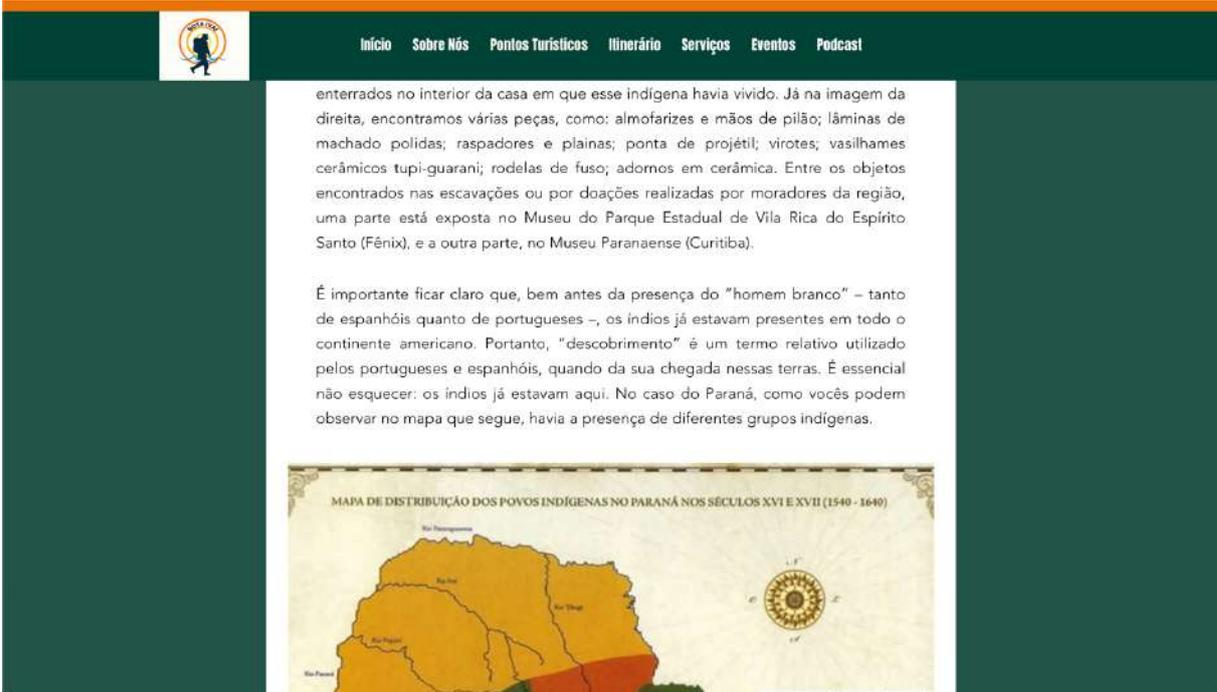
Telha do tipo colonial

Além dos objetos que remetem à cultura espanhola, foram encontrados também objetos de influência indígena, alguns na própria cidade e outros na região no entorno de Villa Rica. Entre os objetos, podemos destacar fragmentos cerâmicos escovados e simples da Tradição Tupi-Guarani, lascas e raspadores de quartzo criptocristalino, entre outros fragmentos.

Na imagem da esquerda, um vasilhame tupi-guarani que era utilizado para armazenar alimentos e fermentar bebidas. Os vasilhames mais representativos eram escolhidos para ser utilizados como urnas funerárias para sepultar. Primeiro, enterrava-se o morto no solo por alguns meses, depois, os ossos eram desenterrados e inseridos, junto com alguns pertences, dentro do vasilhame e

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 46 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 5



enterrados no interior da casa em que esse indígena havia vivido. Já na imagem da direita, encontramos várias peças, como: almofarizes e mãos de pilão; lâminas de machado polidas; raspadores e plainas; ponta de projétil; virotes; vasilhames cerâmicos tupi-guarani; rodela de fuso; adornos em cerâmica. Entre os objetos encontrados nas escavações ou por doações realizadas por moradores da região, uma parte está exposta no Museu do Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo (Fênix), e a outra parte, no Museu Paranaense (Curitiba).

É importante ficar claro que, bem antes da presença do "homem branco" – tanto de espanhóis quanto de portugueses –, os índios já estavam presentes em todo o continente americano. Portanto, "descobrimento" é um termo relativo utilizado pelos portugueses e espanhóis, quando da sua chegada nessas terras. É essencial não esquecer: os índios já estavam aqui. No caso do Paraná, como vocês podem observar no mapa que segue, havia a presença de diferentes grupos indígenas.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ NOS SÉCULOS XVI E XVII (1540 - 1640)

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 47 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 6



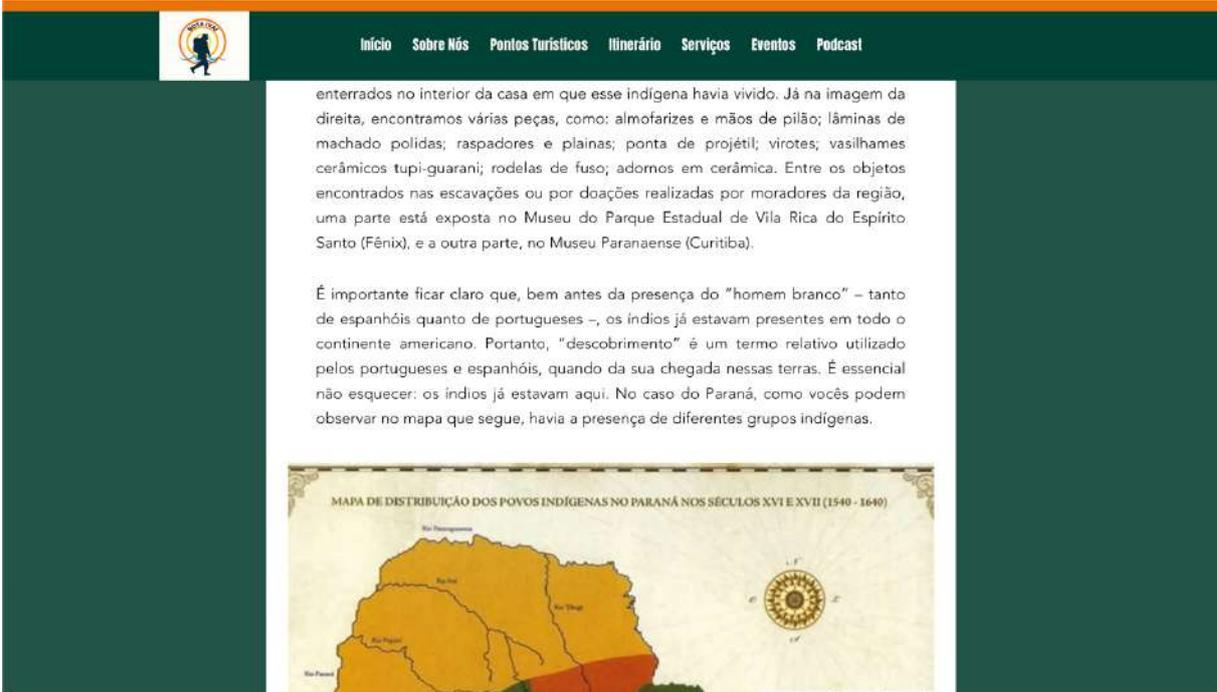
MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ NOS SÉCULOS XVI E XVII (1540 - 1640)

Família Linguística	Denominações usadas nos séc. XVI e XVII
Jê	Campero ou coronadi
Tupi-Guarani	Guarani ou Guatache
	Tupiniquith

Como vocês já observaram em outros momentos, a localização de Vila Rica fica na confluência dos rios Ivai e Corumbataí. No mapa anterior, a confluência dos rios Ivai e Corumbataí está localizada no território com maior presença do grupo indígena guarani. Com base na documentação de época, estimava-se que viviam em torno de duzentos mil índios guaranis nos arredores de Vila Rica, uma das maiores concentrações populacionais de guaranis na época.

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 48 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 7



enterrados no interior da casa em que esse indígena havia vivido. Já na imagem da direita, encontramos várias peças, como: almofarizes e mãos de pilão; lâminas de machado polidas; raspadores e plainas; ponta de projétil; virotes; vasilhames cerâmicos tupi-guarani; rodela de fuso; adornos em cerâmica. Entre os objetos encontrados nas escavações ou por doações realizadas por moradores da região, uma parte está exposta no Museu do Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo (Fênix), e a outra parte, no Museu Paranaense (Curitiba).

É importante ficar claro que, bem antes da presença do “homem branco” – tanto de espanhóis quanto de portugueses –, os índios já estavam presentes em todo o continente americano. Portanto, “descobrimento” é um termo relativo utilizado pelos portugueses e espanhóis, quando da sua chegada nessas terras. É essencial não esquecer: os índios já estavam aqui. No caso do Paraná, como vocês podem observar no mapa que segue, havia a presença de diferentes grupos indígenas.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ NOS SÉCULOS XVI E XVII (1540 - 1640)

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 49 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 8

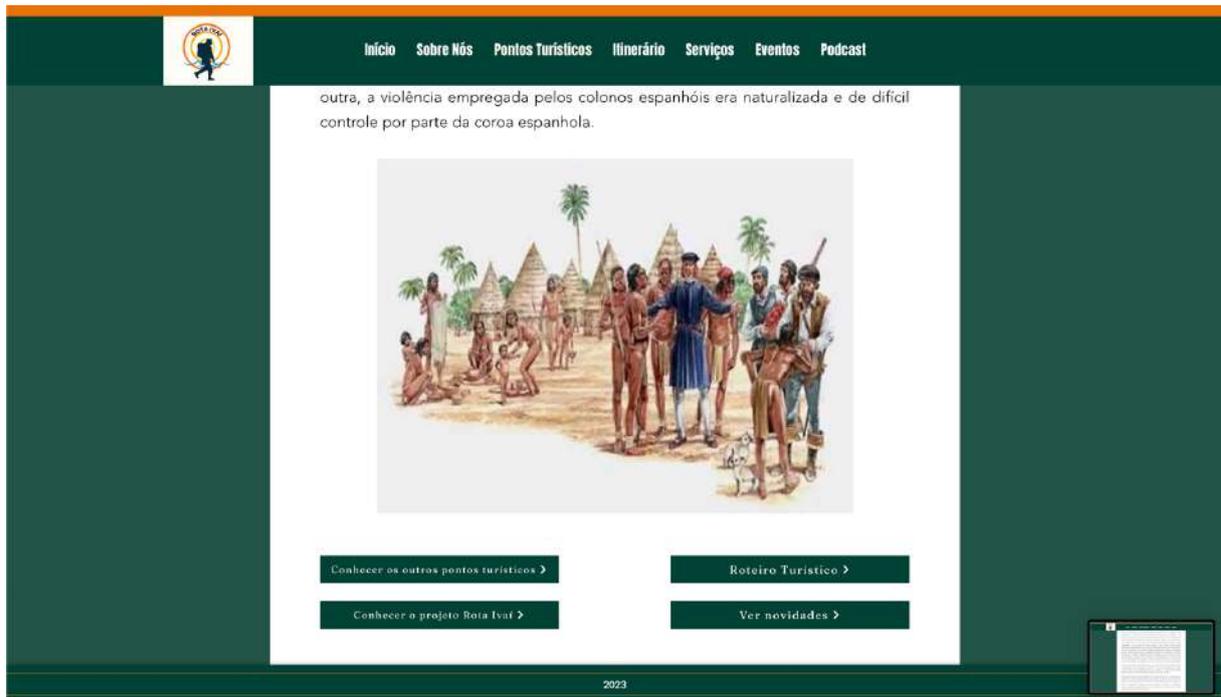


A invasão do território indígena por parte dos espanhóis que alegavam estar protegendo suas fronteiras foi conflituosa. Nos documentos de época e nos estudos já realizados, estão presentes diferentes relações entre índios e espanhóis, mas, inicialmente, marcada pelo conflito e resistência. Apesar de os índios serem mais numerosos, o recurso das armas de fogo utilizadas pelos espanhóis acabou subjugando muitos grupos de índios guaranis. Esses índios guaranis foram explorados pelos espanhóis por meio de dois sistemas impostos: a encomienda e a mita. A encomienda foi um sistema criado pelos espanhóis e imposto aos indígenas durante o período colonial para o trabalho de extração da erva-mate, com objetivo de explorar o trabalho indígena de forma compulsória por um colono que teria direito enquanto visse. Vinte mil índios foram encomendados. Em troca, o colono era responsável pelo índio (sustentar e vestir) e deveria promover sua cristianização, sem nunca vendê-lo ou maltratá-lo. Na teoria, era um servo e não escravo, pois, segundo a legislação colonial espanhola, os yanáconas (índios submetidos) estavam subordinados às terras e não aos proprietários, daí o fato de não estarem à venda e, assim, não serem considerados escravos. Já a Mita era um sistema de trabalho forçado imposto e tinha como origem a ação dos reis incas, no Peru.

Nesse sistema aplicado pelos espanhóis, uma parte dos índios era utilizada para o trabalho em uma jornada de quatro dias de trabalho semanal, permitindo que só fosse retirada a quarta parte dos indígenas encomendados, proibindo castigo aos índios e carregamento excessivo em seus trabalhos. Na prática, a realidade foi outra, a violência empregada pelos colonos espanhóis era naturalizada e de difícil controle por parte da coroa espanhola.

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 50 – www.rotaivai.com.br/museu - parte 9



Fonte: autoria própria (2023).

Na aba “Rios”:

Figura 51 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 1



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 52 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 2



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 53 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 3



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 54 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 4



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 55 – www.rotaivai.com.br/rios - parte 5



Fonte: autoria própria (2023).

Na aba “Capela”:

Figura 56 – www.rotaivai.com.br/capela - parte 1



Capela Santo Inácio de Loyola

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 57 – www.rotaivai.com.br/capela - parte 2



Fonte: autoria própria (2023).

Figura 58 – www.rotaivai.com.br/capela - parte 3



A lenda

A lenda que quase destruiu a capela está associada a Villa Rica, fato que atraiu muita gente em busca de riqueza. O nome de Villa Rica teria sido atribuído a primeira fundação da cidade em 1570, pois se imaginava que existia ouro em abundância na região, que aliás não é a mesma região do município de Fênix. Nesta cidade ocorreu uma refundação. Imaginando que a Capela estivesse associada a Villa Rica e a uma antiga lenda que perdurou séculos e de que poderia ter sido enterrado ouro pelos espanhóis na região antes da destruição da cidade pela invasão dos bandeirantes paulistas em 1632. A Capela supostamente poderia ter sido um local ideal, uma referência de localização, mas o que muita gente não sabia é que a capela não está associada a Villa Rica. A Capela foi construída em meados do século XX, quase três séculos depois da fundação de Villa Rica. No entanto, isso não impediu com que inúmeros invasores escavassem a Capela em busca de ouro, fato que quase levou a destruição do espaço sagrado.

Fonte: autoria própria (2023).

Figura 59 – www.rotaivai.com.br/capela - parte 4



A busca pelo ouro

Com a procura de pessoas pela Capela por ser um espaço sagrado, mas também pela curiosidade e pelas lendas, a prefeitura realizou melhorias no seu entorno e um trabalho de "restauração", do ponto de vista histórico equivocados, pois não levou em consideração as boas práticas da restauração, com a aplicação de materiais com intervenção inadequada. Mesmo assim, a Igrejinha continua sendo lugar de intensa visitação e referência para a Rota da Fé. A Capela, com uma cruz ao seu lado, conta com um altar e pequenos objetos, lembranças deixadas por peregrinos.

A lenda de ouro enterrado na Capela está associada, como já mencionamos anteriormente, a Villa Rica. Em 1896, José Cândido da Silva Muricy, político e militar paranaense, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, com um grupo de políticos paranaenses realizou uma "expedição a Villa Rica", imaginando equivocadamente que pudesse ser uma redução jesuítica com tesouros enterrados. Partindo de Curitiba rumo ao atual município de Fênix se depararam com as ruínas de taipa e alguns fragmentos cerâmicos de Villa Rica. Apesar de várias escavações, logo o grupo se deparou com o fato de que nada encontrariam (MURICY, 1975). No entanto, expedições como essas alimentaram a sanha exploratória e o imaginário dos visitantes.

Conhecer os outros pontos turísticos > Roteiro Turístico >
 Conhecer o projeto Rota Ivai > Ver novidades >

2023

Fonte: autoria própria (2023).

Na aba “Serviços” encontra-se um mapa hospedado no *Google Maps* e incorporado ao site, com *ícones* identificando a rota juntamente com os locais de alimentação, hospedagem e farmácias. O *Google Maps* permite que o usuário abra e interaja com o mapa diminuindo e aumentando o tamanho conforme for conveniente, além de exibir outros locais que estão na base de dados do *Google*. A interface da plataforma é amigável às pessoas por ser amplamente utilizada devido ao seu sistema de GPS.

Além disso, a princípio, o site contará com mais duas abas que estão em construção: a aba “Eventos” e “Podcast”. A primeira apresentará as datas dos eventos regionais, principalmente as caminhadas na natureza e as festas típicas dos municípios da região de Fênix-PR. A segunda conterà os vídeos/áudios do Podcast sobre a Rota Ivaí que estão sendo desenvolvidos em outra pesquisa de mestrado.

Com canais próprios de divulgação, o projeto conta com uma conta no *Instagram*¹³⁹ e *Youtube*, aderindo às outras plataformas conforme for produzindo conteúdos e tomando novas dimensões com a integração de outras aplicações no site. Algumas aplicações já estão sendo visadas para compor o site, entre elas: o aplicativo *Strava* (aplicativo com rotas e suporte para corrida, ciclismo e trilha); aba com funcionalidade de gamificações pedagógicas; com o *Ecobooking* (sistema de gestão do turismo), que organiza os eventos na natureza; com a plataforma de viagens *Tripadvisor*; aba própria para artigos, publicações científicas e diagnósticos relacionados ao turismo na região.

3.5.2 QR Codes: uma ferramenta para o turismo

As TICs revolucionaram os mecanismos de comunicação podendo ser aliadas na qualidade de experiência do visitante ou turista. Nesse contexto, os QR Codes são ferramentas úteis para trazer informações hospedadas em um ambiente virtual às telas dos *smartphones*, que são amplamente utilizados atualmente. Os QR Codes foram pensados de forma a ser uma tecnologia de transferência de informações de maneira descomplicada, como um sistema de código de barras que pode ser lido a partir da câmera de um celular ou *tablet*. Após apontar a câmera para a imagem gerada que forma o QR Code, o *software* realiza a codificação dos dados e concebe o acesso da informação. Entre as informações armazenadas, podem conter um texto, uma foto ou um aplicativo.

¹³⁹ <https://www.instagram.com/rotaivaí/>.

Os principais benefícios do QR Code são a ampla capacidade de armazenamento de informações de acordo com o interesse do usuário e o seu baixo custo de implantação, dado que quando gerado possui o formato de imagem livre de qualquer licença. Entre as pesquisas selecionadas, Angelo Silveira (2017) empregou o uso dessa tecnologia em sua pesquisa para dissertação, discutindo o potencial da ferramenta no turismo em seu município de foco. Para o autor, o QR Code é uma forma de inovar no contexto da preservação do patrimônio, bem como maximizar o acesso às informações pelos turistas. Pois, a implementação desta tecnologia não degrada nem danifica o ambiente. Dado isso, expõe-se o potencial de enriquecer a experiência do turista com interatividade e em formato educacional.

Assim sendo, no contexto da Rota Ivaí, o QR Code poderá ser instalado em diversos locais dos atrativos envolvidos no roteiro, além de pontos estratégicos e comércios do município, existindo possibilidade de implantação em totens, pinturas ou outras matérias de publicidade e divulgação desenvolvidos a partir da parceria do poder público ou privado¹⁴⁰.

No conteúdo do QR Code gerado, conterà o endereço online www.rotaivai.com.br com acesso à rota, história dos atrativos, serviços turísticos e entre outros recursos.

3.6 Potencialidades regionais agregadas

Muito há o que se discutir a respeito das potencialidades na região de Fênix/PR. Considerou-se, assim, o que pode ser atrativo natural ou artificial que pertence ou ocorre periodicamente na região como os eventos tradicionais nas datas festivas. Os atrativos apontados poderão ser integrados à plataforma com a “Rota Ivaí”¹⁴¹, a fim de servirem de sugestões aos visitantes, oferecendo uma variedade de atividades para mantê-los por maior tempo na região.

Primeiramente, vale destacar duas rotas turísticas: Caminhos de Peabiru e Rota da Fé. Em 23 de agosto de 2022 (PARANÁ), a Lei 21.208 declarou o Caminhos de Peabiru como Rota Turística no Estado do Paraná definindo objetivos e diretrizes para o aproveitamento dos atrativos ambientais, históricos, culturais e turísticos. Os dispositivos da lei objetivaram: proteger, conservar e valorizar a natureza e o patrimônio cultural presente no Caminhos de Peabiru e sua área de influência como patrimônio histórico; promover a educação ambiental e

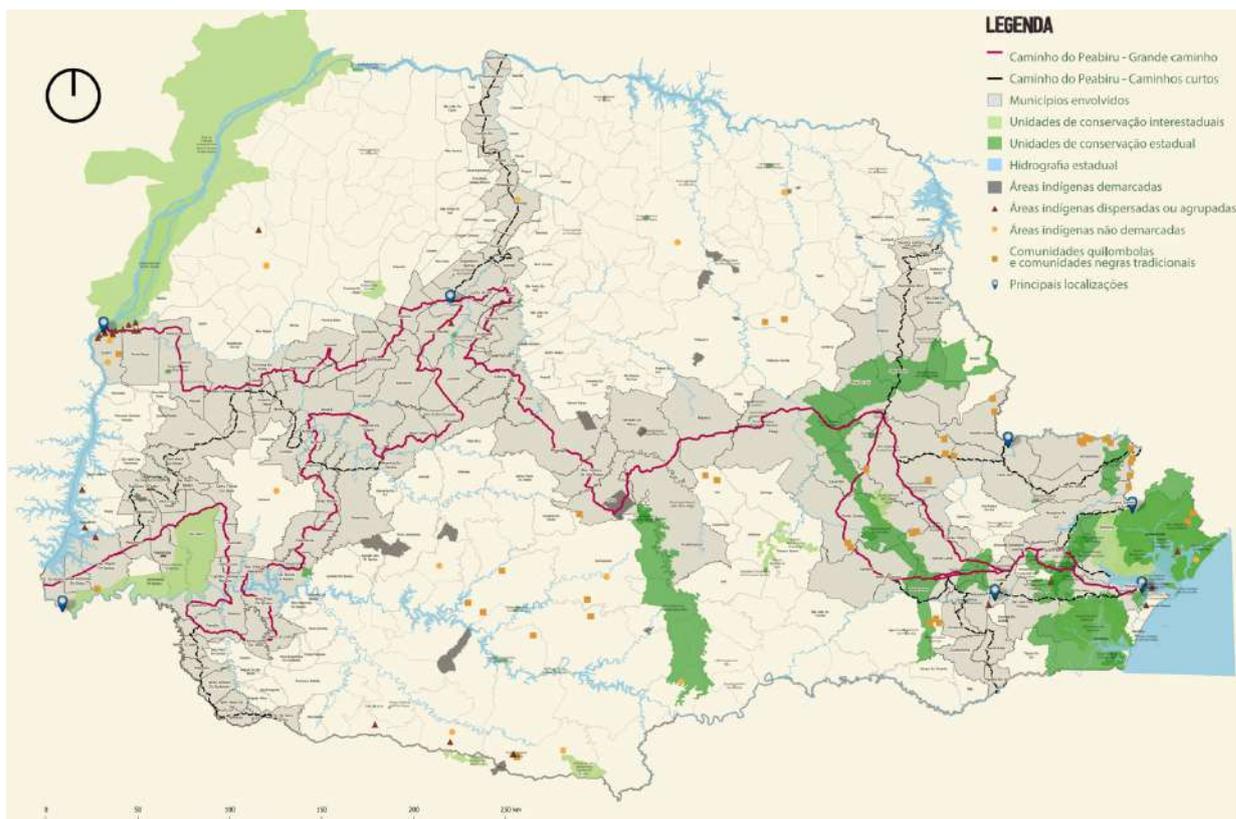
¹⁴⁰ Após a finalização das três pesquisas que estão em andamento no Projeto “Rota Ivaí” será protocolado na Prefeitura municipal de Fênix-PR uma solicitação de implantação do QR Code nos locais de interesse do projeto, disponibilizando o material produzido nas pesquisas para avaliação dos gestores.

¹⁴¹ <www.rotaivai.com.br>.

matrimonial, bem como a conscientização pública para a conservação do meio ambiente; promover a saúde e qualidade de vida; inclusão social, a geração de emprego e renda, e a implementação de ações de incentivo ao desenvolvimento econômico; promover o turismo de base comunitária e o turismo sustentável; ampliar e diversificar a oferta turística, de modo a estimular o turismo em áreas naturais; estabelecer parcerias entre as instituições do poder público e privado; entre outros.

O Caminhos do Peabiru (2023) representa um conjunto de trilhas com extensão do Oceano Atlântico ao Pacífico, ligando o Estado do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, além do Paraguai, Bolívia e Peru. A rota é herança dos indígenas guaranis, kaingang e xetá, bem como os povos incas, espanhóis, portugueses e jesuítas, conforme indicado pelo projeto.

Figura 60 – Mapa Caminhos do Peabiru



Fonte: Caminhos do Peabiru (2023).

O projeto envolve 86 cidades e 29 distritos em uma extensão de 4.000 km do percurso original, com 734 sítios arqueológicos no Paraná. As ramificações do caminho estendem-se de Paranaguá a Peabiru (800 km, 30 municípios), de Peabiru a Foz do Iguaçu (450 km, 36 municípios) e de Peabiru a Guaíra (300 km, 18 municípios). O município de Peabiru/PR

encontra-se na região da COMCAM, a cerca de 51 km de Fênix/PR pelas rodovias PR-082 e PR-317 (42 min de carro). Em Peabiru/PR uma trilha em meio à natureza com cerca de 8 km e 3 horas de percurso de caminhada em meio à floresta e rios, fruto da articulação da sociedade com o poder público, que se caracteriza como atrativo natural e recebe visitantes de todo o país e do exterior. Em meio ao projeto, o município revitalizou o museu Caminhos de Peabiru na praça central da cidade, local onde os organizadores reúnem os visitantes para palestras, amostras de artefatos resgatados nos caminhos e aquecimento físico (CAMINHOS DE PEABIRU, 2023).

De acordo com o historiador Arléto Rocha (2017), coordenador do Projeto, o estudo acerca dos Caminhos de Peabiru na COMCAM iniciou-se em 2002 com a criação do NECAPECAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Caminho de Peabiru na COMCAM, sendo executado em Campo Mourão, mas visando abranger todos os 25 municípios da associação. A entidade foi composta por pesquisadores de diversas áreas como: professores, integrantes de grupos para folclóricos, membros de associações, artistas, museus, academia de letras, fundações, instituições estaduais (Instituto Ambiental do Paraná - IAP¹⁴²), escolas e empresas de serviço Sistema Nacional do Comércio – SENAC, sendo que posteriormente várias prefeituras da região aderiram ao projeto. Ademais, as informações sobre as datas de realização de trilhas, história, artefatos, pesquisas, entre outros podem ser acessadas nas plataformas online, que atuam como meios de divulgação: <<http://www.caminhosdopeabiru.pr.gov.br/>>; <<http://www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/as-trilhas/trilha-regional-2/trilha-caminhos-do-peabiru>>; <<https://www.facebook.com/peabirucaminhos/>>; <<https://www.instagram.com/caminhosdepeabiru/>>.

Ligados ao projeto Caminhos de Peabiru por alguns pontos em comum das rotas de peregrinação, a Rota da Fé é um dos atrativos do campo do turismo religioso que atraem visitantes nos municípios da COMCAM. A Rota da Fé é uma iniciativa criada em 2006, com extensão de 103 km entre Campo Mourão/PR e Fênix/PR, percurso com duração entre quatro e cinco dias. Recentemente, em 2022, o bispo da diocese de Campo Mourão, o presidente da Associação Internacional da Cooperação Turística (Asicotur) e o chanceler da Ordem de Santiago de Compostela, assinaram um convênio para implementação do Caminho Iniciático de Santiago de Compostela no Paraná, ao passo que essa parte da rota foi reconhecida internacionalmente com o Prêmio Excelência Turística na Feira Internacional do Turismo espanhola (FITUR). Esse destaque estende-se à sustentabilidade, dado que à caminhada

¹⁴² Em 2023, foi incorporado a outros órgãos, formando o Instituto Água e Terra - IAT.

acompanha o plantio de árvores e soltura de peixes nos rios pelos peregrinos. Visto o trajeto, é perceptível o potencial para o desenvolvimento da economia local de toda a região, podendo atrair investimentos públicos e privados em infraestrutura e comércio de serviços. O Caminho de Santiago de Compostela é uma importante rota de turismo religioso e peregrinação praticada na Espanha. Existem vários níveis de extensão do percurso, de 90 a 820 km (CALSAVARA, 2023). A Rota da Fé no Brasil conta com plataforma online para divulgação das peregrinações, disponível em: <<https://rotasdafe.com.br/index.html>>.

Tratando-se de caminhadas e trilhas, anualmente ocorre as caminhadas da natureza de âmbito nacional e internacional e circuitos organizados pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná), em parceria com os municípios. Em 2022, o projeto Caminhadas na Natureza proporcionou R\$1,2 milhão a 1.553 famílias com propriedades por onde passam os roteiros, com realização de comercialização de artesanato, geleias, queijos, doces, almoços, cafés e demais produtos (AEN, 2023). O calendário com informações e inscrições para a participação das atividades são organizadas e divulgadas pela plataforma *Ecobooking*¹⁴³, atualizado em <<https://calendario-pr.caminhadas.info/>>¹⁴⁴. Em 2023, nos municípios da COMCAM, tem previsão de ocorrer: Circuito Salto Boicotó, em Campo Mourão; Caminho do Rio Piquiri, em Altamira do Paraná; Caminhada do Sertão, em Engenheiro Beltrão; Circuito Morros e Colinas, em Corumbataí do Sul; Circuito Sanga Funda, em Juranda; Circuito Alegre – Rio Barreiro / Rio Tigre, em Rancho Alegre d Oeste; Circuito Villa Rica del Espiritu Santo, em Fênix; Rota da Imigração Ucraniana, em Mato Rico; Alquimia, em Roncador; Circuito Cachoeirinha / Bicho do Morro, em Quinta do Sol; Graminha – Caminhos das Corredeiras, em Janiópolis; Circuito Água da Fonte João Maria, em Farol; Circuito Rio Pinhalzinho, em Iretama; Circuito Rio Barreiro, em Boa Esperança; Circuito Cachoeira Rio Sem Passo, em Luiziana; Circuito Água Branca do Cascalho, em Goioerê. As inscrições geralmente são gratuitas, com opção de doar um quilo de alimento para ser destinado a entidades de assistência social. A infraestrutura da caminhada, incluindo a limpeza do percurso, café, paradas com água e frutas, comércio dos moradores locais, almoço e serviços de saúde e emergência são providenciados pelos órgãos estaduais e municipais. As refeições como café e almoço são oferecidos pela comunidade local, opcionais, e cobrados à parte.

Quanto às festividades tradicionais dos municípios normalmente acontecem nas datas de aniversário, com duração de dois ou três dias. Contudo, os municípios precisam organiza-

¹⁴³ Sistema de gestão do turismo, pode ser acessado em <www.ecobooking.com.br>.

¹⁴⁴ Acesso em: 14 de mai. 2023.

las a cada ano, ficando dependente da gestão atual o planejamento com recursos próprios e junto ao Ministério do Turismo, Secretária do Turismo, ou outros órgãos. Além das festas em comemoração aos aniversários, alguns municípios realizam festas em homenagem à padroeira/o da cidade. As datas dos municípios da COMCAM seguem a seguinte ordem¹⁴⁵:

Tabela 17 – Aniversários e data do Padroeiro(a) dos municípios da COMCAM

Município	Aniversário	Data do Padroeiro(a)	Homenageado(a)
Altamira do Paraná	27/04	12/10	Nª Srª Aparecida
Araruna	29/11	13/06	Santo Antônio
Barbosa Ferraz	25/07	27/11	Nª Srª das Graças
Boa Esperança	14/12	08/09	Nª Srª da Guia
Campina da Lagoa	04/11	01/10	Santa Terezinha
Campo Mourão	10/10	19/03	São José
Corumbataí do Sul	27/05	29/06	São Pedro
Engenheiro Beltrão	26/11	08/09	Nª Srª das Graças
Farol	23/06	13/06	Santo Antônio
		Móvel	
Fênix	25/07	50 dias após a Páscoa	Divino Espírito Santo
Goioerê	10/08	02/02	Nª Srª das Candeias
Iretama	25/07	23/08	Santa Rosa de Lima
Janiópolis	18/11	12/10	Nª Srª Aparecida
Juranda	16/12	15/08	Nª Srª Mãe de Deus
Luiziana	25/09	12/10	Nª Srª Aparecida
Mamborê	10/09	08/12	Nª Srª Imaculada Conceição
Moreira Sales	25/07	24/06	São João Batista
Nova Cantu	29/11	13/05	Nª Srª de Fátima
Peabiru	14/12	24/06	São João Batista
Quarto Centenário	29/04	13/05	Nª Srª de Fátima

¹⁴⁵ Alguns dados referentes às datas podem apresentar divergências devido a enorme variedade de fontes.

Quinta do Sol	14/12	28/10	São Judas Tadeu
Rancho Alegre D'oeste	20/03	19/03	São José
Roncador	05/11	29/06	São Pedro
Terra Boa	13/07	28/10	São Judas Tadeu
Ubiratã	04/11	13/06	Santo Antônio

Fonte: O autor (2023); IBGE (2023).

Os municípios comumente organizam as festas de aniversários com *shows* de artistas famosos e locais, bem como a preparação do seu prato típico como forma de celebração e atrativo regional. O prato típico da cidade é oficializado por meio de lei aprovado pela Câmara de Vereadores. Ainda que a justificativa do projeto de lei possa não apresentar necessidade de embasamento teórico, a oficialização do prato típico e a realização das festas movimentam a economia local, beneficiando o município.

Tabela 18 – Pratos típicos dos municípios da COMCAM

Município	Prato típico
Altamira do Paraná	Carneiro Recheado
Araruna	Arroz Tratoreiro
Barbosa Ferraz	Porco Garantido
Boa Esperança	Vaca Atolada
Campina da Lagoa	Costela Recheada Desossada
Campo Mourão	Carneiro no Buraco
Corumbataí do Sul	Cabrito Apressado
Engenheiro Beltrão	Leitão à Pururuca
Farol	Pernil à Pururuca
Fênix	Peixe na Cerâmica
Goioerê	Leitão Maturado
Iretama	Festival da Comida da Roça

Janiópolis	Leitoa Fuçada
Juranda	Frangojur
Luiziana	Boi na Brasa
Mamborê	Leitoa Mateira
Moreira Sales	Paleta Tropeira
Nova Cantu	Quirelada
Peabiru	Carneiro ao Vinho
Quarto Centenário	Frango Invertebrado
Quinta do Sol	Leitão ao Fogo de Chão
Rancho Alegre D'oeste	Tilápia no Tacho
Roncador	Perohê
Terra Boa	Costela da Terra
Ubiratã	Leitão à Campestre

Fonte: O autor (2023).

Os gestores públicos de algumas cidades tomam iniciativas individuais de criar datas para realização de festas próprias, além das recorrentes. Os *shows* contratados pelo poder público tem o viés popular, sendo gratuitos, com o objetivo de reunir a população. Além disso, cada município oferece tradicionalmente um atrativo próprio junto aos citados anteriormente, sendo comuns as cavalgadas e rodeios.

Os municípios da região de Fênix possuem parques urbanos direcionados a quem prefere passeios mais tranquilos, com brinquedos para crianças, pistas de caminhada ou juntar pessoas para praticar algum esporte como futebol. Campo Mourão possui, além dos parques urbanos, o Parque Estadual Lago Azul, que é uma unidade de conservação gerenciada pelo Instituto Água e Terra (IAT), assim como o Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo. O Parque Lago Azul também possui trilha de caminhada meio à floresta passando pela água e cachoeiras, contado com guias pelo percurso comentando sobre as espécies de plantas e a história do local.

Não obstante, ao se tratar de artesanatos, Barbosa Ferraz foi reconhecida oficialmente como a Capital do Crochê no estado do Paraná, produzindo e comercializando os produtos para

todo o Brasil. A produção se concentra na cidade e na região, fazendo parte da economia local desde a década de 90, a partir do modelo de crocheteiras do estado de Minas Gerais implementado por empresários da cidade.

Quanto aos atrativos que se instalaram na região, destacam-se: Hotel Fazenda Água Azul e o resort Jurema Águas Quentes, além de pesqueiros e chácaras que podem ser alugadas por alguns dias, entre outras que possuem estrutura para eventos maiores e programados.

O Hotel Fazenda Água Azul encontra-se entre Fênix e Quinta do Sol, fora da área urbana, oferecendo serviços de hospedagem em apartamentos, chalés, bar e espaço para conferências e eventos com estrutura personalizada. Além disso, o local dispõe de atividades de lazer ligadas ao turismo rural e ecoturismo, proporcionando o contato íntimo com a natureza, entre eles: aeródromo, cachoeira, passeios em trilhas ecológicas, casinha de brinquedos, fogueira noturna, espaço para jogos, lagos de pesca, mirante, museu, parquinho, passeio à cavalo, passeio de charrete, piscinas e rios para nado. O contato e informações para reserva podem ser consultadas na plataforma <<http://www.aguaazul.com.br/>>. De acordo com a pesquisa de Nagabe (2009), as atividades ofertadas pelo empreendimento compreendem “não apenas operações financeiras rentáveis, mas, fundamentalmente, o processo de transformação da fazenda em um hotel que oferece atrativos que permitem a interação com o meio e favorece as experiências culturais compartilhadas” (p.16). A autora detecta que o hotel explora como atrativo turístico formas naturais e artificiais, com representações do mundo rural, de modo a constituir a ruralidade como um espaço de contemplação e não mais de subsistência, sobretudo na perspectiva do turista. Disso, deriva-se o processo de urbanização do meio rural, criando novas relações entre e sentidos à convivência dos moradores locais, bem como a necessidade de adaptação às transformações impostas pelo turismo.

O resort Jurema Águas Quente, localizado próximo à Iretama, possui um destaque comercial maior, reconhecido pelas suas piscinas termais, lagos, jardins e estrutura de acomodação. O resort realiza periodicamente *shows* com artistas famosos, festivais com temas personalizados e uma disposição espacial e disponibilidade de serviços idealizados para manter os visitantes imersos à experiência durante a estadia. Dado isso, estes são atrativos consolidados na região. Os visitantes dos outros atrativos como os pesqueiros são, em maioria, moradores da região que buscam lazer na atividade da pesca ou que se locomovem para alimentação.

3.7 Considerações

O site <www.rotaivai.com.br> é um roteiro turístico digital disponível a uma infinidade de pessoas na internet. A importância dessa ferramenta estende-se além funções e utilidades de um roteiro turístico físico, ao passo que pode fazer parte de toda a experiência do turista/visitante, seja durante o planejamento do deslocamento, seja durante a visita servindo como um guia/itinerário, seja depois da viagem compartilhando um *feedback*¹⁴⁶ para as outras pessoas. A ferramenta digital possui suporte para integrações com outras ferramentas que podem enriquecer a experiência turística, como a história do local, trilhas na natureza e rurais nas proximidades, curiosidades, localizações e variedades dos serviços turísticos disponíveis, entre outros. Além disso, a possibilidade de hospedar materiais gráficos como documentos, vídeos e fotos pode contribuir com a divulgação e publicidade da rota em Fênix, além da região. Ademais, a plataforma tem potencial para se tornar um canal de disponibilização de dados e informações de auxílio ao desenvolvimento do turismo, sobretudo em relação aos municípios que integram o projeto “Rota Ivaí”, a saber: pesquisas acadêmicas; outros projetos de pesquisa e extensão; dados de órgãos públicos; e etc. Não obstante, é necessário ressaltar o baixo custo de manutenção da plataforma digital e a flexibilidade de alimentação de informações e modificações conforme for sendo demandado. Inclusive, o ambiente virtual abre portas à incorporação de novas tecnologias.

Dado ao disposto, portanto, a “Rota Ivaí” pode ser um instrumento para fomentar o desenvolvimento local com geração de emprego e renda, além da valorização histórica e ambiental, a partir do turismo. No entanto, para que a proposta de rota turística se torne um produto turístico viável é necessária algumas ações indutoras.

¹⁴⁶ É um termo utilizado para se referir às avaliações compartilhada por pessoas após passarem por algum tipo de experiência ou desempenharem alguma atividade.

4 AS AÇÕES: IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO

Este capítulo é composto por sugestões de ações em um plano de trabalho para a implementação da proposta para o desenvolvimento do município de Fênix. As ações estarão subdivididas nos seguintes eixos: 1) Formativa; 2) Infraestrutura; e 3) Iniciativa privada.

O eixo 1 contemplará os seguintes elementos: divulgação, com foco na visibilidade do município e da rota; informação e formação, com produção de materiais e ações em escolas; interação com a sociedade na construção colaborativa.

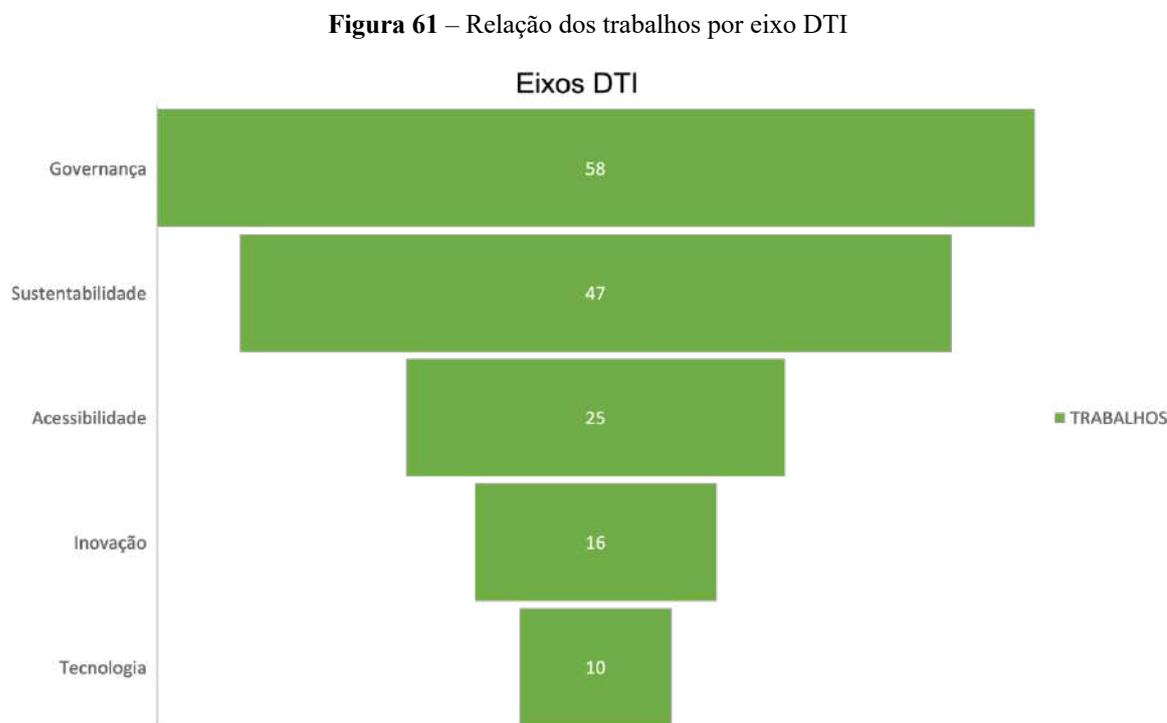
O eixo 2 tem como foco a infraestrutura, descrevendo estado atual e o quais investimentos são sugeridos para serem realizados, principalmente por meio da ação do estado visando a viabilização da rota para criação do produto turístico, como estradas de acesso, internet, sinalização turística, etc.

O eixo 3 tem como foco a iniciativa privada, descrevendo o estado atual e indicativos para um processo de mudança. Este eixo contemplará, sobretudo, os fornecedores de serviços turísticos, como hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, bares e atrações.

As pesquisas sobre turismo analisadas no decorrer desta pesquisa apontaram diversas inconsistências que dificultam o desenvolvimento local por meio turismo, além de sugestões, recomendações ou propostas de como fomentar a atividade nos municípios e regiões estudadas. Dos 66 trabalhos que foram analisadas qualitativamente, 8 (12,1%) não se encontraram disponibilizadas na internet, resultando, portanto no total de 58 pesquisas. A classificação qualitativa destes trabalhos foi pautada por três itens: problemas; soluções; e eixos DTI ¹⁴⁷, sendo direcionados de acordo com os objetivos e focos de cada investigação. De maneira geral, enquanto a abrangência dos problemas comportou questões como: “falta”; “ausência”; “escassez”; “ineficiência”; “problemas”; entre outros relacionados, o item soluções englobou apontamentos associados à: “solução”; “sugestão”; “recomendação”; “necessidade”; e afins. Ainda, todos os trabalhos abordaram nas discussões uma ou mais dimensões

¹⁴⁷ Conforme discutido no Cap. 2.3, os seguintes eixos fundamentam a metodologia DTI (Destinos Turísticos Inteligentes): governança; acessibilidade; sustentabilidade; tecnologia; e inovação.

(concomitantemente) da metodologia DTI (eixos DTI)¹⁴⁸, conforme pode ser apontado no gráfico abaixo:



Fonte: O autor (2023).

Após a classificação, a quantidade de trabalhos relacionados com cada eixo DTI representa: Governança (58/58 – 100%); Sustentabilidade (47/58 – 81%); Acessibilidade (25/58 – 43%); Inovação (16/58 – 28%); e Tecnologia (10/58 – 17%). A importância dessa classificação de acordo com os eixos do modelo DTI remete-se em como está ocorrendo o desenvolvimento do turismo. Os problemas e soluções pontuados em cada pesquisa tem o objetivo de servir de apoio às sugestões apresentadas nos subcapítulos consecutivos. Esses apontamentos, ainda que distribuídos entre os eixos¹⁴⁹, são conjunturais, ou seja, estão associados na mesma estrutura, que é regida pelo Estado.

A classificação dos trabalhos juntamente com suas informações pode ser verificada no repositório online:

https://lucastoshitaka.github.io/tabela_teses_dissertacoes_classificadas_PPGSED.html¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Governança; acessibilidade; sustentabilidade; tecnologia; e inovação.

¹⁴⁹ Formativo; infraestrutura; e iniciativa privada.

¹⁵⁰ De autoria própria (2023), o repositório foi criado utilizando o *software* R e é mantido online publicamente na plataforma *GitHub*.

De fato, esta análise envolveu os conceitos dos eixos da metodologia DTI. Compreende-se, no entanto, que a realidade do turismo nos municípios periféricos discutidos nesse trabalho encontra-se em estágio inicial ou ainda em potencial distante da condição ideal para ser identificado como um destino turístico inteligente. No Brasil, o modelo está sendo introduzido utilizando cidades mais desenvolvidas como projeto-piloto. A circunstância descrita não inviabiliza, todavia, a discussão e análises a partir dos eixos propostos na metodologia DTI como ideais para o desenvolvimento de um destino, de modo a agregar perspectivas distintas e construtivas no planejamento turístico, visto que apenas uma minoria das pesquisas considerou no debate todas as dimensões orientadas pelo modelo DTI. A maioria dos trabalhos focaram apenas em dois ou três dimensões.

Os problemas apontados pelas pesquisas estão disponíveis publicamente em: https://lucastoshitaka.github.io/tabela_problemas_classificacao_PPGSED.html¹⁵¹. As soluções podem ser consultadas em: https://lucastoshitaka.github.io/tabela_solucoes_classificacao_PPGSED.html¹⁵².

Dada a quantidade de pesquisas, durante a análise não se pretendeu explorar com profundidade os temas desenvolvidos, mas somente a sua relação tocante aos eixos do modelo DTI e os principais problemas e soluções apresentadas. Os problemas e soluções são apresentados em cada trabalho de forma organizada em sua estrutura, facilitando a coleta, malgrado a uma minoria de autores que não praticaram dessa forma, ocasionando pequenas perdas de informações. Isso não compromete, todavia, o conteúdo exposto, visto que a análise das pesquisas de cada trabalho não foi desenvolvida de maneira correlacionada.

4.1 Ação indutora do Estado como meio para implementação de proposta para o desenvolvimento com base nas pesquisas científicas

Dado às informações, nota-se que o eixo em comum abordado em todos os trabalhos é Governança. Assim, pode-se sugerir que é um dos pontos centrais do setor turístico. A governança no turismo para o desenvolvimento da atividade depende majoritariamente do Governo, devido a todos os fatores que o envolve como a disposição natural, infraestrutura básica e de serviços turísticos, segurança, acessibilidade, comunicação, envolvimento da

¹⁵¹ De autoria própria (2023), o repositório foi criado utilizando o *software* R e é mantido online publicamente na plataforma *GitHub*.

¹⁵² De autoria própria (2023), o repositório foi criado utilizando o *software* R e é mantido online publicamente na plataforma *GitHub*.

comunidade, etc. A respeito do poder público, a dissertação de Isabella do Nascimento (2017) traz a reflexão de que o Estado representa uma liderança institucional responsável por estabelecer ações, projetos e programas visando estruturar e organizar as cidades para atender as necessidades da atividade turística. Contudo, a ausência do poder público significa o enfraquecimento do setor no local e em sua região, ainda que outras lideranças se posicionem. Nesse quadro, o papel da iniciativa privada, formada por empresas que atuam direta ou indiretamente no turismo, é intermediar e acompanhar o turista durante a sua viagem por meio do oferecimento de serviços turísticos como agências de viagens, meios de hospedagens, restaurantes e outros. É imprescindível, portanto, a ampla participação de representantes desses setores no planejamento do turismo local.

Os principais pontos problemáticos abordados nas pesquisas selecionadas sobre o Estado foram:

- Falta, ineficiência ou ineficácia de políticas públicas voltadas ao setor turístico¹⁵³;
- Falta de desenvolvimento de planejamento estratégico municipal e de atividades turísticas¹⁵⁴;
- Ausência da participação do Estado, desinteresse ou distanciamento do poder público enquanto indutor e propulsor do desenvolvimento local¹⁵⁵;
- Falta de participação da população e representantes do setor nas repartições públicas e conselho municipal de turismo¹⁵⁶;
- Concentração da atividade no poder de poucos sujeitos locais¹⁵⁷;
- Ameaças à conservação do patrimônio natural com: usos indevidos da terra, falta de fiscalização, regulamentação fundiária, caça ilegal, fogo, abertura de áreas para pastagem e usos turísticos sem controle, pesca predatória¹⁵⁸;
- Falta de estruturação municipal pública para o turismo, como composição de conselho de turismo local; secretaria de turismo, exclusivamente; corpo técnico para trabalhar no setor¹⁵⁹;

¹⁵³ Silva (2018); Silva (2017); Araujo (2019); Andrade (2017); Pinto (2018); da Silva (2017); Medeiros (2017); Lima (2018); Reis (2019); Barreto (2018); Dominoni (2019); Araujo (2017); Zanchi (2019); Spindler (2020); Alves (2018).

¹⁵⁴ Silva (2018); Santos (2017); Pinto (2018); Silva (2019).

¹⁵⁵ Zanchi (2019); Silva (2018); Nascimento (2017); Medeiros (2017); Oliveira (2020); Souza (2019); Spindler (2020); Nascimento (2017); Santos (2017); Pinto (2018); Reis (2019); Lima (2020); Branquinho (2017).

¹⁵⁶ Oliveira (2020); Lima (2020); Dominoni (2019); Gaweleta (2017); Miranda (2017).

¹⁵⁷ Oliveira (2020); Miranda (2017).

¹⁵⁸ Martinhago (2019); Oliveira (2020); Putrick (2019); Paiva (2019); Rosa (2017).

¹⁵⁹ Silva (2017); Santos (2020); Branquinho (2017); Vasconcelos (2018);

- Execução de eventos sem sustentabilidade econômica, que não geram renda para o município e nem trazem benefícios para a população¹⁶⁰;
- Falta de recursos humanos, financeiros e incentivos para o funcionamento do setor turístico¹⁶¹;
- Baixo aproveitamento do potencial turístico local, com subutilização de recursos culturais e naturais¹⁶²;
- Falta de iniciativas de promoção e preservação de atrativos turísticos¹⁶³;
- Ausência ou baixa eficácia de estratégia visando articulação com órgãos de turismo estaduais e federais;¹⁶⁴
- Trabalho desarticulado entre poder público, sociedade e iniciativa privada¹⁶⁵;
- Modelo de gestão centralizado¹⁶⁶;
- Falta de plano de manejo e programas de uso público¹⁶⁷;
- Desenvolvimento desordenado do turismo¹⁶⁸;
- Descontinuidade de políticas públicas e projetos de turismo no município devido à mandatos políticos¹⁶⁹;
- Turismo de massa, desenvolvido espontaneamente apenas com foco no aspecto socioeconômico sem considerar fatos socioambientais¹⁷⁰;
- Ausência de integração da cadeia produtiva do setor e gestão comunitária¹⁷¹;
- Instabilidade no fluxo de visitantes e sazonalidade do turismo¹⁷²;
- Repetição de ações e estratégias ineficazes envolvendo políticas públicas, sem inovações¹⁷³;
- Dados públicos incompletos ou indisponíveis¹⁷⁴;

¹⁶⁰ Araujo (2019).

¹⁶¹ Oliveira (2020); Souza (2019); Vasconcelos (2018); Santos (2019); Sousa (2017); Santos (2017); Gaweleta (2017); Pinheiro (2018); Martinhago (2019); Putrick (2019); Mikuska (2019); Maia (2019).

¹⁶² Andrade (2017); Oliveira (2020); Ribeiro (2017); Silva (2019); Miranda (2017); Putrick (2019); Cordeiro (2019); Vasconcelos (2018).

¹⁶³ Andrade (2017); Miranda (2017); Souza (2019); Pinto (2018); Machado (2018).

¹⁶⁴ Vasconcelos (2018); Oliveira (2018); Santos (2017); Martinhago (2019); Gaweleta (2017); Putrick (2019).

¹⁶⁵ Ribeiro (2017); Andrade (2017); Vasconcelos (2018); Silva (2019); Santos (2020); Barreto (2018); Lima (2020); Dominoni (2019); Lirio (2017); Gaweleta (2017).

¹⁶⁶ Silva (2019); Araujo (2019); Araujo (2017); Alves (2018).

¹⁶⁷ Martinhago (2019); Santos (2020).

¹⁶⁸ Martinhago (2019); Paiva (2019); Putrick (2019).

¹⁶⁹ Alves (2018); Zanchi (2019); Santos (2020); Branquinho (2017).

¹⁷⁰ Paiva (2019).

¹⁷¹ Hamoy (2018); Medeiros (2017); Silva (2017); Barreto (2018); Lirio (2017).

¹⁷² Santos (2017); Putrick (2019); Silva (2019).

¹⁷³ Alves (2018).

¹⁷⁴ Oliveira (2018); Silveira (2017).

- Importunação da fauna e flora de forma geral¹⁷⁵;
- Excesso de associação inativas¹⁷⁶;
- Falta de normatização mais rigorosa do uso turístico do patrimônio cultural¹⁷⁷;
- Invisibilidade/desvalorização por grande parte dos dirigentes públicos em relação aos museus¹⁷⁸;
- Falta de legislação específica para pousadas, restaurantes e cafés, para que quem trabalha com alimento no meio rural possa oferecer o que é produzido in natura na propriedade e mesmo na comunidade¹⁷⁹;
- Utilização de recursos públicos destinados ao turismo em obras de infraestrutura sem benefícios à atividade turística¹⁸⁰;
- Dificuldades no acesso à educação e saúde¹⁸¹.

As principais sugestões com relação à intervenção do Estado foram:

- Implementação de um modelo de turismo de base comunitária nos locais adequados¹⁸²;
- Planejamento estratégico do desenvolvimento municipal por meio do turismo com ampla participação da população, representantes de entidades, das empresas e do poder público¹⁸³;
- Implementação de um projeto de economia solidária¹⁸⁴;
- Implementação de políticas públicas adequadas, com avaliação de efetividade e uma gestão e governança democrática¹⁸⁵;
- Fomento à atividade turística com recursos e incentivos econômicos ligados aos atrativos do local, seja o patrimônio cultural, ambiental, histórico etc¹⁸⁶;
- Aumentar os incentivos fiscais para o turismo, como o sistema ICMS ecológico¹⁸⁷;

¹⁷⁵ Martinhago (2019).

¹⁷⁶ Ribeiro (2017).

¹⁷⁷ Silveira (2017).

¹⁷⁸ Santos (2019); Silva (2018).

¹⁷⁹ Zanchi (2019).

¹⁸⁰ Rosa (2017); Oliveira (2020).

¹⁸¹ Pinheiro (2018); Putrick (2019).

¹⁸² Silva (2018); Oliveira (2018).

¹⁸³ Araujo (2019); Souza (2019); Andrade (2017); Paiva (2019); Spindler (2020); Nascimento (2017); Hamoy (2018); Santos (2017); Pinto (2018); Sakowicz (2019); Lima (2020); Branquinho (2017); Rosa (2017); Silva (2018).

¹⁸⁴ Pinheiro (2018); Silva (2018).

¹⁸⁵ Oliveira (2020); Araujo (2019); Vasconcelos (2018); Santos (2020); Santos (2017); Lima (2018); Maia (2019); Reis (2019); Sousa (2017); Gaweleta (2017).

¹⁸⁶ Silva (2018); Santos (2020); Reis (2019).

¹⁸⁷ Araujo (2017); Maia (2019).

- Acesso da população à educação formal e não-formal com relação ao que envolve o setor turístico¹⁸⁸;
- Criação de projetos com foco na inovação social e mudança de mentalidade em relação ao turismo¹⁸⁹;
- Realização de um plano diretor pelo poder público em conjunto com os cidadãos¹⁹⁰;
- Criação de cursos de capacitação de trades turísticos a fim de melhorar os serviços¹⁹¹;
- Criar e implementar plano de marketing, divulgação e promoção dos atrativos turísticos visando abranger tanto a população local, quanto a região, o estado e o país¹⁹²;
- Continuidade das políticas públicas com planos de estado e não apenas de governo, sem a descontinuação no final de um mandato político¹⁹³;
- Implementação de políticas públicas que atendam as necessidades básicas do cidadão efetivamente nos setores da saúde, saneamento básico, educação etc.¹⁹⁴;
- Integrar ações de fortalecimento nos municípios¹⁹⁵;
- Fortalecer o diálogo com a população e a iniciativa privada¹⁹⁶;
- Incentivar e institucionalizar projetos e ferramentas desenvolvidos em universidades com foco no desenvolvimento do turismo, como os roteiros turísticos, inventários, diagnósticos etc.¹⁹⁷;
- Criação de políticas públicas que possibilitem a articulação do turismo com outras áreas como a cultura¹⁹⁸;
- Criação de programas de educação patrimonial¹⁹⁹;
- Gestão pública estratégica para melhor aplicação de recursos destinados ao setor²⁰⁰;
- Garantir a boa governança das políticas públicas estimulando o engajamento na forma de participação popular consciente²⁰¹;

¹⁸⁸ Silva (2018); Reis (2019); Lima (2020); Correa (2017); Santos (2017).

¹⁸⁹ Silva (2018); Souza (2019); Andrade (2017); Santos (2020); Maia (2019).

¹⁹⁰ Silva (2017); da Silva (2017); Santos (2020); Paiva (2019); Santos (2019); Scherer (2019); Martinhago (2019).

¹⁹¹ Silva (2017); Sakowicz (2019); Pinheiro (2018).

¹⁹² Silva (2017); Hamoy (2018); Pinto (2018); Lima (2018); Silva (2018); Santos (2017); Araujo (2017); Oliveira (2018); Silva (2019).

¹⁹³ Branquinho (2017); Sousa (2017).

¹⁹⁴ Santos (2017).

¹⁹⁵ Araujo (2017); Ribeiro (2017); Souza (2019); Silva (2019); Pinto (2018).

¹⁹⁶ Branquinho (2017); Gaweleta (2017).

¹⁹⁷ Oliveira (2018).

¹⁹⁸ Silva (2017); Lima (2018); Reis (2019); Correa (2017); Silva (2018); Pinheiro (2018).

¹⁹⁹ Reis (2019).

²⁰⁰ Bissani (2018); Santos (2020); Sakowicz (2019); Reis (2019).

²⁰¹ Silva (2018); Oliveira (2020); Araujo (2019); Andrade (2017); Vasconcelos (2018); Paiva (2019); Nascimento (2017); Santos (2017); Pinto (2018); Reis (2019); Barreto (2018); Putrick (2019); Martins (2019).

- Criação de conselho municipal de turismo, devendo atuar em conjunto com as entidades que o integram, funcionando como elo entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor na formulação do planejamento e gestão do turismo, por meio de reuniões regulares²⁰²;
- Criação de secretaria de turismo exclusiva para o setor, com equipe técnica capacitada e competente para o desenvolvimento do turismo²⁰³;
- Criação ou formalização de roteiros por parte da secretaria de turismo²⁰⁴;
- Criação de programas e projetos que possibilitem a maior exploração do potencial do turismo local ou da região²⁰⁵;
- Criação de um órgão ou entidade que favoreça a integração e o intercâmbio de informações turísticas entre instituições²⁰⁶;
- Formação de comitê de turismo local²⁰⁷;
- Criação de unidades de conservação e preservação das belezas naturais²⁰⁸;
- Regulamentação de atividades como a pesca esportiva, a fim de não ser realizada de forma predatória²⁰⁹;
- Maior fiscalização de atividades²¹⁰;
- Criação de conselhos consultivos e gestores para planos de manejo das unidades de conservação²¹¹;
- Reflorestamento de algumas áreas²¹²;
- Realizar acordos entre municípios para a utilização de turismólogos²¹³;
- Estabelecer maior rigor nos licenciamentos e liberações dos loteamentos, sendo uma operação conjunta entre estado e prefeituras²¹⁴;
- Revisar, aprovar e implementar o plano orla dos municípios do litoral²¹⁵;

²⁰² Silva (2017); Paiva (2019).

²⁰³ Santos (2020); Silva (2018); Silva (2017).

²⁰⁴ Santos (2020); Bissani (2018); Silva (2018); Pinheiro (2018); Zanchi (2019); Silva (2019).

²⁰⁵ Silva (2018).

²⁰⁶ Silva (2018).

²⁰⁷ Pinheiro (2018).

²⁰⁸ Andrade (2017).

²⁰⁹ Santos (2020).

²¹⁰ Lima (2020).

²¹¹ Paiva (2019).

²¹² Pinheiro (2018).

²¹³ Scherer (2019).

²¹⁴ Martinhago (2019).

²¹⁵ Martinhago (2019).

Vale ressaltar a importância da metodologia de estudo de caso em pesquisas para o desenvolvimento do turismo, dado que cada local e região possuem uma dinâmica própria com os seus problemas e soluções, cabendo aos atores locais a formação de estruturas de governança sólidas para diagnósticos e planejamentos em forma de políticas públicas visando ações efetivas para o setor.

A ampla participação de representantes do poder público, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada e da comunidade no planejamento turístico é discutido e defendido pela maioria das pesquisas investigadas, como um processo de construção em conjunto. O planejamento em cada local geralmente é coordenado pelos órgãos municipais de turismo, sendo acompanhados pelos estaduais. No que tange a essa questão, nos trabalhos existem críticas direcionadas à ausência de órgãos gestores com administração própria e única voltada ao setor turístico. Na prática, parte dos municípios vinculam a pasta do turismo a outras pastas formando uma secretaria única, como por exemplo: Secretaria municipal do meio ambiente e turismo. Nesse contexto, as pesquisas apontaram que ocorre desvio de finalidade dos recursos que estariam destinados ao turismo, mas são empregados a outras obras ou atividades. Embora os gestores justifiquem legalmente a destinação desses recursos, as decisões tomadas sem consultas há grupos com representações da sociedade acabam atendendo a interesses individuais ou a grupos minoritários que se encontram na posição de situação ao poder político ou econômico. Aliado a isso, parte outra crítica à falta de conselhos municipais com poder consultivo e deliberativo que deveriam elaborar e tomar decisões relacionadas ao desenvolvimento das atividades turísticas no município.

Observou-se na classificação das pesquisas que os eixos de tecnologia e inovação seguem a frequência do eixo de acessibilidade. Os três são discutidos em minoria entre os trabalhos. Além disso, o eixo de tecnologia foi facilmente associado ao de inovação e, até mesmo, ao de acessibilidade. Contudo, a atenção central dessas pesquisas é voltada às questões de governança, sem ter a utilização da tecnologia como ferramenta com capacidade de impulsionar a atividade turística de um local. No momento em que este trabalho está sendo desenvolvido, este fato é discutível. Pois, existem uma série de fatores sugerindo que a utilização da tecnologia para promover um local turístico tornou-se imprescindível, principalmente no tocante aos *trades* turísticos que necessitam comercializar os seus serviços a pessoas que desconhecem a região do município onde se encontra o atrativo. A exemplo disso, existem diversas plataformas de ampla utilização disponíveis na internet com fotos, vídeos e valores para reservas de serviços a distância, facilitando o planejamento do visitante, de acordo

com o seu deslocamento, número de dias que permanecerá em uma região, as atividades de seu interesse e necessidade, bem como seu poder aquisitivo.

4.2 Eixo 1 – Formativa

Este eixo trata de pontuar sugestões de intervenção necessárias para a viabilidade de implementação do projeto Rota Ivaí e fomento ao desenvolvimento do turismo em Fênix-PR e região, com possibilidade de auxiliar em planos para o desenvolvimento de outros municípios periféricos. A intervenção formativa tem relação à divulgação; informação e formação; interação com a sociedade na construção colaborativa. A divulgação tem o objetivo de aumentar a visibilidade do município e da rota. A informação e formação estão ligadas à produção de materiais e ações em escolas. Esse processo exige a participação da sociedade, estado e iniciativa privada.

Os principais problemas encontrados nas pesquisas selecionadas em relação à questão formativa estão associados à:

- Falta de programas de formação, capacitação e qualificação voltada aos atores do setor turístico, a saber: da comunidade, dos trades, do poder público²¹⁶;
- Visão sazonalizada do turismo com mobilizações apenas em certos períodos²¹⁷;
- Marketing de promoção e divulgação ausente ou ineficiente²¹⁸;
- Falta de reconhecimento dos atrativos da comunidade, entre patrimônios históricos e culturais e TBC²¹⁹;
- Modelo de turismo que não aproveita o potencial do local e seus atrativos²²⁰;
- Falta de informações ou dificuldade de acesso às informações públicas sobre os atrativos, vias de acesso, dados turísticos e de fluxo sistematizados, serviços turísticos, etc, criando obstáculos para receber turistas/visitantes e impedindo a realização de diagnósticos e pesquisas, ambos importantes para planejamento²²¹;

²¹⁶ Pinheiro (2018); Silva (2018); Scherer (2019);

²¹⁷ Silva (2018); Oliveira (2018); Pinto (2018).

²¹⁸ Silva (2017); Andrade (2017); Santos (2017); Lima (2020); Putrick (2019); Cordeiro (2019); Reis (2019); Silva (2018); Medeiros (2017); Silva (2019); Maia (2019).

²¹⁹ Souza (2019); Cordeiro (2019); Barretos (2018); Miranda (2017).

²²⁰ Ribeiro (2017); Andrade (2017); Silva (2019); Miranda (2017).

²²¹ Silva (2019); Martinhago (2019); Souza (2019); Gonçalves (2018); Spindler (2020); Barreto (2018); Silva (2018); Araujo (2017); Oliveira (2018); Machado (2018); Zanchi (2019); Putrick (2019); Martins (2019); Vasconcelos (2018); Silveira (2017).

- Falta de roteiro estruturado com informações²²²;
- Falta de educação patrimonial²²³;
- Falta de planejamento para execução de ações efetivas²²⁴;
- Falta de articulação, integração e engajamento entre os atores sociais no planejamento do turismo²²⁵;
- Falta de organização comunitária com espírito de cooperação e coletividade²²⁶;
- Visão do turismo com ênfase na economia, sem considerar os outros benefícios que pode ou poderia estar proporcionando à população²²⁷;
- Mau aproveitamento das redes sociais tanto para divulgação, quanto para compartilhamento de informações e comércio²²⁸;
- Mau exploração do potencial para o turismo em diversas modalidades²²⁹;
- Falta de estudos relacionados ao setor²³⁰;
- Desvalorização da cultura local pela inserção constante de novidades²³¹.
- Visão de mundo de trabalho conservador, sem inclinação ao empreendedorismo;
- Falta de produtos turísticos²³²;
- O turismo é visto como atividade complementar de renda e desenvolvido em empreendimentos familiares, não atraindo investimentos externos²³³;
- Falta de interesse em participação coletiva ativa da comunidade, sem iniciativas para inovar produtos e ampliar atendimentos aos visitantes²³⁴;
- Turismo desordenado, seja por falta de informações ou roteiros, seja por execução de ações turísticas sem planejamento²³⁵;

²²² Araujo (2019); Andrade (2017); Silva (2019); Santos (2020); Spindler (2020); Lima (2018); Correa (2017); Bissani (2018); Silva (2018); Araujo (2017); Machado (2018); Pinheiro (2018); Zanchi (2019); da Silva (2019); Maia (2019); Barreto (2018).

²²³ Reis (2019); Lima (2020); Correa (2017); Santos (2019); Souza (2019); Maia (2019).

²²⁴ Silva (2018); Oliveira (2020); Araujo (2019); Souza (2019); Andrade (2017); Silva (2019); Paiva (2019); Spindler (2020); Nascimento (2017); Hamoy (2018); Santos (2017); Pinto (2018); Sakowicz (2019); Maia (2019); Silveira (2017); Lima (2020); Branquinho (2017); Rosa (2017).

²²⁵ Ribeiro (2017); Vasconcelos (2018); Silva (2019); Santos (2020); Nascimento (2017); Hamoy (2018); Lima (2020); Lirio (2017); Gaweleta (2017); Araujo (2017); Scherer (2019); Putrick (2019); Dominoni (2019).

²²⁶ Silva (2017); Rosa (2017); Pinheiro (2018); Silva (2019); Putrick (2019).

²²⁷ Miranda (2017); Branquinho (2017).

²²⁸ Silva (2017); Barreto (2018).

²²⁹ Silva (2018); Andrade (2017); Miranda (2017).

²³⁰ Paiva (2019); Maia (2019); Gaweleta (2017); Machado (2018); Scherer (2019).

²³¹ Santos (2019); Martinhago (2019).

²³² Silva (2018); Mikuska (2019).

²³³ Dominoni (2019).

²³⁴ Nascimento (2017); Dominoni (2019); Zanchi (2019); Silva (2018); Souza (2019).

²³⁵ Putrick (2019); Martinhago (2019); Paiva (2019).

- Percepção negativa da agricultura familiar sobre o turismo²³⁶;
- Conflito entre usos sociais e conservação do patrimônio natural²³⁷;

Por outro lado, as principais sugestões encontradas nas pesquisas selecionadas relacionadas à formativa são:

- Cursos de formação e capacitação de trades turístico, para quem já trabalha no setor e interessados da comunidade²³⁸;
- Estratégia de Marketing para facilitar a comunicação, promoção e divulgação, com elaboração de folders, hospedagem em site, produção de materiais gráficos, roteiros listando as vias de acesso, atrativos, estabelecimentos de alimentação e hospedagem, entre outros serviços²³⁹;
- Promover o reconhecimento e valorização do patrimônio histórico-cultural pela comunidade, de modo a aproveitar o potencial e seus atrativos naturais e outros que podem ser introduzidos²⁴⁰;
- Estabelecer parcerias entre a sociedade, universidades, poder público e empresas a fim de coletar dados, realizar diagnósticos, criar programas e projetos, promover capacitações; criar planos de desenvolvimento etc.²⁴¹;
- Formalização de parcerias com instituições de ensino e com o sistema S²⁴² para trabalho em conjunto em prol de capacitação e orientação profissional e empreendedorismo no turismo²⁴³;
- Sensibilização e mobilização das comunidades e agentes locais para o desenvolvimento do turismo em suas modalidades²⁴⁴;
- Estimular a formação de guias turísticos na cidade²⁴⁵;

²³⁶ Ribeiro (2017); Mikuska (2019); Souza (2019).

²³⁷ Oliveira (2020); Dominoni (2019); Rosa (2017); Santos (2017); Martinhago (2019).

²³⁸ Silva (2017); Sakowicz (2019); Mikuska (2019); Santos (2019); Pinheiro (2018).

²³⁹ Silva (2017); Hamoy (2018); Pinto (2018); Lima (2018); Silva (2018); Lirio (2017); Santos (2017); Araujo (2017); Silva (2019); Santos (2020); Oliveira (2018).

²⁴⁰ Paiva (2019).

²⁴¹ Oliveira (2018); Silva (2017); Bissani (2018); Vasconcelos (2018); Pinheiro (2018).

²⁴² O sistema S é composto por instituições privadas que prestam serviços de interesse público voltados à educação profissional, bem-estar social e empreendedorismo, podendo ser firmadas parcerias com entes públicos. São elas: Senai; Senac; Sesc; Sesi; Senar; SESCOOP; Senat; Sest; Sebrae.

²⁴³ Pinheiro (2018).

²⁴⁴ Pinheiro (2018); Souza (2019); Andrade (2017); Santos (2020); Maia (2019).

²⁴⁵ Silva (2017); Lima (2018); Pinheiro (2018).

- Realização de eventos, palestras e encontros abertos que possibilitem trocas de experiências entre a comunidade, empresários, gestores públicos etc²⁴⁶;
- Ações de promoção de produtos turísticos²⁴⁷;
- Incentivar e apoiar o artesanato²⁴⁸;
- Realização de inventário turístico²⁴⁹;
- Criação de roteiro turístico integrado que inclua: rota; atrativos; gastronomia; produtos locais como artesanato; pontos de visitação com informações²⁵⁰;
- Realização de projetos a longo prazo nas escolas para crianças e adolescentes²⁵¹;
- Realização de projetos de educação ambiental²⁵²;
- Realização de estudos para tornar viável incentivos a serem concedidos para a cadeia produtiva do setor²⁵³;
- Geração de conteúdos virtuais²⁵⁴;
- Estimular o envolvimento dos moradores locais na promoção de eventos culturais²⁵⁵;
- Criação, comercialização e acesso a bens e serviços culturais/criativos que garantirão o valor agregado a uma marca local²⁵⁶;
- Construção de um mapa turístico (produto) da localidade²⁵⁷;
- Realização de oficinas com a sociedade²⁵⁸;
- Unificação de informações para os donos de empreendimentos turísticos²⁵⁹;
- Criação de associações e grupos de turismo²⁶⁰;
- Construção de redes locais de cooperação turística²⁶¹;

²⁴⁶ Silva (2019); Silva (2017); Mikuska (2019); Silveira (2017); Lima (2020); Pinheiro (2018).

²⁴⁷ Silva (2017); Andrade (2017); Silva (2017); Pinto (2018); Sakowicz (2019); Lima (2018); Correa (2017); Silva (2018); Rosa (2017); Pinheiro (2018); Scherer (2019); Putrick (2019).

²⁴⁸ Araujo (2019); Lima (2018); Martins (2019).

²⁴⁹ Lima (2018); Araujo (2019).

²⁵⁰ Araujo (2019); Andrade (2017); Silva (2019); Santos (2020); Spindler (2020); Lima (2018); Correa (2017); Bissani (2018); Silva (2018); Araujo (2017); Machado (2018); Pinheiro (2018); Zanchi (2019); Silva (2019).

²⁵¹ Silva (2018); Silva (2017); Reis (2019); Lima (2020); Branquinho (2017); Oliveira (2018); Santos (2017).

²⁵² Santos (2020); Pinto (2018); Lima (2020).

²⁵³ Maia (2019); Araujo (2017); Sakowicz (2019); Rosa (2017).

²⁵⁴ Silveira (2017).

²⁵⁵ Santos (2020); Lima (2020); Dominoni (2019); Santos (2019); Rosa (2017); Scherer (2019).

²⁵⁶ Reis (2019); Pinheiro (2018).

²⁵⁷ Barreto (2018); Lima (2020).

²⁵⁸ Barreto (2018).

²⁵⁹ Lima (2020).

²⁶⁰ Oliveira (2018); Santos (2020); Lima (2020).

²⁶¹ Dominoni (2019); Reis (2019); Oliveira (2018); Pinheiro (2018).

- Realização de diagnóstico turístico, analisando a estrutura política e privada do turismo local; dimensionando a infraestrutura básica; identificando o diferencial turístico da região²⁶²;
- Trabalho em conjunto entre conselho de turismo, prefeitura e iniciativa privada²⁶³;
- Desenvolvimento de ações em conjunto na câmara municipal²⁶⁴;
- Ações nas escolas com os alunos – projeto turismo na escola²⁶⁵;
- Workshops sobre a área²⁶⁶;
- Descentralização das ações de planejamento²⁶⁷;
- Desconcentração da oferta turística²⁶⁸;
- Desenvolvimento do turismo pedagógico²⁶⁹;
- Ações de fortalecimento ao associativismo²⁷⁰;
- Ações que visem a formação de uma consciência cultural no município, garantindo a preservação da identidade local²⁷¹;
- Maior compartilhamento de informações e colaboração entre os atores no planejamento²⁷²;
- Conscientização da sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação natural e cultural²⁷³;
- Construção e ou implementação de uma rota cicloturística moderna e eficiente, com pontos de descanso, de atendimento, de visitaç o e com propostas de hospedagem para diferentes n veis econ micos²⁷⁴;
- Maior utiliza o de ferramentas de gest o, da inova o e profissionaliza o²⁷⁵;
- Elabora o de um plano de turismo²⁷⁶;

²⁶² Silva (2017); Hamoy (2018); Bissani (2018).

²⁶³ Branquinho (2017); Santos (2017); Gaweleta (2017).

²⁶⁴ Silva (2017).

²⁶⁵ Scherer (2019); Silva (2017); Reis (2019).

²⁶⁶ Silva (2017).

²⁶⁷ Araujo (2019); Alves (2018).

²⁶⁸ Araujo (2019); Oliveira (2018).

²⁶⁹ Araujo (2019); Scherer (2019).

²⁷⁰ Ribeiro (2017).

²⁷¹ Souza (2019); Pinto (2018).

²⁷² Souza (2019).

²⁷³ Andrade (2017); Santos (2020); Maia (2019); Souza (2019).

²⁷⁴ Gonçalves (2018).

²⁷⁵ Vasconcelos (2018).

²⁷⁶ Silva (2017).

- Vistas para o potencial do turismo de experiência²⁷⁷;
- Elaboração de folders e outros materiais físicos de divulgação²⁷⁸;
- Elaboração de passeios embarcados com as associações e cooperativas locais²⁷⁹;
- Organizar rota fluvial²⁸⁰;
- Organizar atividades de aventura com equipamentos e profissionais adequados²⁸¹;
- Elaborar artesanato com aproveitamento dos recursos da região²⁸²;
- Reunir e envolver a comunidade nas atividades turísticas, como: atividade de vivência da atividade da coleta e feira do produtor rural²⁸³;
- Aprofundamento de estudos sobre a capacidade de suporte do município²⁸⁴;
- Utilização de ferramentas tecnológicas como QR CODE²⁸⁵;
- Criação de material e recursos de promoção e comercialização do território como destino turístico²⁸⁶;
- Organização de eventos para o fortalecimento cultural, festivais gastronômicos²⁸⁷;
- Realizar ações de aproximação com a imprensa²⁸⁸;
- Criação do projeto turismo conecta e sua plataforma comunitária visando aproximar as comunidades onde elas possam ter melhores condições de aprendizado e realização da atividade turística de forma mais independente possível;

Dos problemas pontuados repercutem complicações em toda a estrutura do setor turístico. O foco do eixo formativo está na falta de informação, educação turística e patrimonial, marketing e iniciativa dos atores locais.

4.3 Eixo 2 – Infraestrutura

²⁷⁷ Mikuska (2019); Rosa (2017); Scherer (2019).

²⁷⁸ Santos (2020).

²⁷⁹ Santos (2020).

²⁸⁰ Santos (2020).

²⁸¹ Santos (2020); Sakowicz (2019).

²⁸² Lima (2018); Martins (2019); Araujo (2019); Silva (2019).

²⁸³ Santos (2020).

²⁸⁴ Paiva (2019).

²⁸⁵ Silveira (2017).

²⁸⁶ Reis (2019); Pinheiro (2018).

²⁸⁷ Pinheiro (2018).

²⁸⁸ Scherer (2019).

Os principais problemas encontrados nas pesquisas selecionadas em relação à infraestrutura estão associados à:

- Atrativos naturais como picos e cachoeiras não apresentam estruturas para visitação²⁸⁹;
- Inexistência de cálculo das capacidades do local e das trilhas que percorrem ecossistemas mais sensíveis para suportar a atividade turística²⁹⁰;
- Risco de perda de patrimônios por falta de cuidado e devida manutenção²⁹¹;
- Falta de sinalização adequada²⁹²;
- Falta de acessibilidade a pessoas com deficiência²⁹³;
- Falta de segurança pública²⁹⁴;
- Falta de infraestrutura das estradas de acesso, como pavimentação e sinalização vertical e horizontal²⁹⁵;
- Falta de ciclovias²⁹⁶;
- Falta de saneamento básico²⁹⁷;
- Falta de coleta seletiva e destinação adequado do lixo²⁹⁸;
- Falta de atendimento médico especializado²⁹⁹;
- Falta de iluminação pública³⁰⁰;
- Falta de espaços recreativos³⁰¹;
- Necessidade de melhorias na infraestrutura do turismo arqueológico e cultural³⁰²;
- Falta de diagnóstico sobre a qualidade da água e possíveis fontes poluidoras³⁰³;
- Falta de estrutura, qualidade e equipamentos voltados ao turismo³⁰⁴;
- Má conservação dos patrimônios e outros atrativos turísticos³⁰⁵;

²⁸⁹ Souza (2019).

²⁹⁰ Souza (2019).

²⁹¹ Oliveira (2020).

²⁹² Gonçalves (2018); Vasconcelos (2018); Silva (2019); Nascimento (2017); Sakowicz (2019); Lima (2020); Santos (2017); Oliveira (2018); Martins (2019); Oliveira (2020).

²⁹³ Silva (2017).

²⁹⁴ Gonçalves (2018); Silva (2017); Nascimento (2017); Silveira (2017); Martins (2019).

²⁹⁵ Mikuska (2019); Pinheiro (2018).

²⁹⁶ Gonçalves (2018).

²⁹⁷ Vasconcelos (2018); Pinheiro (2018).

²⁹⁸ Vasconcelos (2018); Nascimento (2017); Santos (2017); Pinheiro (2018); Putrick (2019); Martins (2019); Martinhago (2019).

²⁹⁹ Vasconcelos (2018).

³⁰⁰ Silva (2017); Nascimento (2017); Santos (2019).

³⁰¹ Silva (2019).

³⁰² Silva (2019).

³⁰³ Sakowicz (2019).

³⁰⁴ Lima (2018); Silva (2018); Martinhago (2019).

³⁰⁵ Oliveira (2020); Santos (2019); Oliveira (2018); Martinhago (2019).

- Falta de identificação de peças em acervos museais³⁰⁶;
- Carência de espaços educativos para atividades de educação patrimonial³⁰⁷;
- Falta de assistência técnica para o setor³⁰⁸;
- Falta infraestrutura de conexão, possibilitando o acesso à telefonia móvel e de internet³⁰⁹;
- Ineficiência dos sistemas de monitoramento e avaliação³¹⁰;
- Falta de um CAT – Centro de Atendimento ao Turista³¹¹;
- Inexistência do modal aquaviário, ocasionando isolamento do atrativos em, meio marítimo³¹²;

Por outro lado, as principais sugestões encontradas nas pesquisas selecionadas relacionadas à infraestrutura são:

- Manutenção ou implantação de sinalização básica e turística em vias de acesso e pontos estratégicos, que auxiliem moradores, turistas e visitantes durante o deslocamento³¹³;
- Instalação de recipientes de coleta seletiva adequados em pontos estratégicos nos atrativos turísticos³¹⁴;
- Criação de um sistema de transporte público para locomoção interna voltado ao turismo³¹⁵;
- Utilização de fontes de energia renovável³¹⁶;
- Instalação de placas normativas em locais que forem necessárias³¹⁷;
- Melhoria da infraestrutura básica como: vias de acesso em boas condições; saúde³¹⁸;
- Implantação de um posto de atendimento ao turista³¹⁹;
- Implantação de banheiros nos pontos turísticos, se necessário³²⁰;

³⁰⁶ Santos (2019).

³⁰⁷ Santos (2019).

³⁰⁸ Sousa (2017).

³⁰⁹ Santos (2017); Cordeiro (2019).

³¹⁰ Gaweleta (2017).

³¹¹ Machado (2018).

³¹² Martinhago (2019).

³¹³ Pinheiro (2018); Gonçalves (2018); Santos (2020); Santos (2017).

³¹⁴ Pinheiro (2018).

³¹⁵ Hamoy (2018).

³¹⁶ Pinheiro (2018).

³¹⁷ Hamoy (2018); Lima (2020).

³¹⁸ Bissani (2018); Putrick (2019); Andrade (2017); Gonçalves (2018); Silva (2019).

³¹⁹ Lima (2020).

³²⁰ Silva (2017); Lima (2020).

- Ampliar e qualificar o sistema rodoviário estadual local (PR)³²¹;

O foco dos problemas no eixo infraestrutura está na falta de sinalização turística; falta de segurança pública; necessidade de melhoria das vias de acesso; falta de recipientes para descarte de lixo; necessidade de melhoria no saneamento básico, sobretudo para combater a falta d'água; falta de iluminação pública; e a má conservação do patrimônio histórico cultural e demais atrativos turísticos.

4.4 Eixo 3 – Iniciativa privada

Os principais problemas encontrados nas pesquisas selecionadas em relação à iniciativa privada estão associados à:

- Serviços turísticos oferecidos não apresentam lucros³²²;
- Especulação imobiliária em áreas turísticas ou com potencial³²³;
- Falta de iniciativa dos empresários a fim de fomentar o turismo³²⁴;
- Carência ou inexistência de serviços de apoio à visitação ofertados pelos atrativos, e que poderiam agregar qualidade à visita, como alimentação, hospedagem, transporte e venda de produtos associados ao local³²⁵;
- Má recepção de turistas³²⁶;
- Locais com restrição para instalação de serviços devido à existência de mananciais e áreas de preservação ambiental³²⁷;
- Falta de recursos financeiros para empreender³²⁸;
- Turismo de passagem com baixo gasto médio dos turistas e visitantes³²⁹;
- Oferta turística limitada³³⁰;
- Falta de novos empreendedores na região³³¹.

³²¹ Martinhago (2019).

³²² Araujo (2019).

³²³ Vasconcelos (2018).

³²⁴ Nascimento (2017); Zanchi (2019).

³²⁵ Medeiros (2017); Rosa (2017); Machado (2018).

³²⁶ Lima (2020).

³²⁷ Dominoni (2019).

³²⁸ Pinheiro (2018).

³²⁹ Scherer (2019).

³³⁰ Scherer (2019).

³³¹ Scherer (2019).

- Atividades comerciais prestadas por particulares no interior dos atrativos de maneira informal, sem organização, ordenamento e regulação jurídica no uso privado do espaço público³³²;
- Empresas de alguns tipos não são contempladas com programas de incentivo fiscal estadual nem municipal³³³.

As principais sugestões encontradas nas pesquisas selecionadas em relação à iniciativa privada estão associadas à:

- Necessidade de aprimoramento no atendimento ao turista e visitantes³³⁴;
- Criação de uma rede de parceria dos serviços turísticos³³⁵;
- Criação de uma ferramenta, um site, que transporte uma rede física para tecnológica, de forma a informar, divulgar e promover sobre os serviços turísticos oferecidos³³⁶;
- Oferecer novos atrativos³³⁷;
- Reduzir os custos do produto, visando fortalecer o fluxo de pessoas no local³³⁸;
- Estabelecer diálogos de cooperação com o poder público, aproveitando espaços, serviços e outros recursos que são de utilização pública³³⁹;
- Organização de um restaurante comunitário³⁴⁰;
- Oportunidade de acampar em alguns atrativos³⁴¹;
- A possibilidade de usufruir dos atrativos naturais e trilhas dos parques em caráter gratuito e da experiência gerada pelo contato com a natureza devem continuar existindo, independente das parcerias privadas concebidas³⁴²;
- A prestação de serviços feita por particulares do entorno dos parques deve ser estimulada, especialmente envolvendo a participação de empreendedores do entorno e empreendimentos de base comunitária³⁴³;

³³² Rosa (2017).

³³³ Medeiros (2017).

³³⁴ Gonçalves (2018); Machado (2018); Cordeiro (2019).

³³⁵ Putrick (2019).

³³⁶ Silva (2018); Lirio (2017).

³³⁷ Santos (2017).

³³⁸ Araujo (2017).

³³⁹ Machado (2018); Dominoni (2019).

³⁴⁰ Silva (2018); Pinheiro (2018).

³⁴¹ Sakowicz (2019).

³⁴² Rosa (2017).

³⁴³ Rosa (2017).

- Estabelecimento de relação adequada entre a esfera privada e a esfera pública visando fornecer mais segurança ao visitante como: segurança das atividades de aventura, segurança de acidentes e segurança pública, a qualidade de serviço oferecido, segurança na qualidade de alimentos etc.³⁴⁴;
- Contratação de prestadores de serviços locais³⁴⁵;
- Aumento de iniciativas e engajamento dos empresários para fomentar a atividade turística³⁴⁶;
- Criação de uma rede local de cama e café;
- Intercâmbio e parceria com redes de TBC³⁴⁷;
- Aquisição de selos e certificações dos produtos agrícolas³⁴⁸;
- Adoção de métodos sustentáveis de produção de alimentos³⁴⁹;
- Estabelecer produtos específicos voltados para turistas e para excursionistas³⁵⁰;
- Elaborar tarifário de hotéis, operadoras e serviços de gastronomia³⁵¹;

Entre os problemas apontados no eixo iniciativa privada destacam-se: a falta de iniciativa dos empresários visando fomentar o setor turístico; falta de serviços de apoio à visitação nos atrativos; necessidade de aprimorar o atendimento e recepção ao turista; aprimorar os diálogos com o poder público.

4.5 Desenvolvimento do turismo em Fênix: problemas e sugestões

Para implementação do turismo no município de Fênix-PR, foram identificados pontos problemáticos, principalmente ao considerarmos a implementação da proposta Rota Ivaí. Entre os pontos, destacamos que alguns já foram apontados nas pesquisas anteriormente apresentadas. No entanto, outros pontos serão destacados a partir de um diagnóstico realizado ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Os pontos são os seguintes:

³⁴⁴ Rosa (2017).

³⁴⁵ Santos (2020).

³⁴⁶ Nascimento (2017).

³⁴⁷ Pinheiro (2018).

³⁴⁸ Pinheiro (2018).

³⁴⁹ Pinheiro (2018).

³⁵⁰ Scherer (2019).

³⁵¹ Scherer (2019).

→ Estado:

1. Falta, ineficiência ou ineficácia de políticas públicas voltadas ao setor turístico;
2. Falta de desenvolvimento de planejamento estratégico municipal para o setor;
3. Falta de participação da população e representantes do setor nas repartições públicas no que se refere ao turismo;
4. Falta de estruturação municipal pública para o turismo, como composição de conselho de turismo local;
5. Falta de secretaria municipal exclusiva para o turismo com corpo técnico para trabalhar no setor;
6. Reduzidas ações do poder público para com o desenvolvimento do turismo;
7. Má aplicação de recursos públicos voltados ao setor;
8. Execução de eventos sem sustentabilidade econômica, que não geram renda para o município e nem trazem benefícios para a população;
9. Baixo aproveitamento do potencial turístico local;
10. Falta de iniciativas de promoção e preservação de atrativos turísticos;
11. Falta de estratégias e políticas de investimento no turismo a curto, médio e longo prazo;
12. Ameaças à conservação do patrimônio natural com: usos indevidos da terra, falta de fiscalização, regulamentação fundiária, áreas de agricultura com uso de agrotóxicos nas fronteiras do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo;
13. Subutilização de recursos culturais e naturais como atrativos ainda em potencial;
14. Ausência ou baixa eficácia de estratégia visando articulação com órgãos de turismo estaduais e federais;
15. Falta de plano de manejo atualizado e programas de uso público;
16. Instabilidade econômica do país;
17. Subordinação a outros municípios;
18. Reduzido fluxo de turistas ou visitantes;
19. Repetição de ações e estratégias ineficazes envolvendo políticas públicas, sem inovações;
20. Dados públicos incompletos ou indisponíveis;
21. Necessidade de definições mais claras de objetivos acerca da política de turismo e o que se pretende com ela.

→ Formativa:

1. Falta de programas de formação, capacitação e qualificação voltada aos atores do setor turístico, a saber: da comunidade, dos trades, do poder público;
2. Marketing de promoção e divulgação ausente ou ineficiente;
3. Falta de reconhecimento dos atrativos da comunidade, entre patrimônios históricos e culturais e TBC;
4. Falta de um modelo de turismo que aproveite o potencial do local e seus atrativos;
5. Falta de informações ou dificuldade de acesso às informações públicas sobre os atrativos, vias de acesso, dados turísticos e de fluxo sistematizados, serviços turísticos, etc, criando obstáculos para receber turistas/visitantes e impedindo a realização de diagnósticos e pesquisas, ambos importantes para planejamento;
6. Falta de roteiro estruturado com informações;
7. Falta de educação patrimonial;
8. Falta de articulação, integração e engajamento entre os atores sociais no planejamento do turismo;
9. Falta de organização comunitária com espírito de cooperação e coletividade;
10. Mau aproveitamento das redes sociais tanto para divulgação, quanto para compartilhamento de informações e comércio;
11. Falta de estudos relacionados ao setor;
12. Visão de mundo de trabalho conservador, sem inclinação ao empreendedorismo;
13. Falta de produtos turísticos;
14. Falta de interesse em participação coletiva ativa da comunidade, sem iniciativas;
15. Conflito entre usos sociais e conservação do patrimônio natural.

→ Infraestrutura:

1. Falta de sinalização adequada;
2. Risco de perda de patrimônios por falta de cuidado e devida manutenção;
3. Falta de acessibilidade a pessoas com deficiência;
4. Falta de planejamento adequado em rotas turísticas conectando os atrativos com as instituições privadas;
5. Insuficiência na infraestrutura das estradas de acesso, como pavimentação e sinalização vertical e horizontal;

6. Falta de ciclovias;
7. Falta de coleta seletiva e destinação adequado do lixo;
8. Falta de iluminação pública;
9. Falta de espaços recreativos;
10. Necessidade de melhorias na infraestrutura do turismo arqueológico e cultural;
11. Falta de diagnóstico sobre a qualidade da água e possíveis fontes poluidoras;
12. Falta de estrutura, qualidade e equipamentos voltados ao turismo;
13. Má conservação dos patrimônios e outros atrativos turísticos;
14. Carência de espaços educativos para atividades de educação patrimonial;
15. Falta infraestrutura de conexão, possibilitando o acesso à telefonia móvel e de internet;
16. Ineficiência dos sistemas de monitoramento e avaliação;
17. Falta de um CAT – Centro de Atendimento ao Turista.

→ **Iniciativa privada:**

1. Serviços oferecidos de teor turístico não apresentam lucros;
2. Falta de iniciativa dos empresários a fim de fomentar o turismo;
3. Carência ou inexistência de serviços de apoio à visitação ofertados pelos atrativos, e que poderiam agregar qualidade à visita, como alimentação, hospedagem, transporte e venda de produtos associados ao local;
4. Locais com restrição para instalação de serviços devido à existência de mananciais e áreas de preservação ambiental;
5. Falta de recursos financeiros para empreender;
6. Turismo de passagem com baixo gasto médio dos turistas e visitantes;
7. Falta de novos empreendedores na região.

Em relação às políticas públicas municipais, de acordo com o portal da prefeitura de Fênix-PR, existem apenas 4 leis municipais (FÊNIX, 2023): nº 10/2019 – autoriza o repasse de contribuição anual à agência de desenvolvimento de turismo sustentável (ADETURS – Ecoaventuras, histórias e sabores)³⁵², sendo uma das IGRs³⁵³ que faz parte da estrutura de governança do turismo estadual; nº 05/1997 – cria o conselho municipal do turismo –

³⁵² R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

³⁵³ Instância de governança regional.

COMTUR; nº 05/1982 – autoriza o prefeito a doar por escritura pública uma área à cia paranaense de turismo – Parantur; nº 05/1979 – cria o serviço autônomo de esportes e turismo – SAETUR.

O município conta com uma secretaria de meio ambiente e turismo, com um departamento interno de turismo. Na página oficial da prefeitura, estão publicadas apenas notícias sobre esta secretaria a partir de 2017, com três eventos turísticos que ocorrem anualmente: Rally fluvial; caminhada na natureza; Expofênix, juntamente com a festa típica do município. Na página oficial dos conselhos municipais não consta, no entanto, o conselho do turismo nem suas atas ou ações (FÊNIX, 2023), assim como integrantes, nomeações etc.

Em outubro de 2019 foi publicado o documento “Adequação do plano diretor do município de Fênix-PR”. Neste consta apontamentos sobre planos para turismo, como:

Aproveitamento do potencial do patrimônio histórico natural do Município de maneira sustentável para a prática do turismo ecológico, rural e religioso através de um plano turístico de desenvolvimento do município com roteiro integrado com os municípios vizinhos; (...) Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre alternativas de agregar o Turismo Rural a um roteiro regional com aproveitamento dos recursos hídricos como o Rio Ivaí e Corumbataí e do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo com municípios vizinhos; (...) Investir e apoiar em estruturas de apoio a exploração do turismo rural, principalmente nas sub-bacias do Rio Ivaí - Nordeste e Rio Corumbataí, com o aproveitamento da beleza natural; Apoiar o Turismo Rural: Pousadas rurais, Centros equestres, restaurantes rurais e café coloniais, cavalgadas e trilhas ecológicas, visitas pedagógicas ao campo, Agroindústrias artesanais, Esportes fluviais (canoagem), rurais e radicais principalmente nas sub-bacias dos Rios Ivaí-Nordeste e Corumbataí; (...) Promoção do turismo Rural, incentivando equipamentos de hospedagem como pousadas e cabanas campestres e pesque-pague na sub-bacia do Ivaí-Nordeste e na Sub-bacia do Rio Corumbataí; (...) Cursos de qualificação de mão-de-obra (cursos profissionalizantes) voltados ao agronegócio, ao artesanato e ao turismo; (...) Direcionar os cursos para a vocação agropecuária e turismo do município; (...) Promoção do Cooperativismo e Associativismo visando uma alternativa de renda (artesanato, agronegócio e Turismo rural) (FÊNIX, 2019, p. 48-52).

Além disso, o plano diretor (2019) apresentou captação de recursos em outras estâncias de governo para: “desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre alternativas de agregar o Turismo Rural a um roteiro regional” (p. 59-60) – no valor de R\$ 85.000,00 do Ministério do Turismo no prazo de 7 a 24 meses (destinação: caminhada da natureza e rota da fé); “Aproveitamento dos recursos hídricos para fins turísticos como o Rio Ivaí e Corumbataí” (p. 60) – no valor de R\$ 30.000,00 do Ministério do Turismo no prazo de 7 a 24 meses (destinação: Rally fluvial); “Promoção do turismo Rural, incentivando equipamentos de hospedagem como pousadas e cabanas campestres e pesque-pague na sub-bacia do Ivaí-Nordeste e na Sub-bacia

do Rio Corumbataí” (pp. 61-62) no valor de R\$ 70,000.00 do Ministério do Turismo no prazo de 1 a 6 meses (recursos não repassados); “Incentivo a eventos regionais bem como estabelecer local adequado de pista de prova de laço” (p. 62) – no valor de R\$ 50.000,00 do Ministério do Turismo no prazo de 7 a 24 meses (destinação: 1 evento anual); “Recuperação da estrada municipal que liga a sede urbana ao Distrito de Bela Vista do Ivaí” - no valor de R\$ 150,000.00 do Ministério do Turismo no prazo de 7 a 24 meses (destinação: 60 km de readequação da estrada); “Inserir proprietários de glebas com um roteiro turístico misto de patrimônio natural”; no valor de R\$ 55.000,00 do Ministério do Turismo (não executado).

Uma secretaria municipal exclusiva para o turismo é importante para garantir a correta destinação de recursos e investimentos para o desenvolvimento do setor, ao invés de execução de obras ou aquisição de itens não relacionados ao turismo. Quando agregado a outra secretaria, existem brechas para investimentos distintos a partir dos recursos recebidos para o investimento no turismo. Além disso, um órgão exclusivo para o setor garante uma estrutura maior, com corpo técnico, local de trabalho, veículos, equipamentos e certa autonomia de aplicação de recursos em planejamento e execução de projetos. Por outro lado, compreende-se que uma nova secretaria municipal elevaria os gastos de um município de pequeno porte como Fênix-PR, que já não se sustenta apenas com receitas próprias.

Fênix-PR possui um grande patrimônio histórico. No entanto, pouco é aproveitado na atividade turística. O plano de manejo do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo não foi atualizado desde 2003, sem abertura para as novas tecnologias, incentivos ou iniciativas para criação de serviços turísticos. O baixo ou quase nenhum fluxo de pessoas no parque torna-o apenas mais uma estrutura de conservação ambiental, não sendo utilizado como um ativo capaz de atrair visitantes ou turistas. Nem mesmo a própria população do município frequenta os locais históricos, talvez por falta de atrativos, eventos que os motivem ou falta de interesse. Ressalta-se que não existem inovações, as atividades são sempre as mesmas, ou seja, uma visita é o suficiente, desmotivando novas visitas. Além disso, a sua manutenção e funcionários representam custos ao estado que não são compensados pelo seu funcionamento.

Aliado a isso, não foi encontrado plano do município para o desenvolvimento do turismo, nem ações de promoção dos atrativos, nem projetos de educação patrimonial visando a conscientização da população acerca da importância dos locais. Não há também articulação entre a comunidade para construir redes de colaboração, formar associações, fomentar o artesanato e trabalhar em conjunto com as partições públicas. De acordo com o Portal da transparência da União (s. d.), existem 14 pessoas jurídicas cadastradas em Fênix-PR. Entre

elas: 8 entidades sem fins lucrativos; 3 entidades empresariais; a administração pública; 2 fundos municipais (assistência social e saúde), nenhum relacionado ao desenvolvimento do turismo.

Outro problema que já foi discutido neste trabalho é a atividade de produção predominante no município, com áreas que fazem fronteira com o parque, impactando a fauna e a flora. Conforme apresenta a imagem abaixo retirada do Sistema de cadastro ambiental rural (SICAR):

Figura 62 – Área florestal ao redor do Parque Vila Rica



Fonte: Sicar (2023).

As áreas demarcadas na fronteira da unidade de conservação representam imóveis rurais. Nota-se que a floresta prevalece apenas na área de preservação. Os conflitos do uso privado desses espaços estendem-se entre os pesquisadores, os produtores e o poder público, devendo seguir as legislações vigentes.

Nesse sentido, alguns fatores limitantes afetam o oferecimento de novos atrativos turísticos no parque e nos rios, principalmente pela iniciativa privada, como um meio de obter

lucro com o empreendimento. É preciso destacar, contudo, a deficiência de estudos e técnicos qualificados com vistas ao desenvolvimento do setor turístico. Isso foi possível perceber pela falta de trabalhos sobre o assunto, conforme exposto anteriormente nesta investigação, outrossim ao corpo técnico municipal desestruturado e ao estadual, que foi composto recentemente devido à estruturação da Secretaria de Turismo do Paraná, voltada exclusivamente ao turismo.

O município, por sua vez, não foi capaz de articular com o Estado a melhoria em sua infraestrutura básica. As estradas de acesso à rampa da margem do rio e à igrejinha ainda não possuem pavimentação asfáltica nem iluminação nem segurança pública em todo o trajeto. O acesso, portanto, se torna inviável no período da noite ou em caso de mau tempo. Assim como a trilha que é realizada no interior do parque.

A falta de informação é outro problema. A escassez de informações públicas dificulta diagnósticos, planejamentos, investigações e impossibilita a própria promoção do município. Não há como divulgar algo que não se conhece, seja para turistas, investidores e ao poder público. Para que os investimentos sejam direcionados ao turismo no município é necessário mostrar o seu potencial para recebe-lo. Outro fator essencial é a divulgação dos atrativos de forma organizada e disponível ao público, de forma que pessoas de que estão planejando a sua viagem possam considerar a visita aos atrativos do município.

É necessário ressaltar que a pandemia e a instabilidade econômica recorrente no país são fatores que dificultam a abertura de novos empreendimentos, seja pela falta de recursos, de segurança financeira ou de incentivos por parte do poder público. Estes incentivos estão além dos financeiros, abrangem também melhoria de infraestrutura básica no município e adequação de legislações a fim de diminuir a burocracia e agilizar processos. Para isso, um novo plano de manejo com os devidos estudos de impacto e formação de parceiras público-privadas prevendo o desenvolvimento de projetos no interior do parque, nos rios, no museu e ao entorno da igrejinha.

Apresenta-se, portanto, algumas sugestões que podem contribuir para o desenvolvimento do turismo em Fênix-PR:

→ Estado:

1. Implementação de um modelo de turismo de base comunitária nos locais adequados;

2. Planejamento estratégico do desenvolvimento municipal por meio do turismo com ampla participação da população, representantes de entidades, das empresas e do poder público;
3. Implementação de um projeto de economia solidária;
4. Implementação de políticas públicas adequadas, com avaliação de efetividade e uma gestão e governança democrática;
5. Fomento à atividade turística com recursos e incentivos econômicos ligados aos atrativos do local, seja o patrimônio cultural, ambiental, histórico etc.;
6. Aumentar os incentivos fiscais para o turismo, como o sistema ICMS ecológico;
7. Acesso da população à educação formal e não-formal com relação ao que envolve o setor turístico;
8. Criação de projetos com foco na inovação social e mudança de mentalidade em relação ao turismo;
9. Realização de um plano diretor com foco no desenvolvimento do potencial turístico pelo poder público em conjunto com os cidadãos;
10. Criação de cursos de capacitação de trades turísticos a fim de melhorar os serviços e contribuir com a expansão de seus empreendimentos;
11. Criar e implementar plano de marketing, divulgação e promoção dos atrativos turísticos visando abranger tanto a população local, quanto a região, o estado e o país;
12. Continuidade das políticas públicas com planos de estado e não apenas de governo, sem a descontinuação no final de um mandato político;
13. Implementação de políticas públicas que atendam as necessidades básicas do cidadão efetivamente nos setores da saúde, saneamento básico, educação etc.;
14. Fortalecer a articulação político-institucional;
15. Integrar ações de fortalecimento nos municípios da região, junto à devida associação;
16. Fortalecer o diálogo com a população e a iniciativa privada;
17. Incentivar e institucionalizar projetos e ferramentas desenvolvidos em universidades com foco no desenvolvimento do turismo, como os roteiros turísticos, inventários, diagnósticos etc.;
18. Criação de políticas públicas que possibilitem a articulação do turismo com outras áreas como a cultura;
19. Criação de políticas públicas com foco em conscientização social;
20. Criação de programas de educação patrimonial;

21. Gestão pública estratégica para melhor aplicação de recursos destinados ao setor;
22. Garantir a boa governança das políticas públicas estimulando o engajamento na forma de participação popular consciente;
23. Criação de conselho municipal de turismo, devendo atuar em conjunto com as entidades que o integram, funcionando como elo entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor na formulação do planejamento e gestão do turismo, por meio de reuniões regulares;
24. Criação de secretaria de turismo exclusiva para o setor, com equipe técnica capacitada e competente para o desenvolvimento do turismo;
25. Criação ou formalização de roteiros por parte da secretaria de turismo municipal e estadual;
26. Criação de programas e projetos que possibilitem a maior exploração do potencial do turismo local ou da região;
27. Articulação entre órgãos ou entidades que favoreçam a integração e o intercâmbio de informações turísticas entre instituições;
28. Formação de comitê de turismo local;
29. Regulamentação de atividades como a pesca esportiva, a fim de não ser realizada de forma predatória;
30. Criação de conselhos consultivos e gestores para planos de manejo das unidades de conservação;
31. Reflorestamento de algumas áreas;
32. Realizar acordos entre municípios para a utilização de turismólogos.

→ Formativa:

1. Cursos de formação e capacitação de trades turístico, para quem já trabalha no setor e interessados da comunidade;
2. Estratégia de Marketing para facilitar a comunicação, promoção e divulgação, com elaboração de folders, divulgando a Rota Ivaí como proposto: hospedagem em site, produção de materiais gráficos, roteiros listando as vias de acesso, atrativos, estabelecimentos de alimentação e hospedagem, entre outros serviços;
3. Promover o reconhecimento e valorização do patrimônio histórico-cultural pela comunidade, de modo a aproveitar o potencial e seus atrativos naturais e outros que podem ser introduzidos;

4. Estabelecer parcerias entre a sociedade, universidades, poder público e empresas a fim de coletar dados, realizar diagnósticos, criar programas e projetos, promover capacitações; criar planos de desenvolvimento etc.;
5. Formalização de parcerias com instituições de ensino e com o sistema S³⁵⁴ para trabalho em conjunto em prol de capacitação e orientação profissional e empreendedorismo no turismo;
6. Sensibilização e mobilização das comunidades e agentes locais para o desenvolvimento do turismo em suas modalidades;
7. Estimular a formação de guias turísticos na cidade;
8. Realização de eventos, palestras e encontros abertos que possibilitem trocas de experiências entre a comunidade, empresários, gestores públicos etc.;
9. Ações de promoção de produtos turísticos;
10. Incentivar e apoiar o artesanato, junto à capital paranaense do artesanato, Barbosa Ferraz-PR;
11. Realização de projetos a longo prazo nas escolas para crianças e adolescentes;
12. Realização de projetos de educação ambiental;
13. Realização de estudos para tornar viável incentivos a serem concedidos para a cadeia produtiva do setor;
14. Geração de conteúdos virtuais recorrentes;
15. Estimular o envolvimento dos moradores locais na promoção de eventos culturais;
16. Criação, comercialização e acesso a bens e serviços culturais/criativos que garantirão o valor agregado a uma marca local;
17. Construção de um mapa turístico (produto) da localidade, agregando-o a Rota Ivaí, com possibilidade de acesso por meio de *smartphones* ou impresso;
18. Realização de oficinas com a sociedade;
19. Unificação de informações para os donos de empreendimentos turísticos em um site, sistema ou aplicativo;
20. Criação de associações e grupos de turismo, formalizados e utilizando aplicativo de mensagens;
21. Construção de redes locais de cooperação turística;

³⁵⁴ O sistema S é composto por instituições privadas que prestam serviços de interesse público voltados à educação profissional, bem-estar social e empreendedorismo, podendo ser firmadas parcerias com entes públicos. São elas: Senai; Senac; Sesc; Sesi; Senar; SESCOOP; Senat; Sest; Sebrae.

22. Desenvolvimento de ações em conjunto na câmara municipal;
23. Ações nas escolas com os alunos – projeto turismo na escola;
24. Workshops sobre a área;
25. Desenvolvimento do turismo pedagógico e histórico;
26. Maior compartilhamento de informações e colaboração entre os atores no planejamento;
27. Conscientização da sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação natural e cultural;
28. Construção e ou implementação de uma rota cicloturística moderna e eficiente, com pontos de descanso, de atendimento, de visitação e com propostas de hospedagem para diferentes níveis econômicos, integrando-a à Rota Ivaí;
29. Maior utilização de ferramentas de gestão, da inovação e profissionalização;
30. Vistas para o potencial do turismo de experiência;
31. Elaboração de folders e outros materiais físicos de divulgação;
32. Elaboração de passeios embarcados com as associações e cooperativas locais;
33. Organizar rota fluvial, integrando-a à Rota Ivaí;
34. Organizar atividades de aventura na trilha do Parque Vila Rica do Espírito Santo e nos rios com equipamentos e profissionais adequados;
35. Reunir e envolver a comunidade nas atividades turísticas, como: atividade de vivência da atividade da coleta e feira do produtor rural;
36. Aprofundamento de estudos sobre a capacidade de suporte do município;
37. Oficinas sobre a utilização de ferramentas tecnológicas como QR CODE;
38. Organização de eventos para o fortalecimento cultural, festivais gastronômicos;
39. Realizar ações de aproximação com a imprensa local, regional e estadual.

→ Infraestrutura:

1. Manutenção ou implantação de sinalização básica e turística em vias de acesso e pontos estratégicos, que auxiliem moradores, turistas e visitantes durante o deslocamento;
2. Instalação de recipientes de coleta seletiva adequados em pontos estratégicos nos atrativos turísticos;
3. Criação de um sistema de transporte público para locomoção interna voltado ao turismo;
4. Instalação de placas normativas em locais que forem necessárias;
5. Melhoria da infraestrutura básica como: vias de acesso em boas condições; saúde;

6. Implantação de um posto de atendimento ao turista;
7. Implantação de banheiros nos pontos turísticos, se necessário;
8. Ampliar e qualificar o sistema rodoviário estadual local (PR).

→ Iniciativa privada:

1. Necessidade de aprimoramento no atendimento ao turista e visitantes;
2. Criação de uma rede de parceria dos serviços turísticos, como uma de cama e café;
3. Aderência à Rota Ivaí, de forma a informar, divulgar e promover sobre os serviços turísticos oferecidos;
4. Oferecer novos atrativos;
5. Oferecer novos produtos personalizados;
6. Estabelecer diálogos de cooperação com o poder público, aproveitando espaços, serviços e outros recursos que são de utilização pública;
7. Oportunidade de acampar em alguns atrativos;
8. A possibilidade de usufruir dos atrativos naturais e trilhas dos parques em caráter gratuito e da experiência gerada pelo contato com a natureza devem continuar existindo, independente das parcerias privadas concebidas;
9. A prestação de serviços feita por particulares do entorno dos parques deve ser estimulada, especialmente envolvendo a participação de empreendedores do entorno e empreendimentos de base comunitária;
10. Estabelecimento de relação adequada entre a esfera privada e a esfera pública visando fornecer mais segurança ao visitante como: segurança das atividades de aventura, segurança de acidentes e segurança pública, a qualidade de serviço oferecido, segurança na qualidade de alimentos etc.;
11. Desenvolvimento de estratégias para aumentar a estadia do turista;
12. Contratação de prestadores de serviços locais;
13. Aumento de iniciativas e engajamento dos empresários para fomentar a atividade turística;
14. Intercâmbio e parceria com redes de TBC;
15. Aquisição de selos e certificações dos produtos agrícolas;
16. Adoção de métodos sustentáveis de produção de alimentos;
17. Estabelecer produtos específicos voltados para turistas e para excursionistas.

De fato, existem diversas intervenções necessárias para funcionamento do turismo em Fênix-PR. A partir de 2023, percebe-se a expansão das possibilidades no Governo do Estado do Paraná para investimentos no setor, advindo da estruturação da Secretaria do Turismo e de outros órgãos relacionados. Nesse sentido, podem ser buscados recursos provenientes das secretarias com relação ao setor turístico que estão previstos na edição 2023 do Portfólio Paraná Mais Cidades regulamentado pelo Decreto 2641 de 29 de junho de 2023 (PARANÁ, 2023). Do eixo formativo: cursos de qualificação profissional; apoio para a realização de eventos municipais e regionais; materiais de divulgação para feiras e workshops; materiais com teor educativo para escolas e comunidade em geral. Do eixo infraestrutura: implantação de sinalização e portal turístico; obras de melhoria no acesso e utilização dos rios; lixeiras para resíduos orgânicos e recicláveis; placas de educação ambiental; reflorestamento nas margens dos rios; perfuração de poços artesianos nas comunidades; instalação de meliponários no parque; pavimentação das vias de acesso aos atrativos; barracão para feira do produtor rural, com as respectivas estruturas e equipamentos; melhoria e instalação de iluminação pública nas vias de acesso e nos atrativos turísticos; construção de ciclovias; equipamentos de tecnologia para modernização no museu do Parque Vila Rica como computadores e telas interativas, visando possíveis instalações de novos atrativos; kits de emergências para acidentes ambientais no parque.

Esses recursos podem ser buscados no Estado pelos gestores municipais, mediante articulação política, desde que atendam os critérios técnicos e jurídicos para o município estar apto a receber os recursos, além da apresentação do projeto técnico. Não obstante, conforme discutido no Cap. 2 desta investigação, ocorreu maior descentralização das Instâncias de Governança Regionais (IGR's) que trabalham o turismo nas regiões do Paraná (de 15 para 19). O município pode se articular e promover integrações entre a comunidade, os gestores da IGR responsável (Ecoaventuras, histórias e sabores), os municípios da região por meio da associação (COMCAM) e a Secretaria estadual. Vários recursos exigem a implementação de entidades municipais como conselho do turismo. Ademais, a prefeitura deve elaborar os projetos técnicos necessários para o pleito de recursos, seja pela mão de obra própria ou terceirizada. A referida integração pode alimentar ideias e esclarecer dúvidas sobre a tramitação de processos no poder público.

As diversas frentes com potencial para o setor turístico podem se juntar e formar associações, sejam produtores rurais, empresários, etc.. Para isso, é necessário que floresça o

espírito de cooperação e parceria, sendo possível estabelecer um diálogo com os centros de ensino e universitários da COMCAM, bem como outras instituições públicas e privadas.

No município, podem ser instituídos programas permanentes entre entidades e escolas para a preservação e conservação do parque, assim como a conscientização acerca do patrimônio. A educação patrimonial e a educação ambiental são imprescindíveis para o desenvolvimento de Fênix-PR.

É fundamental que sejam criados programas com foco em coleta e disponibilização de informações relacionadas aos setores que possam interessar ao desenvolvimento do turismo no município. O planejamento da atividade turística, bem como projetos dependem dessas informações, sendo imprescindível que elas estejam disponíveis em portais públicos de forma acessível e organizada.

Segure-se ainda uma criação de calendário festivo e de eventos dos municípios da região (COMCAM), com dados sobre gastronomia, hospedagem, atrativos de lazer e outras informações pertinentes ao turista ou visitante. Essa produção poderia integrar ao site da Rota Ivaí e ao calendário oficial de eventos do Estado do Paraná³⁵⁵.

Conforme apresentado, o investimento no setor turístico beneficia a população do município tanto diretamente como a melhoria na infraestrutura, quanto indiretamente com o fomento na economia e geração de empregos.

4.6 Considerações

Assim como discutido, as pesquisas analisadas apontaram problemas e sugestões em cada eixo: formativo; infraestrutura; e iniciativa privada, todavia a ação indutora para o desenvolvimento do turismo parte da intervenção do Estado e participação da sociedade no planejamento e execução de ações voltadas ao setor. Entre os variados problemas encontrados devido às peculiaridades de cada local investigado, alguns se sobressaíram em diversos trabalhos, indicando serem dificuldades comuns do setor que necessitam de soluções. A saber: carência de informação; educação turística e patrimonial; marketing; iniciativa dos atores locais; falta de sinalização turística; falta de segurança pública; necessidade de melhoria das vias de acesso; falta de recipientes para descarte de lixo; necessidade de melhoria no saneamento básico, sobretudo para combater a falta d'água; falta de iluminação pública; má conservação do patrimônio histórico cultural e demais atrativos turísticos; a falta de iniciativa

³⁵⁵ <https://www.turismo.pr.gov.br/calendario> e <https://www.turismo.pr.gov.br/calendario-eventos>.

dos empresários visando fomentar o setor turístico; falta de serviços de apoio à visitação nos atrativos; necessidade de aprimorar o atendimento e recepção ao turista; aprimorar os diálogos com o poder público.

É necessário ressaltar que os outros dois trabalhos que estão sendo desenvolvidos no Projeto “Rota Ivaí” aborda a ação educacional nas escolas e a divulgação da rota. Além disso, outro problema que vale destacar é a conectividade nos atrativos. Para o acesso à plataforma digital “Rota Ivaí” é preciso cobertura de rede de internet móvel ou *wifi* aberto ao público.

Em complemento, cada trabalho foi classificado entre os eixos propostos pela metodologia DTI, segundo as suas discussões. O eixo de Governança teve predominância em todas as pesquisas, indicando a imprescindibilidade de uma boa gestão entre o poder público, sociedade e iniciativa privada, a fim de manter as perspectivas alinhadas e executar ações mais efetivas visando o desenvolvimento do setor turístico. Em seguida, o eixo Sustentabilidade teve destaque em grande parte dos trabalhos (81%), principalmente abordando a necessidade de práticas sustentáveis no turismo, com destaque para as modalidades de turismo rural e na natureza. Quanto à Acessibilidade dos locais investigados, menos da metade (43%) dos trabalhos a trouxeram para debate, visto que envolve a adaptação dos locais para ampliar o acesso ao público, sobretudo àqueles que possui algum tipo de dificuldade ou deficiência física ou mental. Já os eixos de Inovação (28%) e Tecnologia (17%) foram não obtiveriam protagonismo nas investigações. Este fato aponta diretamente para a necessidade de aumentar o foco das discussões no que tange à utilização de ferramentas tecnológicas e a inovação no turismo, de modo a auxiliar no enriquecimento da experiência do turista/visitante, além de assistir o planejamento de ações a partir do maior captação e concentração de informações e dados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto neste trabalho, a implementação de um roteiro turístico é marcado por um conjunto de forças e fatores que viabilizam: o roteiro fundamentado sobre os elementos que o compõem; ação do estado para a viabilidade física e formativa da sociedade; a iniciativa privada acompanha este processo. Além disso, é possível sugerir que existe uma demanda reprimida por lazer associada, neste caso, por formação em regiões periféricas que atingem inicialmente um público local, mas com alcance nacional e internacional.

Para as atualizações do site www.rotaivai.com.br serão necessárias novas parcerias com profissionais, pesquisadores ou empresa com interesse aprimorar as informações visuais e ferramentas disponíveis na plataforma a fim de aumentar o público alcançado e a facilidade de utilização pelos usuários. É necessário ressaltar que neste trabalho se encontra a versão inicial do site disponível para aos atuais e futuros pesquisadores envolvidos no projeto Rota Ivaí.

A concretização desta proposta depende, contudo, da integração do poder público e privado, além de pesquisas posteriores que visem dar continuidade ao tema do desenvolvimento do turismo em municípios periféricos, sobretudo em relação à região que poderá compor a Rota Ivaí: Fênix; Barbosa Ferraz; Corumbataí do Sul; Quinta do Sol e Engenheiro Beltrão.

Para que as políticas públicas sejam efetivas é necessário a intensificar a realização de diagnósticos e estudos sobre os municípios. Este trabalho apresentou um capítulo dedicado ao diagnóstico de Fênix-PR, todavia para estender a rota agregando municípios da região será necessário um estudo detalhado de cada um, bem como o inventário dos seus principais atrativos e um planejamento de como fazer parte da Rota Ivaí.

Fazer parte de um roteiro turístico que ofereça uma experiência distinta pode se apresentar como uma oportunidade de auxílio no desenvolvimento desses municípios periféricos. Distinto de outras intervenções que são implementadas por meio de políticas públicas, a busca pelo fomento da atividade turística acaba beneficiando passivamente população dos municípios, dado que os recursos e investimento aplicados com esta finalidade compõem três eixos que são centrais para a melhoria de qualidade de vida e de serviços à população.

A estrutura desta dissertação poderá ser utilizada como modelo para outros estudos de caso para outros municípios. Existe a necessidade de investigação dos outros municípios da região de Fênix-PR, dado a pretensão de continuidade do projeto Rota Ivaí. O modelo seria composto da seguinte maneira:

- Primeiro capítulo: diagnóstico do município foco da investigação;
- Segundo capítulo: inventário dos atrativos e serviços turísticos, bem como a integração na proposta da Rota Ivaí;
- Terceiro capítulo: plano de trabalho com principais problemas e sugestões necessários para a implementação da proposta.

É necessário ressaltar que apesar deste trabalho discutir sobre a metodologia DTI, Fênix-PR ainda não possui estrutura suficiente para se tornar um destino turístico inteligente.

Assim como se procede um trabalho interdisciplinar, parceria é a chave para a consolidação do projeto Rota Ivaí a longo prazo. Existem diversas formas de contribuir com a construção do projeto, desde a sua extensão abrangendo mais municípios ao melhoramento de recursos, divulgação e articulação entre agentes públicos e da iniciativa privada, entre outros.

REFERÊNCIAS

AEN. **Paraná integra novo mapa do Ministério do Turismo com 210 cidades e 15 regiões turísticas.** Agência Estadual de Notícias. Curitiba, 05 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-integra-novo-mapa-do-Ministerio-do-Turismo-com-210-cidades-e-15-regioes-turisticas#:~:text=Com%2015%20regi%C3%B5es%20tur%C3%ADsticas%20cadastradas,est%C3%A3o%20dentro%20do%20radar%20nacional>. Acesso em: 14 de abr. 2023.

AEN. **Governador sanciona lei que cria novo órgão estadual para gestão e fomento ao turismo.** Agência Estadual de Notícias. Curitiba, 02 de janeiro de 2023a. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-sanciona-lei-que-cria-novo-orgao-estadual-para-gestao-e-fomento-ao-turismo>. Acesso em: 14 de abr. 2023.

AEN. **Aeroportos do Paraná registram maior crescimento do país em 2022.** Agência Estadual de Notícias. Curitiba, 17 de abril de 2023b. Disponível em: <https://www.turismo.pr.gov.br/Noticia/Aeroportos-do-Parana-registram-maior-crescimento-do-pais-em-2022>. Acesso em: 27 de abr. 2023.

AEN. **Voe Paraná:** Azul inicia voos em dez novos destinos conectando o Interior a Curitiba. Agência Estadual de Notícias. Curitiba, 24 de janeiro de 2022c. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Voe-Parana-Azul-inicia-voos-em-dez-novos-destinos-conectando-o-Interior-Curitiba>. Acesso em: 27 de abr. 2023.

AEN. **Turismo no campo:** 56 mil pessoas participaram das Caminhadas na Natureza em 2022. Agência Estadual de Notícias. Curitiba, 28 de março de 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Turismo-no-campo-56-mil-pessoas-participaram-das-Caminhadas-na-Natureza-em-2022#:~:text=O%20projeto%20Caminhadas%20da%20Natureza,107%20circuitos%20executados%20em%202022>. Acesso em: 14 de mai. 2023.

AGUIAR, Barbarah Lucy Pinheiro de. **Atividade Turística como Incentivo ao Desenvolvimento Local para o Vale do São Lourenço em Mato Grosso.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2018.

ALVES, Larissa de Mattos. **O Turismo e suas Implicações em Municípios de Pequeno Porte Demográfico da Região Turística Noroeste do Paraná.** 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2018.

ANATEL. **Meu Município.** Agência Nacional de Telecomunicações. Brasília, 2023. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ANDRADE, Luciano Guimaraes de. **Potencialidades Turísticas e Desenvolvimento no Município De Cabaceiras / Pb.** 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2017.

ARAÚJO, Riana Jessica da Rocha. **O Nordeste Turístico e a Rota das Emoções na Integração de Destinos do Ceará, Piauí e Maranhão**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2017.

ARAÚJO, Rosalma Diniz. **Se a Terra te der Laranjas, faz uma Festa! Relação Festa-Turismo e Desenvolvimento Local**. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2019.

BARRETTO, Margarita. **Planejamento e organização do turismo**. Campinas: Papyrus, 1991.

BARRETO, Carlos Eduardo Santos. **Turismo de Base Comunitária: uma Alternativa de Desenvolvimento Socioeconômico nas Comunidades Junça, Tigre e Ponta dos Mangues, Pacatuba/Se**. 2018. Produto, Processo ou Técnica (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Sergipe, 2018.

BISSANI, Niloar. **Proposta de uma Rota Turística como Alternativa Econômica para Pequenas Propriedades do Meio Rural do Município de Chapecó/SC**. 2018. Projeto de Aplicação ou Adequação Tecnológica (Mestrado) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018.

BRANQUINHO, Rosana Aparecida. **Turismo, uma Via para o Desenvolvimento Regional: Prospecção de Cenários para o Setor Turístico de Franca (SP) E Região, 2017-2021**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário de Franca, São Paulo, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021**. Brasília, 2021.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. MEDIDA PROVISÓRIA n. 1.091, de 29 de dezembro de 2021. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 31 de dezembro de 2021, ano 2021, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.091-de-30-de-dezembro-de-2021-371512885>. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 133, p. 1-5, 11 jul. 2001. Retificado no Diário, 17 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 05 de jan. 2023.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo**: diretrizes Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2004.

BUHALIS, Dimitrios. Marketing the competitive destination of the future. **Tourism Management**, Londres, v. 21, n. 1, p. 97-116, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(99\)00095-3](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(99)00095-3). Acesso em: 5 dez. 2022.

BUHALIS, Dimitrios; AMARANGGANA, Aditya. Smart Tourism Destinations. *In*: XIANG, Z; TUSSYADIAH, I. **Information and Communication Technologies in Tourism 2014**. Cham: Springer, 2014. p. 553-564. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-03973-2_40. Acesso em: 5 dez. 2022.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 13, p. 111-147, 1996.

CAGED. **Novo CAGED**. Programa de disseminação das estatísticas do trabalho. Brasília, 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/component/content/article?id=1784>. Acesso em: 23 ago. 2023.

CALSAVARA, Fábio. Rota turística no interior do Paraná se consolida como iniciação para Caminho de Santiago. **Gazeta do Povo**. 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/rota-da-fe-parana-iniciacao-caminho-de-santiago/>. Acesso em: 13 mai. 2023.

CAMINHOS DO PEABIRU. 2023. Disponível em: <http://www.caminhosdopeabiru.pr.gov.br/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

CAMPBELL, M. M., MEADES, E. E.. **The viability of corridor development between Bloemfontein and Welkom**. Bloemfein: 5th Post Graduate Conference on Construction Industry Development, 2008.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Catálogo de Teses e Dissertações. Brasília, 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 3 dez. 2022.

CARDOZO, Ramón I. **El Guairá, história de la antigua provincia (1554-1676)**. Asunción: El Arte, 1970.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, f. 119, 2003. 238 p.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Trad. A. Caetano. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPATUR. **Paraná Turístico 2026: Pacto para um destino inteligente**. Paraná Turístico. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.paranaturistico.com.br/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

CEPEA/ESALQ. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz**. USP. 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-de-dados-do-site.aspx>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CETIC.BR. **Resumo Executivo - Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2021**. 2022. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/resumo-executivo-pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2021/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CHMYZ, Igor. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real de Guairá. **Cadernos de Arqueologia**, Paranaguá, v. 1, p. 7-103, 1976.

COLLING, Marcel Augusto; SCHNEIDER, Mirian Beatriz; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. A inserção do corredor de desenvolvimento rural-urbano da região oeste do Paraná no cenário do comércio internacional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 13, n. 2, p. 299-321, 2017.

COMCAM. **Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão**: Municípios associados. Comcam. Campo Mourão, 2022. Disponível em: <http://comcam.com.br/municipios-associados>. Acesso em: 9 nov. 2022.

CORDEIRO, Lais Cristina Faria. **Uso da Tecnologia da Informação e Comunicação no Turismo de Base Comunitária**. 2019. Projeto De Inovação Tecnológica (Mestrado) - Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Sergipe, Sergipe, 2019.

CORREIA, José Carlos Severo *et al.*. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para o debate. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, Taubaté, v. 15, n. 7, p. 3-15, 2019.

CORREA, Dalva Maciel. **A Guerra da Tríplice Aliança como Campo de Possibilidade para o Desenvolvimento da Atividade Turística em Corumbá-MS**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Mato Grosso Do Sul, 2017.

COSTA, Fábio Rodrigues da. **A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no Estado do Paraná**. Maringá, 2013. 215 p Tese (Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

COSTA, Fábio Rodrigues da. **Condições periféricas: desenvolvimento geográfico desigual no Paraná**. Campo Mourão: Fecilcam, 2016.

COSTA, Fábio Rodrigues da. Geografia e políticas públicas: Avaliação de indicadores sociais em municípios periféricos. *In*: SOUZA, Adalberto Dias de (Org.); COSTA, Fábio Rodrigues da (Org.). **Desenvolvimento regional do Paraná: ações e reflexões**. 21 ed. Campo Mourão: Fecilcam, 2018. 277 p. cap. 2, p. 46-68.

CNM. **Avaliação do cenário de crise nos municípios**. Confederação Nacional de Municípios. Brasília, 2023. Disponível em: [https://cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/15082023_Estudo_Crise_Municipios_Agosto2023%20\(1\).pdf](https://cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/15082023_Estudo_Crise_Municipios_Agosto2023%20(1).pdf). Acesso em: 23 ago. 2023.

DATASUS. **Proporção de pessoas com baixa renda**. 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/pobrezadescr.htm#resumo>. Acesso em: 01 mar. 2023.

DIAS, Paola Helena Publio. **Turismo de Experiência: Crescimento Econômico, Inclusão Social e Políticas Públicas** - Cachoeira/BA. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia, Bahia, 2017.

DINUCCI, DARCY. Fragmented Future. **Print**, v. 53, n. 4, p. 32; 221-222, 1999.

DOMINONI, Tarsila. **Turismo E Desenvolvimento Local: um Estudo dos Fatores Endógenos e seu Papel no Desenvolvimento do Turismo no Município de Piraquara** - PR. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Do Paraná, Paraná, 2019.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Jungman. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., v. 1, 1994. Tradução de: Über den Prozess der Zivilisation.

EMBRAPA. **Módulos fiscais**. Brasília: Embrapa, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 26 fev. 2023.

EMBRATUR. **Inventário da oferta turística: metodologia**. Rio de Janeiro: DIPLAN/CEBITUR, 1984.

FAZENDA, Ivani. Interdisciplinaridade-Transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: **O que é interdisciplinaridade?**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-28.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1994.

FEITAL, Giselle Da Silva Botelho De Souza. **Turismo Cervejeiro como Alternativa de Desenvolvimento Local para a Cidade de Petrópolis**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Augusto Motta, Rio De Janeiro, 2018.

FÊNIX (Cidade). Prefeitura. Lei n. 30, de 14 de dezembro de 2021. **Diário Oficial**, Fênix, 16 de dezembro de 2021.

FÊNIX. **Consulta legislação**. Prefeitura municipal de Fênix. Fênix, s.d. Disponível em: http://www.fenix.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368xsb0&novo_cliente=104. Acesso em: 08 de jul. 2023.

FÊNIX. **Plano diretor**. Município de Fênix. Fênix, s.d. Disponível em: <http://177.86.68.68:8080/portaltransparencia/1/publicacoes/1039/316>. Acesso em: 08 de jul. 2023.

FERRERA DE LIMA, J. **La diffusion spatiale du développement économique regional. Sarrabruck** (Germain): EUE, 2010.

FREITAS, Idiamara Nascimento de. **Projeto Geoparque Seridó: Um Estudo das Práticas Turísticas como Propulsor para o Desenvolvimento Local**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Rio Grande Do Norte, 2019.

GARCIA, Roslaine Kovalczuk de Oliveira. Roteiros turísticos: um instrumento para o fortalecimento do turismo regional. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 4, n. 1, p. 119-126, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rgd.v4i1.868>. Acesso em: 23 jan. 2023.

GAWELETA, Eva Blaszczyk. **Políticas Públicas no Fomento do Turismo Rural Sustentável em Propriedades Familiares do Estado do Paraná**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Positivo, Paraná, 2017.

GEYER, H. S.. **The terminology, definition and classification of development axis**. SA Geographer, Vol. 16, p. 113-129, 1988.

GONCALVES, Maria Laura Romagna. **O Cicloturismo Como Uma Ferramenta Estratégica Para O Desenvolvimento Territorial De Nova Veneza**. Sc. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Do Estado De Santa Catarina, Santa Catarina, 2018.

GOOGLE MAPS. **Google**. 2022a. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/F%C3%AAAnix+-+PR/@-23.8849085,-52.0427411,53200m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94ecff9e72c2a941:0x570c72906509c69a!8m2!3d-23.917504!4d-51.9816708!5m1!1e4>. Acesso em: 9 dez. 2022.

GOOGLE MAPS. **Google**. 2022b. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-23.9535253,-51.9778823,3a,75y,329.74h,79.71t/data=!3m6!1e1!3m4!1sZCySJUUgZXwBUEAxR5K9mA!2e0!7i16384!8i8192>. Acesso em: 9 dez. 2022.

GOOGLE MAPS. **Google**. 2022c. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-23.9371483,-51.96039,3a,75y,314.15h,85.56t/data=!3m6!1e1!3m4!1s1gHvwpy8CVXIn9WN1g3-6A!2e0!7i16384!8i8192>. Acesso em: 9 dez. 2022.

GOOGLE MAPS. **Google**. 2022d. Disponível em: <https://www.google.com/maps/dir/F%C3%AAAnix+-+PR/Parque+Estadual+Vila+Rica+do+Esp%C3%ADrito+Santo+-+Av.+Ant%C3%B4nio+Quintero+Sim%C3%B5es+-+F%C3%AAAnix,+PR/@-23.9151383,-51.9794642,3328m/data=!3m2!1e3!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x94ecff9e72c2a941:0x570c72906509c69a!2m2!1d-51.9816708!2d-23.917504!1m5!1m1!1s0x94ecff0172617f0b:0xc7703aa60675bdd1!2m2!1d-51.9597481!2d-23.9124217!3e0!5m1!1e4>. Acesso em: 9 dez. 2022.

GOOGLE TRENDS. **Google**. 2023. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2022-01-01%202022-12-31&geo=BR-PR&q=%2Fg%2F120yrv6h>. Acesso em: 26 abr. 2023.

GOULART, Marilandi; SANTOS, Roselys Izabel C. dos. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 1, n. 1, p. 19-29, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/rtva.v1n1.p19-30>. Acesso em: 6 dez. 2022.

GOV.BR. **CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos**. Gov.br. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/conecta/catalogo/apis/cadastur-cadastro-de-prestadores-de-servicos-turisticos#:~:text=de%20Servi%C3%A7o%20Tur%C3%ADstico.-,Conforme%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.771%2C%20de%2017%20de%20setembro%20de,para%208%20\(oito\)%20atividades.&text=N%C3%BAmero%20do%20Certificado%20CADASTUR%20do,de%2017%2F09%2F2008](https://www.gov.br/conecta/catalogo/apis/cadastur-cadastro-de-prestadores-de-servicos-turisticos#:~:text=de%20Servi%C3%A7o%20Tur%C3%ADstico.-,Conforme%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.771%2C%20de%2017%20de%20setembro%20de,para%208%20(oito)%20atividades.&text=N%C3%BAmero%20do%20Certificado%20CADASTUR%20do,de%2017%2F09%2F2008). Acesso em: 17 abr. 2023.

GOV.BR. **MTur certifica 10 Destinos Turísticos Inteligentes em Transformação no Brasil**. Gov.br. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-certifica-10-destinos-turisticos-inteligentes-em-transformacao-no-brasil>. Acesso em: 21 jan. 2023.

GOV.BR. **Fatos e Números**. Gov.br. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros>. Acesso em: 23 ago. 2023.

HAHN, Fábio André. O desafio da interdisciplinaridade: possibilidades de leitura para um jovem pesquisador. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira (orgs.). **Interdisciplinaridade: perspectivas e desafios**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020, p. 263-292.

HAMOY, Juliana Azevedo. **Turismo em Unidades de Conservação e o Desenvolvimento Local em Soure-PA**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Do Pará, Pará, 2018.

IAT. **Dados sobre as Unidades de Conservação: proteção integral**. Instituto água e terra. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Dados-sobre-Unidades-de-Conservacao>. Acesso em: 16 nov. 2022.

IAT. **Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo (PEVRES)**. Instituto água e terra. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Parque-Estadual-Vila-Rica-do-Espirito-Santo-PEVRES>. Acesso em: 1 dez. 2022.

IAT. **Plano de Manejo - Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo**. Instituto Água e Terra. Curitiba, 2003. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Manejo-Parque-Estadual-de-Vila-Rica-do-Espirito-Santo>. Acesso em: 10 dez. 2022.

IAT. **Conheça os Parques do Paraná**. Instituto Água e Terra. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Conheca-os-Parques-do-Parana>. Acesso em: 25 jan. 2023.

IBGE. **IBGE**: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

IBGE. **IBGE**: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Brasília, 2013. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD108&t=taxa-fecundidade-total-grupos-anos-estudo>. Acesso em: 23 ago. 2023.

IBGE. **Divulgação dos Resultados**. IBGE. Brasília, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/etapas/divulgacao-dos-resultados.html> Acesso em: 06 jan. 2023.

IBGE. **MUNIC - Perfil dos Municípios Brasileiros**. IBGE. Brasília, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/fenix/pesquisa/1/21682>. Acesso em: 28 nov. 2022.

IBGE. **Municípios defrontantes com o mar**. IBGE. Brasília, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24072-municípios-defrontantes-com-o-mar.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 28 nov. 2022.

IBGE. **Municípios Costeiros | 2021**. IBGE. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/34330-municípios-costeiros.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 28 nov. 2022.

IBGE. **PAM - Produção Agrícola Municipal**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acesso em: 16 nov. 2022.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros 2021**. Pesquisa de informações básicas municipais. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101985.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2023.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

INEP. **2021**. gov.br. Brasília, 2022. 109 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/institucional/apresentacao_saeb_ideb_2021.pdf. Acesso em: 25 nov. 2022.

IPARDES. **IPARDES: Base de Dados do Estado - BDEweb**. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES. Curitiba, 2022. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: 8 nov. 2022.

IPARDES. **Os Vários Paranás: As especialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 2017. 239 p. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/varios_paranas_relatorio_2017.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

IPARDES. **Os Vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 2005. 305 p. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/varios_paranas_2005.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

IPHAN. **Patrimônio Arqueológico - PR**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/658/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

KLEYNHANS, H. A. **The Mabopane-Centurion development corridor: a historical analysis of successes and constraints and proposals for improvement**. University of Pretoria, 2001.

KUHN, Sérgio Luiz. **A economia criativa nos municípios periféricos da região Oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento regional e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

LAGE, Beatriz Helana Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismo na Economia**. 1 ed. São Paulo: Aleph, 2004.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 226 p.

LIMA, Maria Cacilda Ferreira. **O patrimônio cultural e a potencialidade do turismo na cidade de Icó**. Dissertação (Mestrado profissional em Gestão de Negócios Turísticos). Universidade Estadual do Ceará, Juazeiro do Norte, 2018.

LIMA, Iana Barbara Oliveira Viana. **O Turismo de Aventura no Município de Quixadá: Análise e Proposições ao Desenvolvimento Turístico Local**. 2020. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2020.

LIMA, Maria Cacilda Ferreira. **O Patrimônio Cultural e a Potencialidade do Turismo na Cidade de Icó**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2018.

LIRIO, Camilla Ribeiro da Silva. **Fortalecimento do Turismo Comunitário no Rio de Janeiro com o Desenvolvimento de um Site Interativo para Divulgação**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro, 2017.

MACHADO, Ronan Xavier. **Roteiro integrado de turismo fronteiriço**. Dissertação (Mestrado em Estudo Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2018.

MAIA, Ana Karina de Oliveira. **Viajando nos Saberes e Sabores: Memória, Identidade e Patrimônio do Seridó como Ação Indutora do Turismo Local**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Rio Grande Do Norte, 2019.

MARANHÃO, Christiano Henrique da Silva. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**. v.5, n.2, p.238-259. UFRN: Natal, 2017.

MARTINS, Daniel Fernando Queiroz. **Turismo e Desenvolvimento Local no Pantanal da Transpantaneira: Realidade Ou Utopia?**. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Do Paraná, Paraná, 2019.

MARTINS, Luciana Conceicao de Almeida. **História Pública do Quilombo do Cabula: Representações De Resistências Em Museu 3D Aplicada à Mobilização do Turismo de Base Comunitária**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Da Bahia, Bahia, 2017.

MARTINHAGO, Aline. **Uso Público e Gestão do Território em Unidades de Conservação: Contribuições ao Litoral Norte do Paraná**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Do Paraná, Paraná, 2019.

(MDS) MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Auxílio Brasil**. Cadastro único. Brasília, 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 25 fev. 2023.

MEDEIROS, Roselia Fernandes Leite. **Turismo e Sustentabilidade no Cultivo de Flores em São Benedito - CE**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Do Ceará, Ceará, 2017.

MESQUITA, Natal Augusto Silva De. **Festival Cultural e Gastronômico da Pipa como um dos Fatores Potenciais de Desenvolvimento Turístico Local Sustentável**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Potiguar, Rio Grande Do Norte, 2019.

MIKUSKA, Rosiane. **Da Enxada à Prestação de Serviços: o Lazer e o Turismo Rural como Atividade Complementar de Geração de Renda e Ocupação não Agrícola nos Distritos Rurais do Município de Irati (PR)**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Do Centro-Oeste, Paraná, 2019.

MENDES, Joilton dos Santos. **O Incentivo ao Turismo na Comunidade Quilombola Baía Formosa como Caminhos para o Desenvolvimento Local**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Augusto Motta, Rio De Janeiro, 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Cadastro Único**. Gov.br. Brasília, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico>. Acesso em: 8 nov. 2022.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Destinos Turísticos Inteligentes (DTI)**. gov.br. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/destinos-turisticos-inteligentes-dti>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MIRANDA, Ingridt Millenna Vieira Dantas. **Da Cana-de-Açúcar ao Turismo: Uma Reconversão Produtiva No Processo de Desenvolvimento do Município de Areia-Pb**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2017.

MTUR. **Observatório nacional de turismo**. Ocupações formais do setor de turismo no Brasil. Brasília, 2020. Disponível em: <https://painéis.turismo.gov.br/extensions/observatorio/ocupacoes.html>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MTUR. **Plano nacional de turismo 2018-2022**: mais emprego e renda para o Brasil. MTUR. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MTUR. **Programa de regionalização do turismo**: ação municipal para a regionalização do turismo. MTUR. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

MULLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa; RAMOS, Maria da Graça Gomes; GARCIA, Tania Elisa Morales. O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. **Book of proceedings – international conference on Tourism & management studies**. v.1, p.692-700. ALGARVE, 2011.

NAGABE, Fabiane. **Tradição e modernidade no turismo do espaço rural**: o caso do hotel “Fazenda Água Azul” (Fênix – Paraná/1996-2008). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

NASCIMENTO, Isabella Ludimilla Barbosa do. **Contribuições da Atividade Turística para o Desenvolvimento do Município de Areia-PB**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2017.

NASCIMENTO, Emerson Almeida do. **Turismo e Desenvolvimento Local**: Estudo de Caso no Município de São Cristóvão/SE. 2020. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2020.

OBSTUR. **Relatório Mensal de Fevereiro de 2023**. Observatório de Turismo do Paraná. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://obsturpr.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-mensal-obstur-pr-jan-2023.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

OLIVEIRA, Filipe Vieira De. **Patrimônio Cultural e Natural, Turismo e Desenvolvimento Local no Município de São José do Barreiro - SP**: Uma Esperança Condicional. 2020. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Ana Paula Guimaraes Santos de. **Conectando Trechos do Caminho**: Turismo, Lazer e Desenvolvimento Regional No Contexto do Projeto Estruturador Rota das Grutas de Peter Lund – Mg Belo Horizonte. 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Federal De Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

OLIVEIRA, Geraldo Maximo de. **O Caminho do Profeta São João Maria**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, 2018.

OMT - Organização Mundial de Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ONU. **Relatório Anual das Nações Unidas no Brasil 2021**. Nações Unidas Brasil. Brasília, 2022. 32 p. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/177803-relatorio-anual-das-nacoes-unidas-no-brasil-2021>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PAIVA, Marina Mujica de. **Resiliência Cultural e Sociobiodiversidade**: Contribuições para o Desenvolvimento Turístico Sustentável do Município de Bombinhas (Sc). 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019.

PARANÁ (Estado). Assembleia Legislativa. **Lei n. 15973**, de 12 de novembro de 2008. Diário Oficial: Seção 7849, Curitiba, 13 de novembro de 2008, ano 2008, p. 4.

PARANÁ (Estado). Instituto Ambiental do Paraná. **Portaria n. 100**, de 12 de junho de 2006. Diário Oficial, 14 de junho de 2006.

PARANÁ (Estado). Poder executivo. **Decreto n. 3279**, de 17 de novembro de 2011. Diário Oficial: Seção 02, Curitiba, 21 de novembro de 2011, ano 2011, p. 10.

PARANÁ (Estado). Poder executivo. **Decreto n. 11245**, de 23 de agosto de 2022. Diário Oficial: Curitiba, 23 de agosto de 2022, ano 2022, p. 07.

PARANÁ (Estado). Poder executivo. **Decreto n. 2641**, de 29 de junho de 2023. Institui e regulamenta o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III. Diário Oficial: Curitiba, 29 de junho de 2023, ano 2023, p. 04.

PARANÁ (Estado). **Decreto nº 6.434**, de 16 de março de 2017. Dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo e disciplina os procedimentos para o enquadramento. Diário Oficial: capítulo 1, Curitiba, PR, ano 104, n. 9907, 17 mar. 2017.

PARANÁ (Estado). **Decreto nº 2.173**, de 23 de julho de 2019. Introduz alterações no Decreto n. 6.434, de 16 de março de 2017. Diário Oficial: Curitiba, PR, ano 106, n. 10483, 23 jul. 2019.

PARANÁ TURISMO. **Regionalização do Turismo**. Paraná Turismo. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.paranaturismo.pr.gov.br/Pagina/Regionalizacao-do-Turismo>. Acesso em: 9 dez. 2022.

PARANÁ TURISMO. **Orientação para gestão municipal do turismo**: guia prático para dirigente públicos municipais de turismo. Paraná Turismo. Curitiba, 2017.

PARANÁ. **Paraná terá Caminho Iniciático de Santiago de Compostela, o primeiro fora da Espanha**. Agência Estadual de Notícias. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-tera-Caminho-Iniciatico-de-Santiago-de-Compostela-o-primeiro-fora-da-Espanha>. Acesso em: 6 dez. 2022.

PARELLADA, Claudia Inês. Análise da malha urbana de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632) / FÊNIX-PR. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 5, p. 51-61, 1995.

PARELLADA, Claudia Inês. **Um tesouro herdado**: os vestígios arqueológicos da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo/ Fênix-pr. Curitiba, 1997. 228 p. Dissertação (Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

PDA. **Plano de Dados Abertos**. Ministério do Turismo. Brasília, s.d. Disponível em: <https://dados.turismo.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PEREIRA, Keissiene Tcharla Bragantin. **Impacto do Turismo do Desenvolvimento Social e Econômico de Ilhabela/SP**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade De Taubaté, São Paulo, 2017.

PINHEIRO, Rafaelle Camilla dos Santos. **TBC no Território Quilombola Brejão dos Negros/SE: uma Proposta de Desenvolvimento Turístico Local**. 2018. Produto, Processo ou Técnica (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Sergipe, 2018.

PINTO, Agnelo. **Políticas Públicas de Promoção Turística e Desenvolvimento Local e Sustentável: Um Estudo de Caso em Bolama-Bijagós/Guiné-Bissau**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal De Goiás, Goiás, 2018.

PIFFER, M. Apontamentos sobre a base econômica da região Oeste do Paraná. In: CASSIMIRO FILHO, F. & SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.) **Agronegócio e Desenvolvimento regional**. EDUNIOESTE: Cascavel, 1999.

PINHEIRO, Rafaelle Camilla dos Santos Pinheiro. **TBC no território quilombola Brejão dos negros/SE: uma proposta de desenvolvimento turístico local**. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2018.

PNAS. **Norma operacional básica NOB/SUAS**. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 5 fev. 2023.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: O que é IDHM**. PNUD Brasil. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm>. Acesso em: 9 nov. 2022.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE FÊNIX. **Portal da Transparência**. Fênix. Fênix, 2023. Disponível em: <http://177.86.68.68:8080/portaltransparencia/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA UNIÃO. **Portal da Transparência**. Controladoria-geral da União. Brasil, s.d. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/pessoa-juridica/busca/lista?pagina=2&tamanhoPagina=10&ufPessoaJuridica=PR&municipio=4107702&>. Acesso em: 13 jul. 2023.

PUTRICK, Simone Cristina. **O Turismo na Rota das Emoções e no Desenvolvimento Socioeconômico de Municípios do Piauí**. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Do Paraná, Paraná, 2019.

RABAHY, Wilson Abrahão. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1-13, 15 12 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1903>. Acesso em: 28 nov. 2022.

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS. **Ranking de competitividade dos estados brasileiros**. Ranking de Competitividade. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.rankingdecompetitividade.org.br/sul/pr/ranking-geral/nota-do-pilar?year=2022>. Acesso em: 25 nov. 2022.

REIS, Francisca Iris Dos. **O Patrimônio Cultural Como Estratégia de Desenvolvimento Local: Desafios das Políticas Públicas para o Turismo Cultural no Município de Aracati/ Ceará**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Do Ceará, Ceará, 2019.

RIBEIRO, Jose Alexandre Correa. **Agropecuária E Desenvolvimento Local: Um Estudo no Município de Piranguçu Mg**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade De Taubaté, São Paulo, 2017.

ROSA, Claudia Rodrigues. **Implantação do Uso Público e Serviços de Apoio à Visitação em Parques Estaduais do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

ROCHA, Arléto Pereira. **Os Caminhos de Peabiru: História e memória**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

ROCHA NETO, João Mendes da., ALVES, Adriana Melo. Disyunciones legales e institucionales de la política metropolitana y nacional del desarrollo regional. Revista **EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**, Santiago, v. 42, n. 127. pp. 87-109. 2016.

RUGAI, Thabata Danielle de Aguiar Salaroli. **Caracterização das Propriedades Rurais que Compõem o Roteiro Turístico de Mogi das Cruzes/SP**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, 2019.

SAKOWICZ, Janaina. **Turismo em áreas naturais e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável no município de Prudentópolis**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento comunitário). Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2019.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Emprego no Turismo: Painel dinâmico de empregos formais nas atividades características do Turismo**. NEAT-USP. s.d. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNjIxZDkwMzQtNzhiZS00YTBJLTlkMTctMWNhO DgyODg2ZjBiIiwidCI6IjdlOTNlMjg2LWlyOWEtNDQ1NC1hNDFhLU4NDE5ZWm5ZGVINSJ9>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SANTOS, Jeilda Noia Dias dos. **Impactos da Cadeia Produtiva do Turismo no Desenvolvimento Endógeno do Município de Muritiba-BA**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, 2017.

SANTOS, Yasmin Alves Dos. **O Turismo de Base Comunitária como Possibilidade de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Resex Marinha Mocapajuba - São Caetano de Odivelas - Pa**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Pará, 2020.

SANTOS, Maria Christina de Lima Felix. **Patrimônio Histórico Museal em Campo Grande - MS: Perspectivas e Desafios no Contexto do Desenvolvimento Local**. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, 2019.

SANTOS, Glaubia de Sousa. **A Culinária Local como Recurso Ecoturístico: O Estudo de Caso na Região do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2019.

SANTOS, Aycha Freitas. **Desenvolvimento Local e Políticas Públicas: Estrutura Analítica sob o Enfoque da Escala Humana no Contexto do Turismo na Bahia**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual De Santa Cruz, Bahia, 2017.

SANTOS, Silvana Kloster dos. **Os Territórios de Governança e Suas Redes Geográficas: Estudos Sobre o Desenvolvimento do Turismo Rural nos Campos Gerais/PR, Brasil e Comunidade Autônoma de Aragão, Espanha**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2017.

SCHERER, Luciana. **Turismo e Desenvolvimento Regional: Limites e Potencialidades para a Região das Missões - RS**. 2019. Tese (Doutorado) - Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

SECOM (PR). **Fênix**. Viaje Paraná. Curitiba, 2022. Disponível em: <https://www.viajeparana.com/Fenix>. Acesso em: 9 dez. 2022.

SEDES (PR). **Parques Urbanos**. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável. Curitiba, 2023a. Disponível em: <https://www.sedest.pr.gov.br/Pagina/Parques-Urbanos>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SEDES (PR). **Poliniza Paraná**. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável. Curitiba, 2023b. Disponível em: <https://www.sedest.pr.gov.br/Pagina/Poliniza-Parana>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SEFA (PR). **Manual do índice de participação dos municípios (IPM)**. Secretaria da Fazenda. Curitiba, 2021. Disponível em: https://www.fazenda.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-02/Manual%20do%20IPM%20PR%202021_VF1_Herval_REV_Felipe_REV_Paulo_site.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

SGA. **Sistema de gestão ambiental**. Curitiba, 2023. Disponível em: <http://www.sga.pr.gov.br/sga-iap/consultarProcessoLicenciamento.do?action=iniciar>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SEGITTUR. Sociedad estatal para la gestión de la innovación y las tecnologías turísticas. **Destino turístico inteligente**. Madrid, 2016. Disponível em: <https://www.destinosinteligentes.es/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SICAR. **Sistema de cadastro ambiental rural**. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Brasília, 11 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>. Acesso em: 13 de jul. 2023.

SILVA, Denymagna. **A dinâmica da atividade do turismo arqueológico na perspectiva do desenvolvimento no município de Ingá, PB.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

SILVA, Carlos Henrique Nascimento da. **O Efeito do Patrimônio Cultural no Desenvolvimento Local: O Caso da Estrada Real.** 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Graziano da. O novo rural brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo horizonte. v. 7. n. 1. p. 43-81, 1997.

SILVA, Marinyl Ribeiro da. **O Turismo e a Produção do Espaço.** In: XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. 2009. Anais eletrônicos [...] Montevideo: Universidad de la República, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/44.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, Adriana Murara. **Educação E Turismo De Base Comunitária Para O Desenvolvimento Territorial Sustentável Em Urupema, Sc.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense, Santa Catarina, 2018.

SILVA, Claudia Liciely Barbosa e. **O Turismo como Fator de Desenvolvimento Regional: Uma Análise da Atividade Turística No Município de São José do Barreiro-Sp.** 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Taubaté, São Paulo, 2017.

SILVA, Natalia Rossetto da. **Turismo De Base Comunitária: Uma Proposta para a Comunidade Pantaneira de Mimoso.** Santo Antônio de Leverger/Mt. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2017.

SILVA, Denymagna. **A Dinâmica Da Atividade Do Turismo Arqueológico e a Perspectiva de Desenvolvimento no Município de Ingá, Pb.** 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2019.

SILVEIRA, Angelo Antonio da. **Desenvolvimento socioeconômico e a gestão do patrimônio cultural em Lavras Novas: entre ações pró-turismo e políticas públicas.** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

SAKOWICZ, Janaina. **Turismo em Áreas Naturais e sua Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Prudentópolis.** 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná, 2019.

SILVA, Maria Auxiliadora Marcolino da. **Turismo Rural e Agricultura Familiar em Cidades do Maciço de Baturité/Ceará.** 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2017.

SILVEIRA, Angelo Antonio da. **Desenvolvimento Sócio-econômico e a Gestão do Patrimônio Cultural em Lavras Novas: entre Ações Pró-Turismo e Políticas Públicas.** 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2017.

SILVA, Erika Santos. **O Turismo Gastronômico em Campo Grande/MS com Perspectivas de Desenvolvimento Local.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, 2018.

SILVA, Jeckson de Andrade. **Políticas Públicas para Museus: o Patrimônio Cultural como Instrumento de Promoção Turística na Cidade do Recife.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018.

SOARES, Fabio de Azevedo. **Mineração de textos na coleta inteligente de dados na web.** Rio de Janeiro, 2009 Dissertação (Engenharia Elétrica) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUSA, Plinio Guimaraes de. **Turismo Em Assentamentos de Reforma Agrária no Nordeste do Brasil.** 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017.

SOUZA, Joao Pedro Machado e. **Percepção E Integração Dos Atores Sociais No Turismo No Espaço Rural Na Serra Da Mantiqueira: O Caso do Município de Piranguçu, Mg.** 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, 2019.

SPINDLER, Vanessa Karine. **A Contribuição das Propriedades Rurais de São Francisco de Paula como Atrativo Turístico Para o Desenvolvimento Regional.** 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2020.

STAMM, C. **O fenômeno dos movimentos pendulares dos trabalhadores intermunicipais entre as cidades de porte médio: o caso de Cascavel e Toledo (PR).** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Toledo, 2005.

SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades, 2013. **R. RA'e Ga**, Curitiba, v. 29. P. 177-193, dez 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v29i0.30747>. Acesso em: 24 jan. 2023.

TCEPR. **Tribunal de Contas do Estado do Paraná.** TCEPR. Curitiba, 2021. Disponível em: www1.tce.pr.gov.br. Acesso em: 27 nov. 2022.

TCEPR. **Tribunal de Contas do Estado do Paraná.** TCEPR. Curitiba, 2022. Disponível em: www1.tce.pr.gov.br. Acesso em: 27 nov. 2022.

TRIPADVISOR. **Tripadvisor**, 2023. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

UNITED NATIONS. International Recommendations for Tourism Statistics 2008. **Department of Economic and Social Affairs**, New York, v. 3, n. 1. 145 p, 2010. Disponível

em: https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

UFNPA. **State of World Population 2023**. United Nations Population Fund. 2023. Disponível em: <https://www.unfpa.org/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

UFNPA. **State of World Population 2020**. United Nations Population Fund. 2020. Disponível em: <https://www.unfpa.org/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

VASCONCELOS, Andre. **Triunfo (Pe): Uma Análise da Relação entre Desenvolvimento, Turismo e Cultura no Sertão do Nordeste**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, 2018.

VIGNATTI, Federico. **Gestão de Destinos Turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio, 2008.

WIESINIESKI, Livia Cristina Barros da Silva; SANTOS, Paula Schulz. A política pública de turismo da Embratur e suas transformações até a atualidade. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v.9, n.3, p. 363-384, UFRN: Natal, 2019.

WILLEMANN, Maria Cristina Antunes *et al.* Atualização intercensitária de estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde, 2015. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 28, n. 3. 8 p, 23 set 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742019000300004>. Acesso em: 25 nov. 2022.

XAVIER, Thiago Reis *et al.* Desenvolvimento regional: uma análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal, 2013. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 07 ago 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000400011>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ZANCHI, Verenice. **Ressignificação do Alimento em Roteiros de Turismo Rural: Uma Estratégia de Desenvolvimento Regional no Vale do Rio Pardo – Rs. Brasil**. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

ANEXOS

ANEXO A – Municípios de aplicação das pesquisas selecionadas com as respectivas populações em 2022

ESTADO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
		PRÉVIA CENSO 2022	ESTIMATIVA 2021	CENSO ANTERIOR - 2010
BAHIA	CACHOEIRA	31.982	33.659	32.026
	MURITIBA	28.558	29.420	28.899
	SALVADOR	2.610.987	2.900.319	2.675.656
CEARÁ	ARACATI	82.476	75.392	69.159
	ICÓ	62.125	68.303	65.456
	BATURITÉ	33.335	36.127	33.321
	QUIXADÁ	80.701	88.899	80.604
MINAS GERAIS	SÃO BENEDITO	47.657	48.354	44.178
	BELO HORIZONTE	2.392.678	2.530.701	2.375.151
	OURO PRETO	76.069	74.824	70.281
MATO GROSSO DO SUL	PIRANGUÇU	5.848	5.504	5.217
	CAMPO GRANDE	942.140	916.001	786.797
	CORUMBÁ	94.874	112.669	103.703
MATO GROSSO	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	13.739	17.188	18.463
PARÁ	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	15.226	18.207	16.891
	SOURE	24.183	25.752	23.001
PARAÍBA	AREIA	22.634	22.493	23.829
	CABACEIRAS	5.325	5.710	5.035
	INGÁ	17.664	18.184	18.180
	MATINHAS	4.567	4.528	4.321
PERNAMBUCO	RECIFE	1.494.586	1.661.017	1.537.704
	TRIUNFO	14.647	15.232	15.006
PARANÁ	IRATI	59.253	61.439	56.207
	PIRAQUARA	131.101	116.852	93.207
	PRUDENTÓPOLIS	49.395	52.776	48.792
RIO DE JANEIRO	PETRÓPOLIS	304.758	307.144	295.917
	RIO DE JANEIRO	6.625.849	6.775.561	6.320.446
RIO GRANDE DO NORTE	CAICÓ	61.160	68.726	62.709
	TIBAU DO SUL	17.210	14.694	11.385
RIO GRANDE DO SUL	SÃO FRANCISCO DE PAULA	23.682	21.871	20.537
SANTA CATARINA	BOMBINHAS	24.416	20.889	14.293
	CHAPECÓ	251.150	227.587	183.530
	NOVA VENEZA	13.396	15.515	13.309
	URUPEMA	2.719	2.453	2.482
SERGIPE	PACATUBA	12.493	14.650	13.137
	SÃO CRISTÓVÃO	95.700	92.090	78.864
SÃO PAULO	FRANCA	370.378	358.539	318.640
	ILHABELA	38.239	36.194	28.196
	MOGI DAS CRUZES	471.602	455.587	387.779
	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	4.313	4.141	4.077

Fonte: O autor (2023); IBGE (2023).